

PLAN TERR



**Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial**

JACQUELINE DE JESUS BASTOS

**EXPANSÃO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E MUDANÇAS NA
DINÂMICA URBANA DE FEIRA DE SANTANA.**

Feira de Santana/BA
2024

JACQUELINE DE JESUS BASTOS

**EXPANSÃO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E MUDANÇAS NA
DINÂMICA URBANA DE FEIRA DE SANTANA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), em nível de Mestrado Profissional, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Linha 1: Planejamento urbano-regional, ambiental e de comunidades tradicionais.

Orientador: Prof. Dr. Janio Santos

Feira de Santana/BA
2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

B329 Bastos, Jacqueline de Jesus

Expansão das atividades industriais e mudanças na dinâmica urbana de Feira de Santana / Jacqueline de Jesus Bastos. – 2024.

104 f. : il.

Orientador: Janio Laurentino de Jesus Santos.

Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

1. Indústria – Feira de Santana, Bahia. 2. Distritos industriais.
3. Urbanização. 4. Industrialização. 5. Economia – atividade industrial.
I. Título. II. Santos, Janio Laurentino de Jesus. III. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR). IV. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 711.55:330.341.42(814.22)

Luis Ricardo Andrade da Silva - Bibliotecário - CRB-5/1790

JACQUELINE DE JESUS BASTOS

**EXPANSÃO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E MUDANÇAS NA DINÂMICA
URBANA DE FEIRA DE SANTANA.**

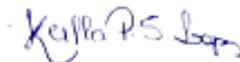
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 04 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Orientador(a): Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANERR



Banca: Prof. Dr. Keilla Petronilia Santos Lopes
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Banca: Prof. Dr. Nacelice Barbosa Freitas
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANERR

Feira de Santana/BA
2024

*A minha mãe Carmelita e família, exemplos de carinho, garra e sabedoria,
que sempre me apoiaram e incentivaram em todos os momentos da
minha vida.*

AGRADECIMENTO

Para desenvolver esta dissertação foi necessário muito esforço, dedicação e persistência. O caminho foi árduo e a batalha difícil de encarar, mas a vitória chegou.

Quero agradecer primeiramente a Deus e os Orixás por me permitirem e guiarem meus caminhos até aqui. Agradeço, também, à minha família, especialmente a minha mãe Carmelita, minha irmã Sylvania, sobrinha Sophia e Luciano por sempre acreditarem nos meus sonhos, pelo amor e carinho com que me tratam, sempre me apoiando e motivando em todos os momentos da minha vida.

Ao meu orientador, Janio Santos, que faz parte da minha carreira acadêmica há 6 anos. Toda minha admiração, respeito e gratidão pela parceria para realização desta dissertação. Sua atenção, apoio, críticas e sugestões foram essenciais ao desenvolvimento deste trabalho.

A turma X do PLANTERR, em especial as amigas que fiz: Sthefany, Adryele, Kécia, Jéssica, Tamires e Marcele. Toda minha gratidão por todos os momentos, inclusive de surtos, que vivemos ao longo do Mestrado. Vocês fazem parte da minha conquista.

As minhas amigas de vida e graduação, Luane, Rebeca e Eduarda, todo o meu amor e gratidão por sempre me apoiarem em tudo que me proponho a fazer, por limparem minhas lágrimas quando foi necessário e dos “choques de realidade”, que por muitas das vezes precisei.

Ao grupo de pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, agradeço por toda infraestrutura, dados, conhecimentos teóricos e de vida que foram adquiridos ao longo desta jornada.

Aos entrevistados das indústrias Pirelli, Brasfrut, Gujão, Bracell, toda minha gratidão pelas informações coletadas. Essas foram essenciais para o desenvolvimento dos resultados e criação de dados.

*“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura
da sociedade se movimenta com ela”
(Angela Davis)*

RESUMO

É importante compreender que nem toda cidade que possui uma indústria passa e/ou passou por um processo de mudanças amplas. A industrialização é o crescimento da atividade industrial, com forças produtivas, que articulam atividades diferentes e que possui relações com várias empresas voltadas à produção de máquinas, à ampliação da tecnologia, o que provoca transformações na economia de um dado território (Sposito, 1999). Assim, o objeto de estudo é de analisar o processo de expansão das indústrias para BR-324 e BA-502, em Feira de Santana, os impactos socioeconômicos e na dinâmica urbana que foram engendrados após essas modificações e suas características principais, em um contexto de reestruturação produtiva, ligada especificamente à localização industrial. Para isso, foi necessário verificar as mudanças espaciais que ocorreram ao longo dos últimos anos no entorno da BR-324 e BA-502, tendo como base as instalações das indústrias/fábricas e a reestruturação produtiva do capital; e discutir as características das indústrias atuais da BR-324 e BA-502 e a contribuição delas ou não para a expansão da industrialização no município de Feira de Santana. No que tange aos caminhos metodológicos percorridos, foram aplicadas cinco entrevistas semiestruturadas, para funcionários de indústrias local, regional, nacional e internacional, com o intuito de saber informações sobre as atuais características dessas indústrias/fábricas, o quadro de funcionários, a dinâmica das fábricas e o público que as constitui. Foram realizadas visitas de campo, com o uso de diário, para coletar dados das indústrias referentes as localizações e tamanho, registros em fotos e vídeos, além de observações, buscando analisar os fluxos que há nesses espaços, os problemas e como se dá a dinâmica da área industrial e análise de imagens temporais de satélite das áreas de estudo para compreender a evolução industrial nessas localidades. E foi montado um banco de dados no Excel sobre as indústrias que atualmente estão em funcionamento, bem como a elaboração de mapas sobre as atividades industriais na BR-324 e BA-502, com a utilização do software do QGIS.

Palavras chave: Indústria, distritos industriais, expansão urbana, reestruturação produtiva.

RESUMEN

Es importante entender que no todas las ciudades que tienen una industria pasan y/o han pasado por un proceso de grandes cambios. La industrialización es el crecimiento de la actividad industrial, con fuerzas productivas, que articulan diferentes actividades y que tienen relaciones con varias empresas enfocadas en la producción de máquinas, la expansión de la tecnología, que provoca transformaciones en la economía de un territorio determinado (Sposito, 1999). Así, el objeto de estudio es analizar el proceso de expansión de las industrias hacia la BR-324 y la BA-502, en Feira de Santana, los impactos socioeconómicos y las dinámicas urbanas que se generaron después de estas modificaciones y sus principales características, en un contexto de reestructuración productiva, específicamente vinculado a la localización industrial. Para ello, fue necesario verificar los cambios espaciales ocurridos en los últimos años en el entorno de la BR-324 y la BA-502, a partir de la instalación de industrias/fábricas y la reestructuración productiva del capital; y discutir las características de las industrias actuales de BR-324 y BA-502 y su contribución o no a la expansión de la industrialización en el municipio de Feira de Santana. En cuanto a los caminos metodológicos seguidos, se aplicaron cinco entrevistas semiestructuradas a empleados de industrias locales, regionales, nacionales e internacionales, con el fin de conocer información sobre las características actuales de estas industrias/fábricas, el personal, la dinámica de las fábricas y el público que las constituye. Se realizaron visitas de campo, con el uso de un diario, para recolectar datos de las industrias en cuanto a ubicaciones y tamaño, registros en fotos y videos, así como observaciones, buscando analizar los flujos que existen en estos espacios, las problemáticas y cómo se da la dinámica del área industrial y análisis de imágenes satelitales temporales de las áreas de estudio para entender la evolución industrial en estas ubicaciones. Y se estableció una base de datos Excel sobre las industrias que están actualmente en funcionamiento, así como la elaboración de mapas sobre las actividades industriales en BR-324 y BA-502, utilizando el software QGIS.

Palabras clave: Industria, distritos industriales, expansión urbana, reestructuración productiva.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Fotos

Foto 1 – Fachada da maior indústria da BR-324, Pirelli pneus, Feira de Santana, 2024	75
Foto 2 - Comprovação dos incentivos fiscais recebidos pela Pirelli Pneus e Nestlé Alimentos, através da SUDENE, Feira de Santana, 2024	77
Foto 3 – Entrada principal da GRID, Feira de Santana, 2024.....	79
Foto 4 – Indústrias instaladas no condomínio logístico GRID-FSA, 2024.....	80

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização de Feira de Santana no Portal do Sertão, Bahia, 2024	41
Mapa 2 - Indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) em Feira de Santana, 2020.....	48
Mapa 3 - Expansão Industrial nas BR-324 E BA-502 da cidade de Feira de Santana, 2024.....	62
Mapa 4 - Áreas urbanas da cidade de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe, 2024	66
Mapa 5: Áreas urbanizadas no Portal do Sertão, IBGE 2019	67
Mapa 6: Expansão urbana do eixo sul e sudeste de Feira de Santana, 1959, 1973, 1999	69
Mapa 7 - Espacialização das indústrias da BA – 502 e BR-324, Feira de Santana, 2024	71
Mapa 8: Indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) em Feira de Santana, 2024.....	83
Mapa 9: Origem da matéria-prima e destinos dos produtos que são produzidos na indústria Bracell papéis, 2024	86
Mapa 10: Origem dos bairros e municípios dos funcionários da indústria Pirelli Pneus, 2024	87
Mapa 11: Estabelecimentos importantes públicos e privados instalados na BR-324, Feira de Santana, 2024.....	90
Mapa 12: Estabelecimentos importantes públicos e privados instalados na BA-502, Feira de Santana, 2024.....	91
Mapa 13: Condomínios fechados e PMCMV instalados nas BR-324 E BA-502, Feira de Santana, 2024.....	93
Mapa 14: Indústrias, condomínios fechados e PMCMV localizados no eixo sul sudeste de Feira de Santana/BA, 2024.....	95

Lista de Imagens

Imagem 1 - Imagem de satélite do Condomínio logístico GRID-FSA, localizado na BR-324 em Feira de Santana, 2024.....	78
---	----

LISTAS DE TABELAS E QUADROS

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Feira de Santana: População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização; Percentual da população da cidade sobre a total, 1940-2022	43
Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) por setores (%), Feira de Santana Bahia, 1940-2022.....	44
Tabela 3 - Ramo das indústrias instaladas na BA-502, Feira de Santana 2024 ...	73
Tabela 4 - Ramo das indústrias instaladas na BR-324, Feira de Santana, 2024	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH - Banco Nacional de Habitação
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF - Caixa Econômica Federal
CIN - Centro Industrial Norte
CIS – Centro Industrial do Subaé
CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COVID-19 - Corona Vírus Disease
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
DIREC - Diretoria Regional de Saúde
DIREC - Diretoria Regional de Educação e Cultura
FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia
HEC - Hospital Estadual da Criança
HGCA - Hospital Geral Clériston Andrade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
IFBA - Instituto Federal da Bahia
INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LOUOS - Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo
PLANDEB - Plano de Desenvolvimento da Bahia
PLANOLAR - Plano Municipal de Habitação Popular
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial
PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PIB - Produto Interno Bruto
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
RECIME - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SESC - Serviço Social do Comércio

SEST SENAT - Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SFH - Sistema Financeiro Habitacional

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UNEF - Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana

UNIRB - Centro Universitário Regional do Brasil

URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia S.A.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 METODOLOGIA	22
2. INDUSTRIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM OLHAR PARA FEIRA DE SANTANA/BA	26
2.1. INDUSTRIALIZAÇÃO: BREVE ESFORÇO CONCEITUAL.....	26
2.2 DISTRITO INDUSTRIAL: FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS EM FEIRA DE SANTANA.	39
2.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO INDUSTRIAL ...	46
3. EXPANSÃO INDUSTRIAL E MODIFICAÇÕES ESPACIAIS EM FEIRA DE SANTANA.....	56
3.1 INFLUÊNCIA DO SETOR INDUSTRIAL NA EXPANSÃO URBANA	56
3.2 EXPANSÃO URBANA E INDUSTRIAL NAS BR-324 E BA-502 DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA.....	60
4. MUDANÇAS NA DINÂMICA URBANA E INDUSTRIAL DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA.....	72
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL AO SUL E SUDESTE DA CIDADE	73
4.2 INTERAÇÕES ESPACIAIS DAS INDÚSTRIAS DA BR-324 E BA-502 EM FEIRA DE SANTANA.....	82
4.3 A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL INFLUENCIA A EXPANSÃO DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA?.....	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
6. REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A:	105

1. INTRODUÇÃO

A industrialização tem ligação direta com a urbanização, visto que o processo industrial ocasionou avanços técnicos no desenvolvimento do capitalismo e marcou uma nova relação entre a sociedade e natureza, como uma forma dominante de uma produção do espaço, de acordo com Sposito (1999). É importante compreender que o termo “urbanização” não deve levar em consideração apenas a migração da população do campo para cidade, pois há outros fatores que influenciam no processo. Segundo Sposito (1999, p.50), “[...] o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades”. Nesse sentido, a urbanização e industrialização se articulam e provocam modificações no espaço e nas relações entre sociedade e natureza, entre as classes e relações sociais, o que gerou uma nova forma de pensar essas relações (Santos, 2013).

A partir de 1950, quando a indústria passa a ser expandida de forma acelerada no território nacional, incorreu o crescimento da maioria as cidades brasileiras, sobretudo as metrópoles. De certo modo, o processo ocorreu de forma (des)ordenada, devido ao aumento populacional e industrial. Carlos (2000) ressalta a influência que a industrialização provocou na divisão social e industrial do trabalho, o que modifica, também, o modo de vida do homem.

Contudo, no último quartel do século XX, houve mudanças nas estratégias da produção e reprodução do capital que afetaram principalmente a organização e localizações das indústrias. Com a reestruturação produtiva, as instalações das indústrias passaram a ser influenciadas por diferentes fatores, como incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata, menor tradição sindical, fragilidade da legislação trabalhista e/ou ambiental, ou seja, procurou-se locais em que houvesse menor resistência por parte dos trabalhadores e poder público (Botelho, 2000).

A reestruturação produtiva ocasionou a reorganização das forças produtivas, no espaço e nas relações de trabalho, e provocou mudanças tanto no meio técnico econômico, quanto nas relações socioinstitucionais. Essa dinâmica modificou a forma de organização e localização das indústrias e, por um lado, abriu oportunidades para que alguns pequenos negócios e sistemas mais antigos

pudessem entrar em jogo. Todavia, o modelo de subconcentração também fez com que houvesse a subordinação das pequenas empresas em relação às grandes, que transferem os grandes custos do sistema *just in time* e a numerosa força de trabalho (Harvey, 1992).

Santos (2013), com base em Harvey (1992), aponta que as mudanças que ocorreram mundialmente por conta da reestruturação produtiva são vistas, principalmente, na lógica da produção industrial, além da relação do papel do Estado na política e na economia nacional, e podem ser compreendidas como uma nova fase no modo capitalista de produção. Com o processo, a produção não se reduz a produção imediata, mas em etapas do ciclo da reprodução do capital que são distribuídas igualmente: circulação, distribuição e consumo. A reestruturação, de forma geral, transmite uma ideia da ruptura, marcada pela mudança na ordem e configuração da vida social, econômica e política, de acordo com Soja (1993).

A localização industrial passou a ter grande importância para a atração dos investidores. Houve a expansão de parte das atividades industriais para áreas antes marginalizadas ou subutilizadas no processo de acumulação capitalista. É através da indústria, mas não apenas dela, que ocorre a inserção em grande escala do capital no local onde é instalada, por ser a materialização da reprodução do capital, que procura sempre locais estratégicos que possam gerar muitos lucros, e também fragmenta e descentraliza a malha urbana, ao passo que a sociedade é por ela influenciada (Botelho, 2000).

A reestruturação produtiva provocou a relativa desconcentração industrial, o que resultou, também, em modificações na urbanização e gerou alterações nos papéis que as cidades anteriormente desempenhavam na rede urbana, e acarretou a reestruturação da própria rede urbana, pois as cidades passaram a exercer novos papéis, sendo o “[...] produto e determinante do regime de acumulação flexível” (Santos, 2013, p. 64). Também provocou a criação de novas relações tempo-espço, a qual se refere ao espaço intraurbano das metrópoles, mas também em algumas cidades médias e cidades pequenas, sendo notórias as mudanças geradas na contemporaneidades e que influenciam diretamente a reprodução da vida cotidiana (Santos, 2013).

Apesar da industrialização possuir influências na urbanização contemporânea, foi apenas parte de um fenômeno mais amplo que transpassa o

tempo. Assim, a urbanização não deve ser associada, apenas, à industrialização, porque a primeira é anterior. O importante é pensar em como se deu a produção do espaço em consequência da expansão e/ou mudanças na atividade industrial a partir de um dado momento, e das necessidades de serviços e atividades comerciais nos centros urbanos (Santos, 2013).

Em 1950, Feira de Santana já era articulada a ligações rodoviárias para municípios circunvizinhos, como Serrinha, São Gonçalo dos Campos, Santo Amaro, Santo Estevão, Iará, Coração de Maria, Riachão do Jacuípe e Serra Preta. Mesmo com a influência do transporte na consolidação do município como centralidade regional, esse não foi um fator determinante em si, mas o conjunto de interesses econômicos e políticos que acarretou essa importância. As modificações espaciais em Feira de Santana, em relação a urbanização, se tornaram mais aprofundadas entre as décadas de 1950 e 1970, através dos resultados de papéis políticos e econômicos que surgiram. Quatro aspectos foram essenciais para tal feito: consolidação do ideal da modernização; industrialização como possibilidade única de “desenvolvimento”; imposições para transição de uma sociedade rural para a urbano-industrial; e políticas estatais para desconcentração de papéis administrativos na Bahia (Santos, Santos, Reis, 2021).

Em Feira de Santana, entre 1920 e 1960, houve uma pseudomodernização da sociedade, com o ideal de superar o “atraso” que ocorria no município, dando mais destaque a cidade como sinônimo de progresso, deixando de lado as práticas do campo. O ideal de modernização e progressão foi materializado com a chegada das indústrias, reforçado pelo Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) de 1960, que fomentou a instalação de distritos e/ou centros industriais em áreas não metropolitanas. Antes da instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em Feira de Santana, já haviam outras indústrias relacionadas ao couro, fumo, algodão, mas não se pode falar de industrialização por não possuir influências profundas na economia local, naquele momento (Santos, 2013).

O setor terciário de Feira de Santana teve o fortalecimento a partir de 1970 com a descentralização dos serviços públicos, que até então se concentravam apenas em Salvador, assim como alguns outros centros regionais da Bahia. O município de Feira de Santana recebeu órgãos administrativos, como a Diretoria Regional de Saúde (DIRES), Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC) e

o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), além de universidades e unidades regionais de saúde (Santos, 2013).

Com essas mudanças no cenário do município, ocorreu a mobilidade do trabalho, com a migração de trabalhadores do campo para cidade. Entre 1960 e 1970, conforme dados do IBGE (2024), a população rural de Feira de Santana caiu 39% enquanto a urbana cresceu cerca de 180%, não apenas em relação aos moradores local, mas, também, de municípios circunvizinhos.

Em 2010, a administração do CIS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, começou a realizar estudos voltados a escolha de áreas para a implantação de um novo Centro, uma vez que o CIS se encontrava relativamente saturado. Através de pesquisas realizadas, foram definidos dois possíveis locais, sendo um terreno às margens da BR-324 e o outro na BR-116 norte, onde seria criado o CIS Norte (FIEB, 2012).

Entre 2000 a 2020, houve interesses em expandir as indústrias para outras áreas da cidade que não estivessem ligadas diretamente ao CIS. De certa forma, acarretou a expansão dos empreendimentos comerciais e residenciais para esses locais, devido ao fluxo de indústrias nessa localização estratégica que influencia, diretamente, nos fluxos de mercadorias e pessoas pela rodovia, principalmente na BR-324 que liga o município de Feira de Santana à capital Salvador.

Com a concentração de indústrias em Feira de Santana, é notório que a BR-324, sentido Feira-Salvador, e a BA-502, onde se localiza o CIS, têm sido o novo enfoque para instalações de indústrias multinacionais e internacionais, sendo exemplos a Nestlé, Pepsico, Pirelli, AMBEV, Belgo Bekaert (nas duas rodovias), Vonder, Cervejaria Itaipava, Mirasol, G-Light, Seara, Klabin S.A, dentre outras, sendo que, aproximadamente, 97 indústrias estão instaladas e em funcionamento.

Outro interesse das instalações de indústrias na BR-324, uma rodovia com fluxo intermunicipal significativo, se dá por possuírem uma lógica estratégica de organização espacial com a formação desse novo Centro Industrial, sendo de total importância como facilitador do escoamento dos produtos.

Apesar de possuir características e infraestrutura parecidas quando da instalação do CIS, para Bastos (2022), elas ainda não possuem a importância econômica para o município, conforme expectativas geradas na década de 1970. Novas interações espaciais permitem que as empresas articulem a cidade de Feira

de Santana a outros espaços na rede urbana, no contexto do ciclo de reprodução do capital. Ademais, a reestruturação produtiva provocou novas relações tempo-espaço e influencia na localização e funcionalidade das indústrias no contexto atual. Foi com base nas observações supracitadas que se elegeu como problema principal da pesquisa verificar quais os impactos da implantação de novas áreas industriais e suas características atuais, em um contexto de reestruturação produtiva, com base na análise da expansão da atividade industrial para BR-324 e BA-502, em Feira de Santana. Além disso, pretende-se investigar quais as mudanças na dinâmica da cidade decorrentes dessa expansão.

Nota-se, como hipótese, que com a chegada das indústrias há certa valorização do solo urbano no entorno, assim como mudanças na dinâmica da mobilidade relacionada ao transporte público. Como Feira de Santana passa por um processo de expansão urbana, com algumas áreas rurais sendo convertidas em urbanas e o setor imobiliário tem investido na construção de condomínios fechados.

A contradição do capitalismo é vista com maior facilidade nesses locais, ao mesmo tempo que a indústria expande, desloca moradores antigos, viabiliza a chegada de novos moradores de classes de renda mais alta e, como consequência, a periferia é alterada. A expansão industrial também coopera com o aumento da especulação imobiliária, o que gera o encarecimento do preço do solo urbano e dos imóveis.

Há, também, os conflitos territoriais entre os municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, devido as expansões industriais, que ultrapassaram os limites entre esses municípios, a exemplo do O Boticário, cujo caso foi à justiça, por estar localizado na divisa entre os dois municípios. Segundo relatório da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Centro de Distribuição da O Boticário pertence à cidade de São Gonçalo dos Campos e não a Feira de Santana (Trindade, 2013).

Apesar de não ser o foco da pesquisa, é necessário avaliar algumas modificações que a expansão ocasiona, como o aumento do valor do solo urbano no entorno das indústrias e a chegada de empreendimentos de grande porte, que podem influenciar no cotidiano dos moradores em relação ao custo de vida. Os municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe, que são vizinhos

a Feira de Santana, estão sendo afetados em sua dinâmica urbana devido à expansão industrial que ocorre e que está cada vez mais próxima dos seus limites. Poucos são os estudos recentes voltados às novas áreas industriais do município de Feira de Santana, esses ligados exclusivamente ao CIS, que não possui o mesmo impacto e importância econômica, como na década de 1970, quando foi instalado, e não leva em consideração as mudanças ocorridas em decorrência da reestruturação produtiva. Com estudos voltados a outras áreas industriais e novas perspectivas de organização e influência na expansão urbana, será possível ter uma visão atualizada do crescimento industrial de Feira de Santana.

Refletir o conceito de reestruturação produtiva é necessário para compreender as mudanças que ocorreram nas forças produtivas, no espaço, nas relações de trabalho, no meio técnico-econômico, nas relações socioinstitucionais e, principalmente, para esta dissertação, as mudanças na lógica da localização de indústrias. Muitos teóricos se debruçaram sobre esse conceito, como Harvey (1992), Benko (1996), Botelho (2000), Santos (2013), etc.

Importante, também, para compreender como ocorre a expansão urbana de Feira de Santana, decorrente do setor industrial, o histórico do crescimento e a influência do Estado no desenvolvimento das cidades, alvo do estudo de autores como Silva (1994), Pádua (2020), Sposito (1999), dentre outros, não focados no município. Não obstante, Oliveira (1976) estudou as implantações dos distritos industriais na Bahia e fez análises de como ocorriam as mudanças na dinâmica econômica e espacial.

Em relação à implantação de indústrias em Feira de Santana, Freitas (1998) estudou a implantação do CIS na década de 1970, sua importância econômica, comercial e social até a data da publicação dos resultados; Bastos (2022) também estudou o setor industrial de Feira de Santana, dando enfoque para outras áreas, como o Centro Industrial Norte (CIN) e a distribuição espacial das indústrias na cidade, o que evidenciou uma concentração na BR-324 e BA-502; Gesner Silva (2021) analisou os distritos industriais e analisa a desconcentração econômica e espacial do distrito industrial do Subaé. Sobre outros estudos de Feira de Santana, Santos (1999) se destaca ao retratar a formação do município, sua organização comercial e econômica até 1990.

São importantes e necessários estudos voltados às cidades médias da Bahia, para compreender a dinâmica urbana desses locais. Nessa perspectiva, há grupos de estudos que se debruçam sobre essa temática, como a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), que investiga diferenças e potencialidades das cidades médias na América Latina, África e Europa, e o Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia.

No último caso, com os resultados, foram criados bancos de dados com informações que o município e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) ainda não possuem, visto que não há histórico de pesquisas divulgadas que tenham trabalhado com essa temática, voltada à análise da expansão da atividade industrial para BR-324 e BA-502, em Feira de Santana.

Apesar do setor industrial de Feira de Santana, atualmente, não possuir a influência na economia que teve na década de 1970, é notável o aumento do fluxo, moradia, setores de comércio e serviços nos locais que possuem maior concentração industrial, principalmente nas áreas de estudo, os eixos da BR-324 e BA-502. Assim, é importante compreender como se dá essa expansão urbana, decorrente do setor industrial, seus impactos socioeconômicos e possíveis mudanças na dinâmica urbana em Feira de Santana.

Assim, o objeto de estudo é de analisar o processo de expansão das indústrias para BR-324 e BA-502, em Feira de Santana, os impactos socioeconômicos e na dinâmica urbana que foram engendrados após essas modificações e suas características principais, em um contexto de reestruturação produtiva, ligada especificamente à localização industrial. Para isso, é necessário verificar as mudanças econômicas e espaciais que ocorreram ao longo dos últimos anos no entorno da BR-324 e BA-502, tendo como base as instalações das indústrias/fábricas e a reestruturação produtiva do capital; e discutir as características das indústrias atuais da BR-324 e BA-502 e a contribuição delas ou não para a expansão da industrialização no município de Feira de Santana.

1.1 METODOLOGIA

A pesquisa apresentada se trata de um estudo quali-quantitativo, que, de acordo com Minayo (1997), leva em consideração a intensidade dos fenômenos em que os mesmos agem e trata de aspectos que se repetem numa dimensão sociocultural. Ademais, podem ser expressos pelas crenças, costumes, simbologias, representações, valores, dentre outros. Também, consideram a relação entre o mundo e o sujeito, assim como os valores estatísticos que dão suporte para as interpretações, análises e discussão dos dados, e servem de apoio à argumentação construída face essas análises e o referencial teórico.

Os estudos quantitativos e qualitativos podem ser complementares e enriquecem as análises dos dados e discussões. Buscou-se, então, estudar a intensidade do fenômeno a expansão da industrialização no município de Feira de Santana/BA, assim como a quantificação dos mesmos.

Quanto ao nível de profundidade, se trata de uma pesquisa explicativa, que identifica os fatores que vão contribuir, ou não, para a ocorrência de determinados fenômenos e busca as razões e porquês das coisas. Em relação ao procedimento utilizado na coleta de dados, trata-se de um estudo de campo, esse um tipo que mira a análise dos fenômenos de forma aprofundada, através de um recorte de realidade específica (Heerdt, 2007).

A pesquisa nasceu dos resultados de quatro anos de Iniciação Científica, na qual foi estudado o setor industrial em Feira de Santana, divididos em dois projetos: o primeiro teve como objetivo analisar, com base na relação cidade-campo, as implicações das instalações desses empreendimentos no distrito de Maria Quitéria e os possíveis impactos socioeconômicos desenvolvidos na comunidade após a implantação das indústrias. Os produtos gerados foram bancos de dados sobre os impactos causados e a criação de mapas, através de vetorização das indústrias e do distrito. Na segunda, o objetivo foi compreender o processo de implantação de um novo centro industrial na cidade e avaliar os impactos socioeconômicos engendrados após essas modificações e suas características atuais. Os resultados foram bancos de dados sobre as modificações econômicas ocorridas no município, por conta da instalação do CIN, além do mapeamento de todas as indústrias da cidade de Feira de Santana, que são cadastradas na Federação das Indústrias do

Estado da Bahia (FIEB), o que resultou na elaboração de um mapa que localizou as 760 indústrias do município. Portanto, com os resultados, foi possível identificar novas e intensas expansões industriais que ocorrem na BR-324 e BA-502 em Feira de Santana, o que gerou interesse de aprofundar as análises e pesquisas sobre a temática industrial do município.

Inicialmente, foram realizadas: pesquisas bibliográficas sobre os principais conceitos que envolvem os temas industrialização, expansão urbana, implantação de distritos industriais e a reestruturação produtiva, ligada à localização das indústrias. Para conseguir essas informações foram necessárias pesquisas e leituras de artigos, livros e periódicos, encontrados em sites na internet, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Central Julieta Carteador, da Universidade Estadual de Feira de Santana, utilizando teóricos como Sposito (1999), Harvey (1992), Carlos (2000), dentre outros.

Também foram realizados levantamentos documentais com base em Bancos de dados sobre emprego, Produto Interno Bruto (PIB), indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), etc., antes e após as instalações das indústrias/fábricas, e dados demográficos, econômicos e sociais de Feira de Santana. As informações foram fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por pesquisas em sites, jornais e revistas. Para entender como ocorre a organização industrial do município, foi analisado o Plano Industrial de Feira de Santana, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (PDDU) de 2018, fornecidos pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e site das leis municipais. As pesquisas documentais foram necessárias para entender as possíveis modificações no entorno da implantação das indústrias, assim como a dinâmica e regulação da atividade em Feira de Santana. Foram necessários, também, levantamento de leis, plano diretor, plano de mobilidade, assim como de imagens de satélite da cidade das décadas de 1980 a 2023, que são disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Para classificar os portes das indústrias, foram utilizados como categorias de análise a quantidade de funcionários, o tipo de venda dos produtos, sendo de importação ou exportação, tamanho da indústria, além das interações espaciais

que elas possuem, como de onde vem a matéria-prima e para onde vão os produtos após o beneficiamento. Após a análise desses fatores, as indústrias são classificadas como pequeno, médio e grande porte.

Para maior compreensão da organização e fluxos das indústrias, foram aplicadas quatro entrevistas diretas semiestruturadas, para funcionários de indústrias local, regional, nacional e internacional, com o intuito de saber informações sobre as atuais características das indústrias/fábricas, o quadro de funcionários, a dinâmica das fábricas e o público que as constitui. Essa amostragem foi selecionada e necessária para caracterização da área de estudo e entendimento da dinâmica das indústrias no município.

Para análise empírica da área de estudo, foram realizadas visitas de campo, com o uso de diário, para coletar dados sobre as indústrias referentes as localizações e tamanho, registros em fotos e vídeos, além de observações, buscando analisar os fluxos que há nesses espaços, os problemas e como se dá a dinâmica da área industrial e análise de imagens temporais de satélite das áreas de estudo para compreender a evolução industrial nessas localidades.

Estruturou-se um banco de dados no Excel sobre as indústrias que atualmente estão em funcionamento, bem como a elaboração de mapas sobre as atividades industriais na BR-324 e BA-502, com a utilização do software do QGIS. Com isso, foram criados mapas de fluxo, afim de mostrar a origem e destinos dos produtos após o beneficiamento, origem dos funcionários, localizações das indústrias para compreender sua distribuição espacial, além do uso do solo e da expansão urbana. Para a elaboração dos mapas, foram utilizados, também, os dados que tiveram como fontes as entrevistas.

Por fim, foi realizada a sistematização das informações coletadas em campo, no qual foram criados gráficos, tabelas, quadros e mapas para interpretar sobre a implantação das indústrias/fábricas e como a dinâmica do município foi modificada com essas instalações. Assim, tudo auxiliou na sistematização das informações coletadas em campo, que serviram para a análise da realidade. As entrevistas serviram tanto para compor o banco de dados, como para discutir e compreender o desenvolvimento industrial nessa área e suas características.

Tiveram prioridades as discussões referentes às contradições da produção e reprodução do espaço urbano, como a expansão (des)ordenada da cidade,

distintas realidades sociais, planejamento inadequado, moradias precárias, transporte inadequado e falta de lazer.

O trabalho está organizado em 3 capítulos, além da Introdução e Considerações finais. O primeiro, intitulado “Industrialização e reestruturação produtiva: um olhar para Feira de Santana/BA”, está subdividido em três subseções. Na primeira, foram discutidos os conceitos de indústria, industrialização, as instalações das primeiras indústrias e a industrialização no Brasil, suas fases e contextos políticos, sociais e econômicos. Na segunda, foi feita discussão sobre distrito industrial, sua origem e o processo de implantação na Bahia, com ênfase na instalação do CIS em Feira de Santana e sua influência socioeconômica. Na terceira, foi discutido o conceito de reestruturação produtiva, com destaque para a lógica da localização industrial.

O segundo capítulo, “Expansão urbana e modificações espaciais em Feira de Santana”, está subdividido em duas subseções: Na primeira, foi analisado o conceito de expansão urbana, e como o Estado influenciou em modificações nas cidades do Brasil. Na segunda, se avalia como ocorreu a expansão urbana em Feira de Santana, assim como a atual situação da cidade, com destaque para a implantação de novas indústrias.

O último capítulo, “Dinâmica urbana e industrial do município de Feira de Santana” está subdividido em três subseções. Na primeira, é feita a caracterização das indústrias que estão instaladas nas áreas de estudo, baseada em análise de campo e imagens de satélite, entrevistas e dados coletados online. Na segunda foram discutidas as interações espaciais das indústrias, relacionadas à origem e destino dos produtos, dos trabalhadores e das empresas. Na terceira foi discutida a reestruturação do setor industrial do município, relativa as mudanças na lógica da localização industrial, com destaque para as mudanças que ocorreram nas localizações das indústrias, os estabelecimentos públicos e privados instalados nas áreas de estudo, assim como a expansão de condomínios fechados e conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na BA-502 e BR-324.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM OLHAR PARA FEIRA DE SANTANA/BA

Este capítulo está subdividido em três subseções, e discute os conceitos de indústria, industrialização, distrito industrial, reestruturação produtiva, a origem da indústria, assim como a industrialização no Brasil, suas fases e contextos políticos, sociais e econômicos. Também é apresentado como ocorreu a instalação do CIS em Feira de Santana e sua influência socioeconômica.

A implantação das indústrias modificou as funções das cidades, que passaram a possuir novos papéis, porque essas mudam quando toda a sociedade muda, e são moldadas de acordo com o contexto no qual estão inseridas. Com a implantação do sistema capitalista, materializado pelas indústrias, a separação entre o campo e a cidade se tornou mais evidente, através de como o trabalho passa a ser desenvolvido em cada espaço. Na cidade, eram desenvolvidos os trabalhos intelectuais, enquanto no campo ficaram os trabalhos braçais (Lefebvre, 2006).

2.1. INDUSTRIALIZAÇÃO: BREVE ESFORÇO CONCEITUAL

Ao tratar de industrialização, o tema liga-se diretamente à indústria. Porém, é importante compreender que nem toda cidade que possui uma indústria passa e/ou passou por um processo de mudanças amplas. A industrialização é o crescimento da atividade industrial, com forças produtivas, que articulam atividades diferentes e que possui relações com várias empresas voltadas à produção de máquinas, à ampliação da tecnologia, o que provoca transformações na economia de um dado território.

Sposito (1999, p.42) traz o conceito de indústria na perspectiva de que a “expressão [...] traduz, no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza”. Assim, não estaria voltada apenas para manuseamento de máquinas, mas aos trabalhos manuais também, a exemplo do artesanato. Há uma discussão que associa a industrialização como uma mudança econômica, “[...] um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades

econômicas” (Sposito, 1999, p. 43).

Numa outra visão sobre o conceito de indústria, Kon (1994) complementa o que já foi dito e permite refletir como quão complexa é a atividade industrial, pois “[...] constitui um conjunto de firmas que elaboram produtos idênticos ou semelhantes quanto à constituição física ou ainda baseada na mesma matéria-prima, de modo que podem ser tratadas analiticamente em conjunto” (Kon, 1994, p. 3). Sendo assim, a indústria seria a modificação da matéria-prima em grande escala, para criação de novos objetos, idênticos ou não, que advêm do mesmo local de origem.

Há três tipos de indústrias que produzem materiais diferentes, de formas distintas, com trabalhos manuais e/ou não. As produções estão ligadas e distribuídas diretamente para os setores primários, secundários e terciários.

Os três tipos de atividades industriais seriam:

- a) Indústria agrícola, quando esta se limita a colher os produtos na natureza;
- b) Indústria manufatureira, quando ela separa, mistura e modela os produtos da natureza para adaptá-los a nossas necessidades;
- c) Indústria comercial ou comércio, quando coloca à nossa disposição os objetivos de que necessitamos e que, não fosse ela, eles estariam fora de alcance (Kon, 1994, p.4).

Segundo Kupfer (2002), a indústria seria um conjunto de empresas/atividades que possuem alguma relação entre si, voltadas para a produção de mercadorias que seriam fornecidas para um mesmo mercado. Tais atividades industriais concentram-se em pontos estratégicos do espaço e contêm um contexto histórico de poder sobre o espaço.

A localização industrial entendida como o lugar ocupado pela indústria no espaço significa um entendimento mais amplo do que a simples pontuação ou endereço das indústrias no mapa. A localização da indústria insere-se no processo da industrialização que determina, historicamente, o lugar a ser ocupado por cada indústria. Do ponto de vista espacial, esse lugar resulta da divisão espacial e internacional do trabalho num dado momento histórico (Carlos, 2000, p. 20).

Apesar das indústrias localizar-se em pontos específicos e estratégicos, os locais não estão soltos no espaço, pois possuem o poder de articular e integrar todo

o mercado internacional, além da divisão social e espacial do trabalho. As indústrias estão interligadas e ultrapassam os limites do “espaço próximo”. Com o grande aparato tecnológico, houve inter-relação com lugares mais amplos, nos quais os limites seriam apenas aqueles do globo terrestre (Carlos, 2000).

Segundo Carlos (2000), a indústria se beneficia da “economia de aglomeração”, que seriam mecanismos para agrupar várias indústrias numa única localização e concentrar a produção com menor custo logístico. Essas indústrias não precisam pertencer ao mesmo setor econômico, mas ter alguma relação entre elas, assim, geram cada vez mais lucros. Algumas das vantagens são: a mão de obra, redução dos custos logísticos, mercado diversificado e economia dos gastos de produção. Para ter essas economias, muitas indústrias se instalam em países pobres, que possuem mão de obra barata, e que consomem dos produtos que eles mesmos produzem.

No século XVII, ainda não eram consideradas relevantes no contexto econômico as unidades de produção, em relação especificamente das indústrias. Os cidadãos de uma nação eram separados em três classes: “[...] a produtiva, a dos proprietários e a estéril”. A produtiva era do homem que cultivava a terra, que naquela época era a grande forma de acumular riquezas, através da agropecuária; os proprietários eram os donos das grandes fazendas, os latifúndios, que possuíam então o poder que dava a terra para os produtores plantarem; e o tido estéril, que se tratava da classe trabalhadora, ligada aos ligados ao comércio, sem relação com o ramo agrícola, como a manufatura (Kon, 1994, p. 3).

De acordo com a autora, para que houvesse o início de processo industrial, foi necessária a acumulação de capital, meios de produção e uma grande quantidade de trabalhadores, o que gerou então a acumulação primitiva, que se trata da acumulação de riquezas nas mãos de poucas nações. O processo de produção capitalista fez com que surgissem duas classes antagônicas, mas criadas pelo mesmo sistema: a burguesia e proletariado. A burguesia se trata dos donos dos meios de produção, sejam eles industriais, fundiários e/ou comerciais, já o proletariado se trata de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção.

Carlos (2000, p. 44) afirma que a industrialização é “[...] um fenômeno concentrado no espaço enquanto produto da aglomeração de meios de produção,

mão de obra, capitais e mercadorias”. Com a Primeira Revolução Industrial, o capitalismo ganhou as condições necessárias que faltavam para se reproduzir, intensificando a divisão social e espacial do trabalho, modificando a vida do homem, e remodelando o espaço modificado.

De acordo com Suzigan (2000), a industrialização não surge do nada, são necessários fatores condicionantes para o desenvolvimento industrial, como o espaço geográfico, aspectos culturais, fatores políticos, econômicos e de política econômica, sociais, institucionais, científicos e tecnológicos, além da forma de inserção na economia mundial, que vão ampliar ou limitar o desenvolvimento do processo.

Dentro desses fatores condicionantes para desenvolvimento industrial estão inclusas questões relacionadas ao tamanho do país, recursos naturais, produção do espaço, políticas de desenvolvimento industrial, sindicalismo, organização do Estado, economia e da sociedade, leis e regulamentações, relações de trabalho, infraestrutura, sistema financeiro, desenvolvimento científico, relações comerciais internacionais, distribuição de renda, qualificação da população, dentre outros (Suzigan, 2000).

A denominada Primeira Revolução Industrial destaca-se por ser um processo que mudou toda uma estrutura econômica e política mundial e, através disso, houve o fortalecimento do capitalismo, que passou das fases do capitalismo comercial para o industrial.

De acordo com Mendes (2006), o termo industrialização é mais apropriado para ser utilizado quando se trata da evolução da indústria mundial.

Assim, para a maior parte das realidades de numerosos países, em vez de se falar de **revolução industrial**, é mais apropriado referirmo-nos a **industrialização**. Trata-se de uma designação mais neutra e adequada, como já em 1970 era sugerido por especialistas, então reunidos em Lyon, num congresso sobre a temática (Mendes, 2006, p. 4. Grifos do autor).

O autor ainda aponta que, com o aumento na procura de produção do ramo têxtil, as máquinas para tecelagem e fiação foram as primeiras a serem criadas. Em geral, eram manuseadas por mulheres, homens e até mesmo crianças, com isso, a produção tendia aumentar.

Ainda com a Primeira Revolução Industrial, surgiu a classe operária, que

ganhava salários baixos, possuía uma jornada de trabalho extensa, com, em média, 16 (dezesesseis) horas diárias, além de condições de trabalho precárias, que ocasionavam risco a saúde do trabalhador. A classe operária, em sua maioria, era composta por pessoas que migraram do campo para a cidade, em busca de serviços para a melhoria de vida, denominado êxodo rural, o qual proporcionou um crescimento desordenado das cidades (Sposito, 1999).

Com a indústria, a máquina aparece como um transformador do modo de produção. O homem não será mais o produtor, mas sim o condutor, o que tornou a mecanização do trabalho ainda mais presente. “Não será mais o homem que dominará a máquina, mas o contrário” (Carlos, 2000, p.31).

A mecanização do trabalho não vem com o objetivo de melhorar a vida do homem e diminuir o seu trabalho físico, mas sim com o intuito de gerar mercadorias em grandes escalas em menor tempo, além de serem mais baratas, o que desvaloriza o trabalho manual e torna o homem apenas mais uma parte da máquina.

A implantação da indústria gerou muitas modificações na produção do espaço urbano, que se transforma através do ciclo do capital. O ciclo passa por três fases: o primeiro é do (D), que se trata do dinheiro para comprar as forças de trabalho, meios de produção e matéria prima. Os produtos devem estar no mesmo mercado para que os capitalistas percam menos tempo no primeiro processo. Nesse momento, entra a rede de transporte, armazenamento de mercadorias e os fluxos de distribuição, que produzem um novo espaço para atender as demandas da atividade industrial.

A segunda fase é o de produção e são necessários alguns aparatos para funcionamento das máquinas para criação do valor, tais como “[...] energia industrial, serviços de apoio à produção, escritórios, rede de comunicação, transportes, unidades de distribuição e armazenamento[...].” (Carlos, 2000, p. 39).

A terceira e mais importantes da fase do ciclo do capital é a realização da mais-valia, produzida na fase dois, transformando o (D) em (D+) mais valorizado. Todo esse processo produz um novo espaço, visto que o desenvolvimento do solo no entorno das indústrias é significativo:

As novas unidades não vão exigir somente o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, mas conjuntos habitacionais, meios de formação de força de trabalho, centros de pesquisa,

centros vinculados à atividade de direção, desenvolvimento do sistema bancário, sistema financeiro, etc (Carlos, 2000, p. 40).

Segundo Mendes (2006), o processo de industrialização aconteceu de forma gradual, com sua expansão na Europa. No século XVIII, na Grã-Bretanha, houve a primeira transformação socioeconômica, no ramo do trabalho e cultura, a qual teve a invenção das máquinas que produziam materiais em maior quantidade e rapidez do que o trabalho manual.

O ápice da industrialização mundial ocorreu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, por ser um país que possuía capital suficiente para a instalação de indústrias. Também, um solo rico, com concentração de carvão mineral, que, naquele período, era a principal e eficaz fonte de energia para manter as máquinas, bem como a mão de obra barata, o que era muito importante para o desenvolvimento industrial. Com isso, a Inglaterra se tornou uma grande potência econômica internacional, na época (Mendes. 2006).

Desde o século XVIII, segundo Mendes (2006), as máquinas funcionavam pela força hidráulica, até ser criada uma que funcionava com energia a vapor, por Newcomen, mas aperfeiçoada por James Watt. A criação da máquina a vapor fez com que a produção e produtividade aumentassem, visto que o esforço humano tinha diminuído e perdeu parte do seu lugar para essa nova tecnologia, para a época; ocorreu uma explosão desse fenômeno, que foi nomeado como a Revolução Tecnológica.

Entre o final do século XIX e início do século XX, foram implantadas às estradas de ferro, as quais facilitaram o transporte dos materiais que eram produzidos nas indústrias. Com isso, os sistemas de transporte ferroviário e de comunicação, eletricidade começaram a expandir (Hobsbawn,1998). Por outro lado, as máquinas começaram a ser geradas através de energia elétrica, não mais a vapor, como era anteriormente. Com o avanço da mecanização dos sistemas, a produtividade aumentava cada vez mais, em menos tempo.

Com a acumulação primitiva e, posteriormente, a implantação das indústrias, a função da cidade modificou-se. Segundo Lefebvre (2006), a cidade possui os papéis de funcionamento de todo o conjunto, ela muda quando a sociedade muda, é moldada de acordo com o contexto no qual está inserida.

Quando houve a separação dos meios de produção e a matéria-prima, ou

seja, o campo e a cidade, isso refletiu a passagem da produção feudal para o modo de produção capitalista. Com a expropriação das terras, os trabalhadores foram expulsos do campo, o solo passou a ser artigo comercial e tornou-se privado. Para que o homem pudesse ter acesso às terras ele teria que vender sua força de trabalho para o senhor, inclusive de forma escrava (Lefebvre, 2006).

Com o surgimento do automóvel e do transporte de massa veio junto à expansão das cidades, com esse acontecimento parte dos trabalhadores tinha como se locomover para lugares distantes do centro, no qual eram concentradas as grandes indústrias. A expansão urbana nos grandes centros se tornou mais intensa, o homem começou a migrar do campo para cidade em busca de empregos, o campo foi dominado pelos latifundiários.

A partir da intensificação da produção industrial, tornada viável tanto graças ao capital acumulado, como pelo desenvolvimento técnico-científico a que se denomina Revolução Industrial, a urbanização tomou ritmos muito acentuados (Sposito, 1999, p. 49).

O desenvolvimento do capitalismo industrial ocasionou transformações nas cidades e mudou diretamente a estrutura interna e sua funcionalidade. As cidades eram locais de encontros comerciais para trocas de mercadorias, concentração do poder do Estado e locais onde as ciências eram criadas e colocadas em prática: “[...] eram o espaço do poder econômico e político (lugar de moradia dos capitalistas e sede dos Estados Modernos), e nelas também se concentrava uma grande reserva de força de trabalho” (Sposito, 1999, p. 50).

Com a modificação na funcionalidade que a cidade possuía antes da implantação do sistema capitalista, houve maior separação entre o campo e a cidade, tornando-se a primeira e fundamental divisão social do trabalho, tomada como partida os trabalhos que eram desenvolvidos em cada espaço. Na cidade, eram desenvolvidos os trabalhos intelectuais: “[...] funções de organização e de direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico [...]”, e surgiu então a concepção que a Filosofia nasce na cidade. No campo ficaram os trabalhos manuais braçais, separados por sexo e idade, assim delimitando como os trabalhos iam ser desenvolvidos de acordo com o local que o homem está inserido (Lefebvre, 2006, p. 28).

Botelho (2000) afirma que a indústria possui papel importante na produção

e reprodução do espaço urbano. Mesmo não possuindo a mesma influência da década de 1950, o mercado de trabalho e a infraestrutura presentes nos grandes centros urbanos são fatores fundamentais para atração de indústrias para tais localizações.

A industrialização no Brasil, segundo Freitas (1998), foi possível através das condições de acumulação do capital cafeeiro, que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, o qual transformou a burguesia cafeeira em burguesia industrial, além da queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que ocasionou a crise do café. O processo não se deu de forma homogênea em todas as regiões do país, e as regiões Norte e Nordeste sofreram as consequências de tais mudanças econômicas.

Becker e Egler (1998) afirmam que o Brasil só se tornou uma potência regional da América do Sul no fim dos anos 1960, sendo ainda caracterizado como uma semiperiferia. Os autores retratam que o país passou por três fases antes de ser incorporados na economia mundial: o de Colônia, Império Mercantil e Capitalismo Industrial.

A primeira fase foi a Colonial, na qual eram implantadas empresas de origem europeias em território brasileiro, sustentadas pelo trabalho escravo. No período, o Brasil era utilizado como local de exploração de matéria-prima natural para exportação, sem o interesse de instalar métodos que desenvolvessem o território, como infraestrutura para os povos que aqui viviam e chegavam de modo escravo (Becker, Egler, 1998).

Para Freitas (1998), enquanto a Europa passava pelo processo de industrialização, o Brasil ainda estava na posição de Colônia, pois o país absorvia papel no colonialismo e no mercantilismo, que orientava a produção da economia para o comércio exterior. Portanto, não possuía condições, nem interesses políticos, para alimentar uma “Revolução Industrial” no século XIX, pois não contava com a energia, capital e a mão de obra não era qualificada para atuar no ramo industrial.

Fatores históricos como a I Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 30, fornecem elementos para a ruptura com o passado colonial e a arrancada para o processo de industrialização. {...} Até a I Guerra Mundial, a participação da indústria na economia do país ainda é insignificante. É a partir desse momento que se dá a arrancada para a industrialização

(Freitas, 1998, p. 80).

Essa ideia de não desenvolvimento industrial do Brasil devido à falta de mão de obra qualificada e pouca energia é, de certa forma, incompleta, pois países que desenvolveram o setor industrial no século XIX, como Inglaterra e Japão, também não possuíam tais benefícios.

No início do século XX, a política brasileira era dominada pela elite agrária, os chamados coronéis. E eles exerciam poder oligárquico em escala regional e transportavam seu poder para plano nacional na política brasileira, com interesses na expansão da produção cafeeira, não setor industrial (Leal, 1997).

A segunda fase é marcada pelo mercantilismo escravocrata, mas agora com o comando do Império Brasileiro. Com a exploração da mão-de-obra barata e matéria prima suficiente para desenvolvesse economicamente, a Colônia conseguiu manter em diversos ramos da economia. Entre 1808 e 1831, começou então surgir o Estado brasileiro. Becker e Egler (1998, p.37), “Império, café e escravidão foram traços marcantes da formação do Estado brasileiro”. No início do século XIX ainda não existia Estado brasileiro, mas sim uma Colônia em processo de independência para construção de um Estado.

Não tem como mencionar capitalismo e industrialização e não abordar o termo “imperialismo”. De acordo com Lênin, abordado por Faria (2007), o imperialismo seria uma nova fase do capitalismo, com a união do capital financeiro e corporações monopolistas.

Tal fenômeno englobaria as seguintes cinco características fundamentais: 1) – concentração da produção e do capital, levada a um tal grau de desenvolvimento, capaz de criar os monopólios, cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) – fusão do capital bancário e do capital industrial e a criação, na base desse “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira; 3) – a exportação de capitais que, ao contrário da exportação de mercadorias, adquire uma importância particular; 4) – formação de uniões internacionais capitalistas monopolistas, que partilham o Mundo entre si; 5) – finalização da partilha do globo pelas maiores potências capitalistas (Faria, 2007, p. 3).

Nessa perspectiva, o imperialismo no século XIX daria a oportunidade de o mercado ser dominado por uma única empresa e ofertar produtos, serviços e

garantir o lucro, regido por uma estrutura monopolista, e não por leis do mercado.

Os países imperialistas, ou seja, de Primeiro Mundo, lucravam muito com a falta de capital dos países de Terceiro Mundo, por meio das grandes vantagens que tinham no ramo comercial. Segundo Faria (2007), havia trocas desiguais nesse sistema, o que ocasionava num cansaço e pobreza ao trabalhador, já que tinham jornadas longas de trabalho, com baixa remuneração. Com essas diferenças entre as classes sociais, houve a grande contribuição do imperialismo para as contradições do capitalismo, que resultaram na desigualdade social, principalmente nos países de Terceiro Mundo.

No final do século XIX, o número de pessoas que migravam do campo para a cidade era significativo, e assim expandiam as áreas urbanas, com seu ápice na Inglaterra, espalhando-se para outros países. Não havia um planejamento territorial para suportar a quantidade de pessoas que chegavam nesse território, e com isso vieram os problemas urbanos (Sposito, 1999).

Segundo a autora, as periferias que surgiram foram o resultado do crescimento acelerado das cidades, através do processo de industrialização. A população que chegava não tinha condições de construir suas casas nos centros, então construía seus “barracos” ao redor da cidade. Com a expansão territorial, esses trabalhadores ficavam mais longe do trabalho e precisavam de mobilidade para chegar às indústrias. Surgiram, então, as ferrovias para o transporte dos trabalhadores.

O aglomerado de pessoas gerava transtornos para ambas as classes sociais. Segundo Sposito (1999), não havia “[...] coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas [...]”. Até que a classe média se sentiu incomodada com a realidade dos centros urbanos, e começou a construir residências fora dos centros urbanos.

A terceira fase foi marcada pela incorporação do país no mundo capitalista industrial, isso como membro periférico, pois ainda não possuía os aparatos e planejamento para se enquadrar no modo de produção industrial. Assim, os autores afirmam que a industrialização no Brasil ocorreu de fato no final do século XIX, com a economia exportadora capitalista, o que para Lessa (2007) seria apenas uma política industrial, não um processo de industrialização efetivo. Nascimento (2008, p. 67) diz que o país foi incorporado à “economia mundo”, através de um processo

de industrialização tardio, com um Estado Novo e sem planejamento até então.

O Brasil não passou por um processo de industrialização no século XIX. Porém, desde esse período o país tinha uma política industrial, que, segundo Lessa (2007), tratava-se de planos distintos.

Política industrial o Brasil teve desde o século XIX, quando criamos a proteção aduaneira que nos permitiu produzir tecidos e confecções, alimentos industrializados, remédios e alguns equipamentos extremamente simples. Rui Barbosa tentou, com o Encilhamento da República Velha, dar o salto de industrialização. Foi um fracasso que permitiu a cafeicultores falar durante décadas do Brasil como nação vocacionada para a agricultura (Lessa, 2007, p.1).

A política industrial, na visão do autor, se baseava em forças governamentais que induziram o país a instalar indústrias em determinados locais. Assim, ampliaram-se os agentes necessários para uma inicial “Revolução Industrial Brasileira”, como qualificação de mão de obra, investimento financeiro e avanço na tecnologia, mas que, segundo Lessa (2007), fracassou na inclusão social. Contudo, nunca foi esse o objetivo do Estado, a inclusão social.

Segundo Versiani e Suzigan (p.15, 1990), o Brasil oficialmente não chegou a implantar de fato uma política industrial no Brasil, mas houve algumas experiências de planejamento para o desenvolvimento industrial que chegaram a se aproximar desse conceito “[...] envolvendo a definição de uma estratégia geral, a fixação de metas para indústrias específicas (*industrial targeting*) e o arranjo de instrumentos e instituições em consonância com essa estratégia e com as metas estabelecidas”.

Para Becker e Egler (1998), foram muitas as condições criadas pelos exportadores cafeeiros para que surgissem as indústrias para substituição das importações. As condições incluíam a demanda por bens salários nas áreas de produção e no seu segmento urbano, a existência de lucros comerciais excedentes, na burguesia cafeeira, a ação do Estado concedendo farto crédito à agricultura, permitindo aos bancos se transformarem em empreendedores industriais e estabelecendo proteções tarifárias, a disponibilidade de mão-de-obra nas cidades, a capacidade de importar meios de produção, alimentos e bens de consumo para a reprodução da força de trabalho (Becker, Egler, 1998, p. 74).

Suzigan (2000) também discute a “evolução” da indústria brasileira, através das três grandes fases que impulsionaram diretamente o desenvolvimento econômico, por possuir características distintas, mas que se interligavam. De acordo com cada uma dessas fases, ora a produção industrial tinha um crescimento significativo, ora a produção agropecuária que comandava o crescimento do PIB. A primeira fase teve um crescimento significativo devido ao processo que estava se iniciando, com destaque, ainda, para o crescimento do PIB relacionado a produção agropecuária. Na segunda fase, o setor industrial teve maior protagonismo no crescimento do PIB, com a média anual que era o dobro da produção agrícola. Na terceira fase, a produção industrial não progrediu, já a produção agropecuária continuou com seu desempenho significativo liderando novamente o PIB (Suzigan, 2000).

Suzigan (2000), numa caracterização geral, afirma que a primeira fase foi de desenvolvimento industrial que dependia da agricultura de exportação, com padrão de indústrias tradicionais, com produções mais simples, em relação à política econômica. Essa era direcionada aos interesses da agricultura, não ao industrial. Na segunda fase, houve o crescimento da produção industrial, o que fez com que se tornasse independente, sem influência direta da agricultura, inicialmente com a substituição das importações (SI) e, posteriormente, ocorrendo a expansão do mercado interno, além das exportações de produtos manufaturados, com apoio de subsídios e promoções que facilitaram o escoamento internacional dessas mercadorias. A indústria avançou consideravelmente em relação a estrutura tecnológica industrial brasileira, tendo maiores benefícios da política econômica, apesar da assistência que o setor agrícola ainda possuía, com a crise econômica que ocorreu de 1930 (Suzigan, 2000).

Na terceira fase, a produção industrial brasileira foi enfraquecida por questões estruturais, com o fim da substituição das importações (SI) e a crise econômica em escala mundial, além das políticas econômicas que regrediram em relação ao desenvolvimento industrial, focado principalmente na estabilização econômica. A reestruturação produtiva se instalou com a liberação comercial, privatizações e abertura da economia para o capital estrangeiro (Suzigan, 2000).

Suzigan ainda afirma que o Brasil sempre possuiu fatores que facilitassem a industrialização, como a abundância de recursos naturais e suas explorações em

níveis regionais, uns mais bem-sucedidos, como o café, outros com menor protagonismo, a exemplo do algodão na indústria têxtil no Nordeste, pecuária (carnes e couros) no Sul e minérios na indústria metalurgia no Sudeste do país. Porém, outros fatores dificultaram a industrialização brasileira, como as heranças culturais que historicamente acompanharam o Brasil, como a grande concentração de renda e poder, atrasos na educação, resistência as formas de cooperativismo e o desinteresse da construção de uma nação.

Com a Crise de 1930, houve o avanço na urbanização e industrialização, pois foi um movimento político que mudou a estrutura socioeconômica do país. Segundo Abreu (2007), o Golpe de 1930 foi caracterizada por ser um movimento armado, comandado por Getúlio Vargas, com o intuito de derrubar o governo de Washington Luís, e a vitória de Getúlio fez com que ele tomasse posse da presidência provisoriamente.

Para alavancar a industrialização, o Estado regulamentou as relações entre os compradores e vendedores das forças de trabalho e assim criou uma legislação que assegurasse os direitos dos trabalhadores. Para Lessa (2007), o Golpe de 1930 foi marcada por ser um modelo alternativo para a exportação do café.

O Brasil adquiriu novos recursos para aprimorar a industrialização. Vale ressaltar que não houve o desenvolvimento industrial igual em todas as regiões brasileiras, visto que o sistema capitalista de produção requer maior atenção em regiões mais visibilizadas. O avanço da industrialização causou os crescimentos demográficos e econômicos e uma urbanização nas áreas nas quais foram instaladas (Cara, França, 2009).

Na Região Nordeste, segundo Freitas (1998), o Governo, com o intuito de diminuir a desigualdade existente entre as regiões, criou um órgão chamado Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, que “[...] tinha por função unificar e reestruturar a ação do governo federal garantindo unidade de direção para a promoção do desenvolvimento, atuando com uma industrialização mediante protecionismo” (Freitas, 1998, p. 83). Essa Região sempre foi importante pela sua potência na agricultura, e a instalação de indústrias na localidade gerou muitas oportunidades, tanto na geração de rendas, como de novos meios de trabalho. No caso específico da área de estudo, esse processo se deu por etapas.

Na Bahia, a industrialização obteve influências da colonização, segundo Freitas (1998, p.83), através das “[...] estrutura agroexportadora teve a base econômica altamente dependente das exigências externas, produzindo sempre o que era interessante ao seu mais importante consumidor – Portugal [...]”. Em relação aos demais estados brasileiros, a Bahia é considerada a pioneira na implantação da indústria têxtil, com uma grande quantidade de mão de obra, que foram liberados dos engenhos e lavoura de fumo.

2.2 DISTRITO INDUSTRIAL: FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS EM FEIRA DE SANTANA.

As primeiras noções dos Distritos Industriais (D.Is) ocorreram no século XIX, na Inglaterra, com o objetivo de pensar “concentrações de pequenas e médias empresas (PME’s) ao redor dos grandes centros industriais” (Hissa, *apud.* Oliveira, 2006, p. 2). As indústrias que possuíam menor porte foram mais beneficiadas e tiveram aumento na produtividade, por possuírem melhor acesso a infraestrutura e mão-de-obra (Oliveira, 1976).

De acordo com Schmitz (1997), a conceituação de distritos Industriais foi feita por Alfred Marshall, no final do século XIX, e retrata um padrão das organizações das indústrias que haviam na Inglaterra no momento, em que as empresas de pequeno porte, relacionadas à manufatura, aglomeravam-se em espaços mais afastados, geralmente na periferia dos grandes centros.

Segundo Oliveira (1976), o Brasil possui muitos termos para caracterizar áreas que sejam de caráter industrial, tais quais: área industrial, zona industrial, parque industrial, núcleo industrial, distrito industrial, centro industrial, complexo industrial e cidade industrial. Apesar de possuírem inúmeros termos, segundo a autora, esses poderiam ser substituídos pelo outro, por possuíram características semelhantes as quais não necessitariam de denominações diferentes.

Como o conceito aplicado é o de distrito industrial, a mesma o retrata como:

[...] uma área industrial onde o planejador promove a implantação de uma infra-estrutura necessária a indução de um processo de desenvolvimento industrial. Portanto, além de oferecer lotes de boa qualidade, deve oferecer uma série de facilidades e serviços a seus ocupantes (Oliveira, 1976, p. 24).

Os distritos industriais (D.Is), de modo geral, consistem em espaços voltados para implantação de indústrias e tratam-se de áreas criadas com estratégias e infraestrutura para dinamizar a economia da empresa (Oliveira, 1976).

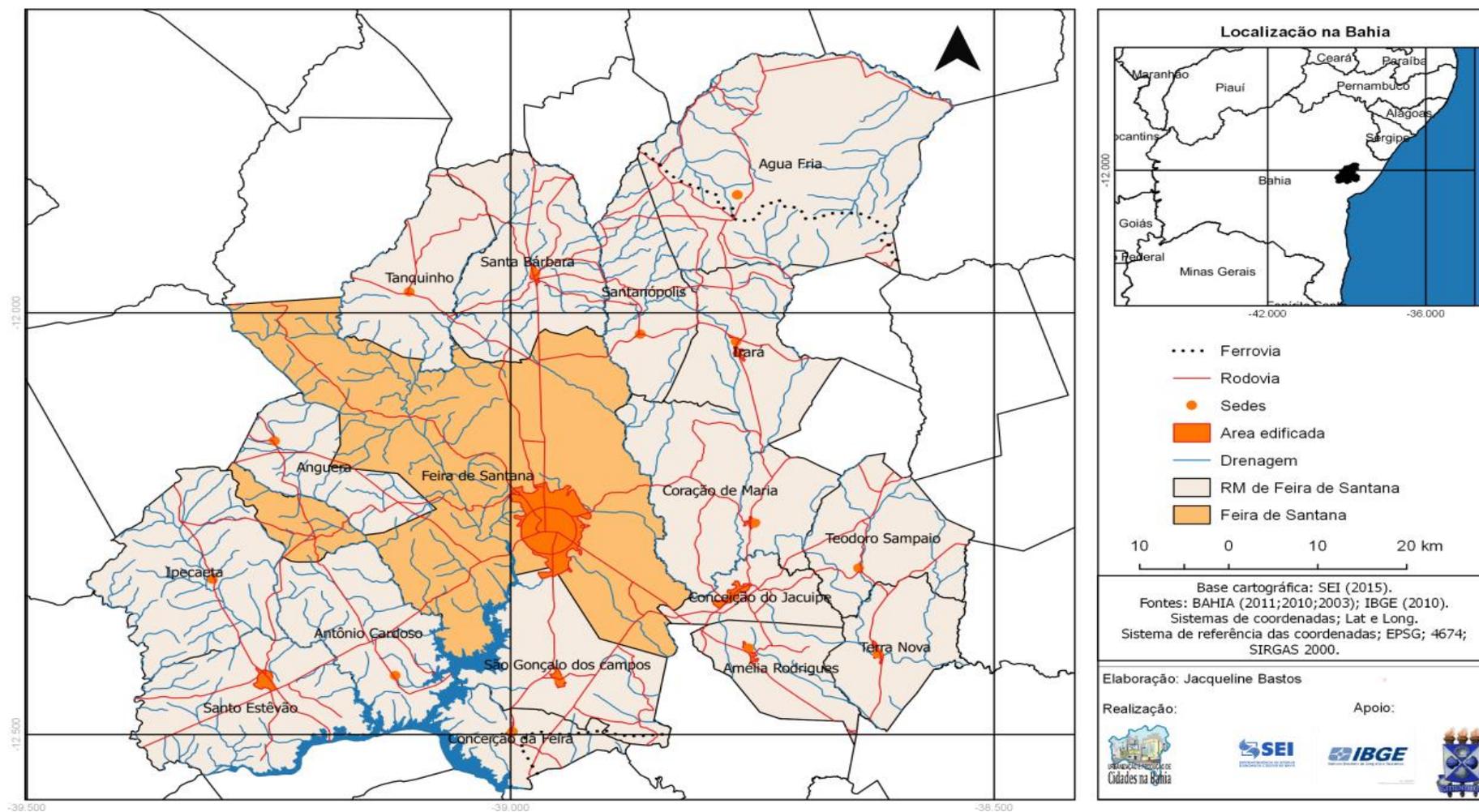
Na Bahia, em 1965, foram criados o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari. Em 1970, essas áreas possuíam grande destaque econômico, porque impulsionaram o desenvolvimento industrial no Estado. No mesmo período, outros distritos industriais foram instalados em centros médios, como Ilhéus, Juazeiro, Vitória da Conquista, com destaque para o Centro Industrial Subaé (CIS) em Feira de Santana (Oliveira, 1976).

Feira de Santana é o segundo maior município, em população da Bahia. Integra e é a sede do Território de Identidade Portal do Sertão, que contém 17 municípios (mapa 1). Está entre dois domínios morfoclimáticos, a caatinga e mares de morro, e contém uma população em 2022 de 616.272 mil habitantes, com uma área territorial de 1.304,425 km², uma região plana, de acordo com o IBGE (2023). Situada aproximadamente a 106 km da capital Salvador, contém 52 bairros, dentre esses o Centro, Tomba, Cidade Nova, Centro industrial do Subaé (CIS), Feira X e Mangabeira, 6 conjuntos residenciais, Feira IV, V, VI, VII, IX, X, e 8 distritos, Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Matinha, Tiquaruçu.

O município de Feira de Santana tem a formação territorial marcada pelo comércio e serviços na Bahia, e era tida como a cidade comercial de gados e mercadorias. Considerada como vila, intitulada como Sant'Ana dos Olhos d'Água, até ser emancipada. Foi “[...] elevada à categoria de cidade em 1873, com o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana e, em 1938, passa a chamar-se somente Feira de Santana sede do município” (Santos, 1999 p.36).

Antes mesmo de tornar-se cidade, Feira de Santana era muito conhecida por sua importância no comércio, através das feiras regulares de gados, cultivo de fumo, além de suas feirinhas livres. Todavia, passou a ter mais contato com outras regiões face à criação de uma ferrovia para transporte de mercadorias e pessoas, que ligava o Recôncavo a Salvador, a qual facilitou “[...] o intercâmbio populacional entre o litoral e sertão” (Santos, 1999, p.36).

Mapa 1: Localização de Feira de Santana no Portal do Sertão, Bahia, 2024.



Em 1940, Feira de Santana já era um centro regional importante do interior da Bahia, mas a malha viária era apenas o que hoje é considerado centro da cidade. O município de Feira de Santana desde a década de 1950 já era o centro econômico da região circunvizinha e possuía condições que lhe eram favoráveis para o desenvolvimento da agricultura, como solos férteis, clima favorável, uma vasta quantidade de fontes hídricas, além da concentração de pessoas que facilitavam o cultivo das terras. Assim, era um espaço privilegiado em relação a outros municípios da Bahia, o que contribuía no seu crescimento econômico, além da sua localização privilegiada como entroncamento rodoviário (IBGE, 2024).

A agricultura possuía um peso importante no fortalecimento do município, mas a pecuária foi o fator decisivo e o principal ramo das atividades da população local e das regiões vizinhas.

Aí foi iniciado o ciclo do gado no Brasil - por Peixoto Viegas, nos campos de Itapororocas. Hoje sua zona comercial-pecuária estende-se por 45.504 km dos quais 18.627 km na sua zona fisiográfica. O Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em 1964, apurou média estadual de 11 bovinos por quilometro quadrado, densidade que, no Município de Feira de Santana, se elevava a 77 cabeças na mesma área (IBGE, 2024, p. 11).

Em 1960, de acordo com censo industrial, existiam 293 estabelecimentos com 1.738 operários. Em 1965, esse número quase dobrou, com o aumento para 531 estabelecimentos, com 2.704 pessoas a trabalhar nesses locais. Começa, então, a transição da economia local do município de Feira de Santana, de agropecuário para industrial e terciária. Nesse momento, a atividade que mais contribuiu para o aumento na porcentagem de produção industrial (31,9%) foi a indústria de fumo. Em segundo lugar, se destacavam as indústrias de produtos alimentares com (30,7%) em referência ao valor (IBGE, 2024, p. 14).

Segundo Freitas (1998), Feira de Santana não possuía, até meados do século XX, um setor industrial fortalecido, mesmo sendo uma grande potência na produção de manufaturas.

Ao analisar o processo de urbanização de Feira de Santana, observa-se que, desde o final do século XIX, sua posição intermediária é decorrente do desenvolvimento das atividades

produtivas, especialmente da pecuária; porém, tomando-se como parâmetro o tamanho demográfico, assume a condição de cidade média na década de 1970, quando alcança população urbana superior a 100 mil habitantes. A modernização industrial consolidada a partir da década de 1970, determina uma dinâmica territorial que confirma este lugar na hierarquia urbana do estado (Freitas, 1998, p. 127).

O processo industrial na cidade começou a se fortalecer em 1970, quando foi implantado o Centro Industrial do Subaé (CIS), localizado no sul da cidade, no bairro Tomba. As características das indústrias implantadas nesse centro são dos diversos ramos, “[...] metalurgia, alimentício, bebidas, madeira, minerais não metálicos, químico, borracha, etc. [...]” (Freitas, 1998, p.88). No que se trata de geração de empregos e volumes de produção, as empresas são consideradas de pequeno e médio porte.

Nota-se a influência que a implantação do CIS causou. Ao analisar a taxa de urbanização do município de Feira de Santana (Tabela 1), é perceptível a alta porcentagem de pessoas que migraram do campo para a cidade a partir da década de 1970, período esse que foi a grande expansão comercial/industrial da cidade.

Tabela 1– Feira de Santana: População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização; Percentual da população da cidade sobre a total, 1940-2022.

Períodos	Total	Rural	Urbana ¹	Taxa de Urbanização	Cidade ¹	(%) cidade sobre total
1940	83.268	63.518	19.750	23,72	7.682	9,23
1950	107.205	73.928	33.277	31,04	17.503	16,33
1960	139.747	91.358	48.389	34,63	46.778	33,47
1970	187.747	55.570	131.720	70,16	82.230	43,80
1980	291.506	57.875	233.631	80,15	125.516	43,06
1991	406.447	56.890	349.557	86,00	180.063	44,30
2000	480.949	49.219	431.730	89,77	215.182	44,74
2010	556.642	46.007	510.635	91,73	460.260	82,68
2022	616.272	51.898	564.374	91,58	547.944	88,91

Fonte: IBGE (2022).

¹ Os dados da população urbana e rural do Censo de 2022 foram calculados pelo Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia com base nas informações preliminares dos setores censitários, divulgadas em março de 2024.

Segundo Freitas (1998), a expansão da cidade se deu, também, no local onde foi instalado o CIS. Mas não apenas nessa área, foram criados conjuntos habitacionais para alocar trabalhadores do CIS, através de projetos e apoios

financeiros federais.

A expansão se deu, também, em outras direções da cidade, dentro e fora do Anel de Contorno. Os trabalhadores em busca de moradias começaram a fazer suas residências ao redor do centro industrial. Com a procura de terrenos nessa localidade, houve uma maior valorização imobiliária das terras em seu entorno, melhoria nos serviços públicos e um crescimento demográfico no município. Porém, é importante compreender que a expansão da malha urbana não ocorreu apenas no entorno do CIS, os projetos federais possibilitam a expansão urbana com criação de conjuntos habitacionais ao longo de toda cidade.

Em relação à economia, a partir de 1940, as atividades terciárias sempre foram o superior no PIB do município de Feira de Santana. Aliás, o próprio surgimento do município se deu devido ao comércio.

Ao analisar os dados expostos na Tabela 2, nota-se que na década de 1940 a economia do município era basicamente voltada para o setor terciário. Portanto, apesar de possuir uma economia predominantemente rural, desde então essa não era tida como a atividade de maior importância no valor do PIB.

Tabela 2- Produto Interno Bruto (PIB) por setores (%), Feira de Santana Bahia, 1940-2015.

Setores	Primário	Secundário	Terciário	Impostos
1949	19,74	8,32	71,93	-
1959	7,65	16,94	75,42	-
1970	7,63	26,48	65,89	-
1980	2,86	37,33	59,81	-
1999	0,92	16,69	82,39	-
2002	1,72	15,88	64,81	17,59
2009	0,61	20,87	62,06	16,47
2015	14,80	0,49	53,86	30,85
2019	0,36	16,67	67,86	15,11

Fonte: IBGE (1949, 1959, 1960, 1970, 1980, 1999, 2002, 2009, 2015).

Assim, segundo os dados do IBGE (2024), a economia do município de Feira de Santana é sustentada pelo comércio e serviços, não só para o consumo interno, mas como abastecimento de municípios vizinhos também, a mesma é tida como a cidade comercial, mas na verdade é terciária. Além da influência que as indústrias possuem na economia, devido ao vasto ramo industrial que o município tem, como

o Centro Industrial Subaé (CIS).

Na década de 2000, o CIS atingiu a marca de 350% no seu crescimento econômico e físico, e dividia as localizações das indústrias com os municípios de São Gonçalo e Conceição da Feira. Em 2010, o Centro Industrial do Subaé (CIS) já era considerado um dos três maiores da Bahia, junto com o Polo de Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu (FIEB, 2012).

Com o crescimento acelerado do Centro Industrial, em 2010 a administração do CIS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, começou a realizar estudos voltados a escolha de novas áreas para a implantação de um novo Centro Industrial, dado que o CIS se encontrava saturado. Através das pesquisas realizadas, foram definidos dois possíveis locais para o novo centro, sendo eles um terreno às margens da BR-324 e o outro na BR-116 norte, onde seria criado o CIS Norte (FIEB, 2012).

A escolha pela implantação do CIS Norte na BR-116 norte se deu pelas características ambientais e estratégicas do local, sendo uma área plana, com grande extensão territorial, não tendo que separar o centro em lotes distintos, facilidade de escoamento das produções, além de uma vantagem ambiental que foi descoberta através dos estudos. No local escolhido, as possíveis emissões de poluentes gerados pelas indústrias iriam ser soprados para fora do centro urbano de Feira de Santana (FIEB, 2012).

Para investir na criação do CIS Norte, foram liberados recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Prefeitura Municipal de Feira de Santana e a administração do CIS sugeriram fazer parceria com o setor privado, com o intuito de desapropriar áreas estratégicas e assim adquirir áreas para construção (SDE/BA, 2012).

No ano de 2013, foi criada a Lei Complementar nº 75, de 20 de junho de 2013, no título III, Art. 4º e 5º, e tendo como decreto a criação de novos bairros na cidade de Feira de Santana, sendo o CIS Norte um deles, localizado na BR-116 Norte e que abrangia o bairro Novo Horizonte e o Distrito de Maria Quitéria (Feira de Santana, 2013). O documento não deixa explícito o motivo da criação de um novo bairro com a junção de comunidades já existentes, mas foi exatamente nesse local que, em 2011, a administração do CIS e a Prefeitura de Feira de Santana

anunciaram a criação de um novo Centro Industrial, contento o mesmo nome, CIS Norte.

Com a duplicação da BR-116 norte, houve maior visibilidade do local e certo interesse por dotar de infraestrutura urbana, por ser uma localidade com uma vasta área rural pouco aproveitada, no âmbito dos interesses do capital produtivo, além de possuir recurso hídrico, uma lagoa. Sendo assim, um local com boa infraestrutura e recursos que suportariam a implantação de um novo distrito industrial.

O CIN teve a implantação das suas primeiras indústrias no início da década de 2010, com construções de galpões com pouca infraestrutura, inicialmente. Em 2019, possuía cerca de 8 indústrias e fábricas em funcionamento mais efetivo, além dos galpões que ainda estão em construção, sendo as que possuem mais destaque: B.N Mascarenhas, Incomprel, Avanço Distribuidora e Globalpark, além de construções aceleradas de galpões para instalação de novas fábricas e indústrias na localidade na BR 116 norte, entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o Distrito de Maria Quitéria, então área rural (Bastos, 2022).

Em 2019, Feira de Santana possuía 767 indústrias cadastradas na Federação das indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Dentre essas, estão as atividades ligadas a diversos ramos, como alimentício, vestimenta, metalúrgico, construção, instalação e manutenção e outros (mapa 2). A FIEB considera indústria toda atividade de transformação de matéria-prima em produto, que pode variar desde uma panificadora, até indústrias que utilizaram maquinário de grande porte, como o automobilístico.

Essas indústrias estão espacializadas por todo a cidade, com dispersão dentro do Anel de Contorno Rodoviário e no entorno da parte mais central da área urbana. Todavia, a concentração também ocorre na parte sul, local em que está instalado o CIS Tomba, sentido distrito de Humildes, e a BR-324, sentido Conceição do Jacuípe. Nos últimos anos, é notório o aumento na concentração de indústrias instaladas no setor norte, onde está o CIN.

2.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO INDUSTRIAL

As transformações no modelo de produção industrial tiveram ápice a partir

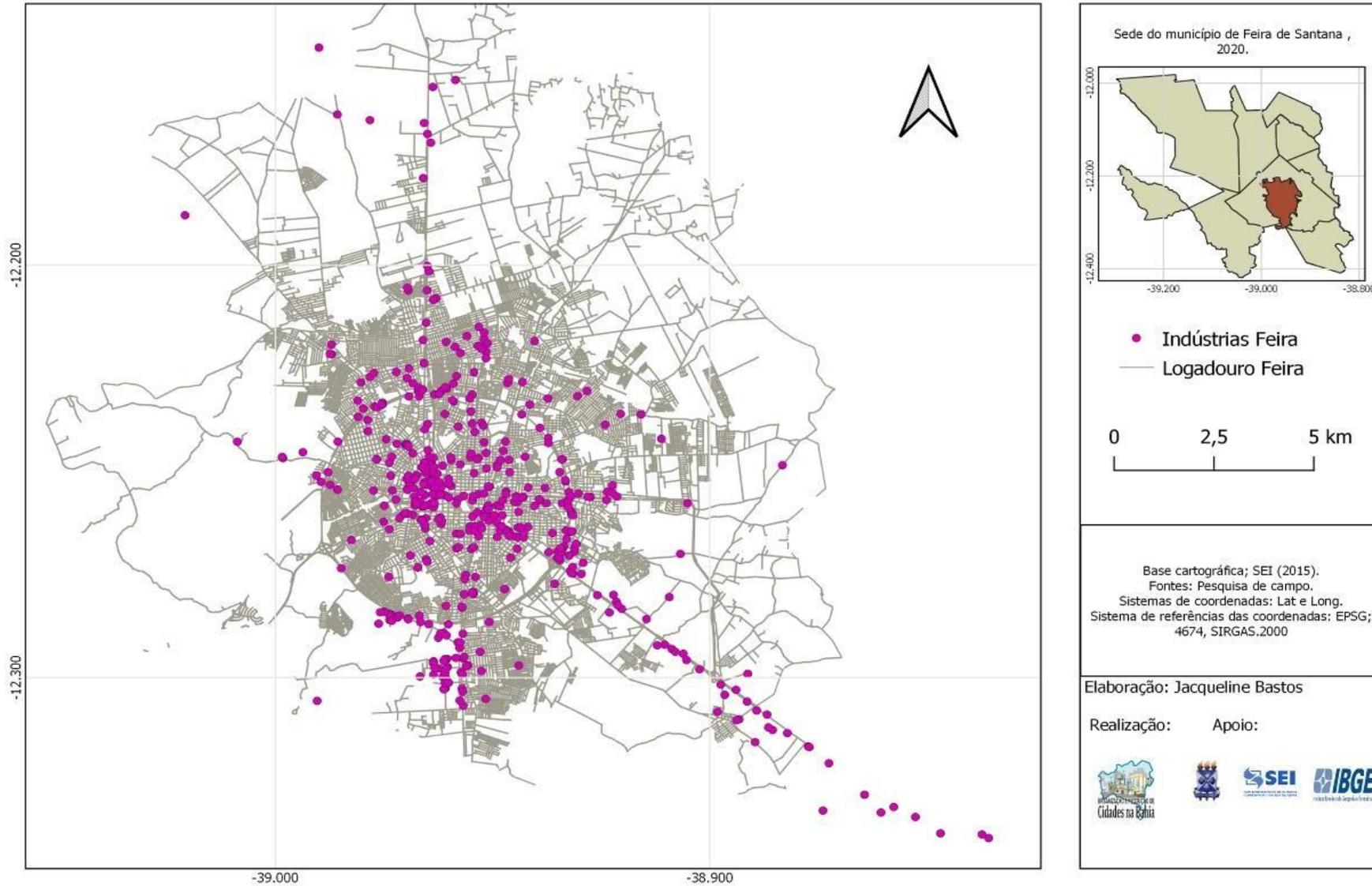
do final da década de 1960, com a crise do modelo fordista de produção, e foram marcadas como uma nova etapa do capitalismo, gerada pelo desequilíbrio na estrutura econômica e política mundial, o que desencadeou novas formas de produção, que afetaram também a atividade industrial, denominada como reestruturação produtiva. Segundo Soja (1993), a reestruturação, de forma mais ampla, seria uma “freada” e/ou ruptura mudando a configuração da vida social, econômica e política.

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança (Soja, 1993, p.194).

Harvey (1992) também afirma que desde o final da década de 1960 e início de 1970, nos países centrais, já haviam indícios que sinalizavam uma possível crise no modo de produção capitalista. Dentre dos inúmeros indícios, o excesso de mercadorias e estoques, assim como a queda na produtividade aumentaram drasticamente. Houve mudanças no modo de vida no pós-guerra, o que influenciou as práticas de controle do trabalho, os hábitos, o uso das tecnologias e as organizações políticas. Dentro desse contexto, surgiram novas formas de lidar com a crise, como a acumulação em maior proporção, em escala global.

A reestruturação produtiva é vista por Benko (1996) como um regime de acumulação flexível, sendo esse um modelo de acumulação do capital que alia os mecanismos de produção e reprodução flexíveis às estratégias fordistas. Esses novos mecanismos não se reduzem apenas à produção imediata, “[...] mas, igualmente, às demais etapas do ciclo de reprodução do capital: circulação, distribuição e consumo”.

Mapa 2: Indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) em Feira de Santana, 2020.



Para compreender a passagem das estratégias da acumulação capitalista fordista para produção flexível, é necessário entender como funcionava a estrutura da produção industrial. Segundo Botelho (2000), o fordismo seria as práticas conjuntas de estratégias voltadas para reprodução do capital em grande escala, baseadas nas técnicas, economias, gerenciamento, políticas e sociais que juntas proporcionariam esses resultados.

O fordismo, ao contrário da acumulação flexível, era ligado no desenvolvimento das forças produtivas, voltadas à potencialização máxima da produção em grande escala. Para que o processo ocorresse, eram necessários investimentos voltados para tecnologia, já o que mesmo intensificava a produção em uma curta escala de tempo. Assim, houve a reinvenção da relação da manufatura com a divisão do trabalho e a produtividade, criada por Henry Ford em 1914.

Com a tecnologia, veio a esteira, a máquina de rolamento que leva a matéria-prima diretamente para o operário ajustar e passar para o próximo passo, que será executado por outro trabalhador. Isso fez com que os mesmos ficassem fixados nos seus postos e exercessem uma única função dentro da indústria. As inovações tecnológicas fizeram com que houvesse a intensificação da divisão do trabalho no interior das fábricas, já que cada trabalhador teria apenas uma única tarefa específica (Botelho, 2000).

Apesar dessa organização industrial aumentar a produtividade do trabalho, através da agilidade das máquinas, o mesmo não se tornou independente das mudanças que poderiam ocorrer durante a produção.

A resistência dos trabalhadores às técnicas científicas de organização do processo produtivo se manifesta nas baixas de produtividade observadas nas indústrias, no aumento da taxa de peças defeituosas, na falta de cuidados do trabalhador com a manutenção do capital fixo, na sabotagem, nas paralisações, absenteísmo, alta rotatividade no emprego etc (Botelho, 2000, p. 16).

Assim, como houve estratégias para que a acumulação fordista se desenvolvesse, os operários também se organizaram. Com o aumento de trabalhadores nas indústrias, houve facilidade para que os mesmos se

organizassem.

O ápice da crise do fordismo ocorreu em 1968, marcado pelas mobilizações mais intensas no mundo inteiro, com manifestações pelas ruas, greves de trabalhadores e ocupações das fábricas e indústrias. A luta contra a crise fordista foi assinalada pelas lutas de classes e tinha como foco a recusa da forma de poder e autoritarismo presente dentro das fábricas, além do controle social, através da revolta dos trabalhos contra a gestão fordista (Druck, 1999).

Além da movimentação dos trabalhadores para derrubar a estrutura fordista, o Estado teve sua contribuição para o enfraquecimento da mesma. No final da década de 1970, ações das forças neoliberais modificaram a intervenção do Estado nos domínios econômicos e sociais, com estratégias de privatização e subcontratação do setor público, o que contribuiu para ampliação do capital. Os Estados nacionais passaram a se subordinarem aos ditames do capitalismo global, com a organização e estruturação voltadas a atender o mercado financeiro mundial, o que incorreu na maior autonomia do capital e gerou riscos na mesma intensidade dos lucros (Botelho, 2000).

Com as mobilizações contra o fordismo, foi necessária uma nova articulação para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Houve novas medidas entre a quantidade e qualidade, além de estratégias para acumulações, denominadas de produção flexível (Botelho, 2000).

Segundo Harvey (1992), embora tivesse ocorrido mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, é importante levar em consideração, também, a possibilidade dessa ascensão de um novo regime de acumulação não ser capaz de conter as contradições do capitalismo da próxima geração, mas apenas uma mudança temporária. Nesse sentido, surgem debates sobre três posições relacionadas a flexibilidade dentro do sistema capitalista atual.

A primeira posição, de acordo com Harvey (1992), traz um debate sobre a influência das novas tecnologias na abertura da possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases econômicas, geográficas e sociais. A posição tem um paralelo com as ações que ocorreram na metade do século passado, quando o capital monopolista expulsou a pequena firma e os inúmeros empreendimentos cooperativos de pequena escala que possuíam potencial de resolver os problemas da organização industrial. A segunda posição

está relacionada com a ideia da flexibilidade como um “termo extremamente poderoso que legitima um conjunto de práticas políticas”, (Harvey, 1992, p. 178), sendo contrárias as pautas dos trabalhadores. Criticam a ideia da flexibilização na organização do trabalho, nos mercados de trabalho e conclui que a força de trabalho flexível é apenas uma parte ofensiva e ideológica fazendo com que pareçam inevitáveis. A terceira posição se situa entre os outros dois extremos em relação a transição do fordismo para a acumulação flexível, considerando que a atual conjuntura se caracteriza pela combinação de produção fordista altamente eficiente, a exemplo da que ocorreu com o uso de tecnologias nos carros no EUA, e o de sistemas de produções mais tradicionais, como o da Singapura, que possuem relações de trabalho mais artesanais.

Segundo Harvey (1992), há uma linguagem para tratar sobre o assunto, sendo a Escola da Regulação que a trata como a estabilização por um longo período da alocação do produto líquido entre o consumo e acumulação.

Apesar do sistema particular de acumulação ser coerente, possuem vários impasses em fazer com que o regime de acumulação se mantenha funcionando e agregue todos os agentes político-econômicos, sendo esses trabalhadores industriais ou financistas. Para que isso ocorresse, foi necessária a “[...] materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc”. As regras e processos sociais interiorizados têm o nome de modo de regulamentação (Harvey, 1992).

De acordo Harvey (1992), há duas amplas dificuldades num sistema econômico capitalista, e são necessárias negociações com sucesso para que o sistema permaneça viável. A primeira trata das qualidades anárquicas dos mercados e fixação de preços, e a segunda está relacionada a necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para que consiga garantir adição de valores nas produções, o que gera lucros positivos para mais capitalistas. Ocorrem, também, intervenções no mercado, mesmo essas não sendo suficientes, com intuito de coordenar as decisões de produção como as necessidades, vontades e desejos dos consumidores, denominada de “mão invisível” do mercado, na visão de Adam Smith.

A regulamentação e a intervenção do Estado são necessárias para compensar as falhas do mercado, tais como:

[...] danos inestimáveis ao ambiente natural e social, evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transportes e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infraestruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e filiais de mercado (o problema das profecias autorrealizadas no desempenho do mercado) (Harvey, 1992, p.118).

As pressões coletivas podem ocorrer através do Estado ou por outras instituições, sejam elas religiosas, políticas, sindicais, patronais ou culturais, que afetam diretamente a dinâmica do capitalismo. Essas podem ser diretas através do controle dos preços e salários, ou indiretas como as propagandas que induzem novos conceitos, necessidades e desejos básicos na vida da sociedade.

Nesse sentido, o pensamento da “Escola da Regulamentação”, segundo Harvey (1992), leva em consideração um conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição de renda e consumo num local particular num determinado período histórico.

Dedecca (1996) relata que o objetivo do Estado tem sido o de menor intervenção do setor público nas relações econômicas e sociais, e considera lógicas de apoio a expansão neoliberal que contêm alguns objetivos internos, ou seja:

(I). romper o processo de concorrência entre os setores público e privado pela repartição da poupança existente, que expressa uma crescente disfunção do gasto público e um encarecimento dos investimentos do setor privado provocado pelo aumento sistemático da remuneração (taxa de juros) dos títulos públicos; (II). contrair os gastos públicos no sentido de permitir uma redução dos custos salariais indiretos do setor privado; (III). reduzir a regulação pública sobre as relações de trabalho para que as empresas possam restabelecê-las em bases mais compatíveis com a nova situação econômica (Dedecca, 1996, p. 57):

A partir de então, começaram a ocorrer resistências, de cunho político com manifestos, que não se limitaram ao espaço industrial, mas sim a vários setores da sociedade, com ênfase nos estudantes. Esses “[...] questionam este ‘modo americano de viver’, questionam as formas de uso social de seu saber, de suas qualificações [...]”. Druck (1999), relata que o modo de viver não dominava somente

o trabalho, mas também o não trabalho.

Para Botelho (2000), a produção flexível é um conjunto de novas estratégias de produção e reprodução do valor, sendo em todas as escalas e níveis econômicos, devido à crise do capitalismo na década de 1970. O novo modelo de estruturação do capital varia de acordo com a sociedade que a reproduz e não há uma fórmula concreta de como avaliar a acumulação flexível (Botelho, 2000).

Com tal forma de organização, foram geradas conexões entre empresas e isso favoreceu a concentração espacial das mesmas, o que constituíram as “economias de aglomeração”, com a substituição das “economias de escala”, que ocorriam no fordismo (Botelho, 2000).

Para Benko:

A aglomeração geográfica das indústrias e a divisão social do trabalho se fortificam mutuamente no espaço e no tempo pela redução dos custos transacionais externos das firmas, e esta conduz a uma aglomeração densa por causa da proliferação das conexões interempresas (Benko, 1996, p.144).

Com a reestruturação produtiva, a localização industrial passa a ter importância para a atração dos investidores. Há a expansão das atividades industriais para áreas antes marginalizadas ou, segundo Botelho (2000), subutilizadas no processo de acumulação capitalista.

A escolha dos locais de instalações das indústrias passou a ser influenciada pelos diferentes benefícios, como incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata, menor tradição sindical, fragilidade da legislação trabalhista e/ou ambiental: procuram-se locais em que haja a menor resistência por parte dos trabalhadores e poder público (Botelho, 2000).

De acordo com Santos (2013), o processo de reestruturação produtiva provocou, também, modificações na urbanização, o que gerou alterações nos papéis que as cidades anteriormente desempenhavam na rede urbana, e acarretou a reestruturação da própria rede urbana, pois as cidades agora exerciam uma nova organização, sendo o “[...] produto e determinante do regime de acumulação flexível” (Santos, p. 64, 2013). Segundo o autor, está claro que a reestruturação produtiva provocou a criação de novas relações tempo-espaço, no que se refere ao espaço intraurbano das metrópoles, cidades médias e cidades pequenas, sendo notórias as mudanças geradas na contemporaneidade, que influenciam diretamente a

reprodução da vida cotidiana.

Para Botelho (2000), a partir de 1990 começou a acontecer a modernização numa parcela das indústrias brasileiras devido às transformações na política econômica voltada às indústrias, que ocorreram nos governos federais ao longo das últimas décadas que antecederam. O autor afirma que as mudanças ocasionaram impactos nas empresas de médio e pequeno porte, que se viram obrigadas a fecharem às portas por não conseguirem se enquadrar financeiramente nessa modernização. A classe trabalhadora também foi afetada diretamente e em grande escala, advindo redução sistemática dos postos de trabalho e a deterioração das relações trabalhistas.

Ao longo do processo de reestruturação industrial os empresários buscaram locais estratégicos para implantar suas indústrias, visando sempre benefícios para maiores lucros, como a mão de obra qualificada e barata, assim como os incentivos fiscais, que eram um determinador da localização industrial, tudo isso dentro de um projeto econômico e principalmente político. Botelho (2000, p.57) afirma que:

A implantação das atividades econômicas no território passa a depender cada vez mais da disputa pelo controle do fundo público, na medida em que o Estado, mediante concessões fiscais às grandes empresas, pode interferir ativamente na localização destas em seu território.

Portanto, em síntese, no que diz respeito ao conceito de indústria, está relacionado a um conjunto de atividades de transformação de matéria-prima em produtos, que podem ser idênticos ou semelhantes, geralmente em grande escala, tendo utilização de tecnologia ou trabalhos manuais, cuja finalidade é a produção de mercadorias para o comércio. A industrialização ocorre quando a força da atividade industrial de determinado lugar se sobrepõe a outras, com várias empresas voltadas a produção de mercadorias, que provocam transformações na economia de um território.

A industrialização brasileira chegou de forma tardia, por conta dos interesses políticos da elite agrária brasileira, que tinham como objetivo a expansão da produção agrícola, principalmente voltada a cafeicultura. Ainda assim, concentrada no sudeste do Brasil, com chegada efetiva na Região Nordeste a partir de 1960.

Os distritos industriais surgiram na Inglaterra no século XIX como forma de

concentrar indústrias, de pequeno, médio e grande porte em um único local. É uma forma de organização das indústrias, com infraestrutura necessária para seu desenvolvimento e dinamizar a economia da empresa, assim como localizações estratégicas, que facilitassem o fluxo de mercadorias, pessoas e capital. Esse ideal de modelo industrial também chegou ao Brasil, com instalações de grandes distritos industriais em São Paulo, refletido, também, na Bahia, a exemplo do CIS em Feira de Santana.

A reestruturação produtiva está diretamente ligada as mudanças nas práticas e formas de produção capitalista no mundo contemporâneo, ao aperfeiçoar as técnicas e modo de trabalho, hábitos, o uso das tecnologias e as organizações políticas, assim como mudanças na lógica das localizações industriais, que passaram a buscar novas estratégias de produção e afetaram diretamente a organização do espaço industrial, com instalações em áreas que fossem mais atrativas e vantajosas.

Feira de Santana já possui um setor industrial fortalecido desde a implantação do CIS, em 1970, porém, nas últimas décadas, é visível o esforço do poder municipal em expandir e criar novas áreas industriais. O CIS Norte, que atualmente é o maior bairro da cidade em extensão territorial, o CIS BR-324 e o CIS BA-502, foram definidos como áreas de expansão urbana, com predominância do setor industrial, através de leis complementares instituídas pelo município. Isso prova que há intenção da gestão municipal em expandir áreas voltadas ao setor industrial.

Essa reconfiguração industrial na cidade de Feira de Santana também pode ser vista através da instalação de indústrias em áreas estratégicas e com grande fluxo de mercadorias, pessoas e capital, sendo as rodovias federais e estaduais, BR-324, BR-116 e BA-502 os focos.

3. EXPANSÃO INDUSTRIAL E MODIFICAÇÕES ESPACIAIS EM FEIRA DE SANTANA

Este capítulo está subdividido em duas subseções, com debates sobre expansão urbana e como o Estado influenciou nas modificações espaciais no Brasil, com ênfase para a expansão urbana em Feira de Santana, observando como está a sua atual realidade, com destaque para a implantação de novas indústrias e os incentivos dados pelo poder municipal, por meio de leis complementares.

A expansão urbana está ligada as dinâmicas do crescimento das cidades, através da apropriação do espaço urbano pelo homem, que é caracterizado pela intensificação do uso e da ocupação do solo e pela extensão da malha urbana (Japiassú, Lins 2014). A expansão que ocorre nas cidades está diretamente ligada ao mercado imobiliário, com construções de empreendimentos residenciais, industriais e/ou terciários. O Estado também interfere na expansão, numa escala municipal, estadual ou federal, e faz com que o valor da terra aumente significativamente (Pádua, 2020).

3.1 INFLUÊNCIA DO SETOR INDUSTRIAL NA EXPANSÃO URBANA

O setor industrial ocasionou transformações nas cidades, e mudou diretamente a sua estrutura e funcionalidade. Tal feito influenciou principalmente no papel que era desenvolvido na cidade, como a concentração do poder econômico e político, e atividades que eram consideradas intelectuais. Já no campo, eram desenvolvidas as atividades braçais, em sua maioria.

A chegada de indústrias em determinado local era sinônimo de desenvolvimento urbano, pois trazia consigo a migração de trabalhadores em busca de emprego, o que fazia com que a oferta de moradias aumentasse, assim como a demanda de produtos e serviços. Conseqüentemente, havia expansão urbana onde eram instaladas.

Desde meados do século XIX, ocorre a crescente subordinação da expansão urbana e de transformações na cidade com intervenções institucionais. O Estado tem tido maior influência na organização das cidades, seja em nível local ou central, e possui protagonismo na vida urbana, tanto nos reflexos dos agentes econômicos ou sociais (Silva, 1994). As primeiras experiências de expansão urbana ocorreram

ao longo do século XIX, e o Estado entrou como regulador dos efeitos do crescimento urbano, numa perspectiva política e social, dado que essas cidades apresentam diferentes níveis de pressão demográfica e bases econômicas.

De acordo com Silva (1994), desde o início do século XIX até a I Guerra Mundial já eram notórios os primeiros indícios de intervenção pública na vida da cidade, que existem até os dias atuais, denominada pelo autor de “A mão visível do Estado”. Muitos são os exemplos das intervenções administrativas que ocorreram na cidade, como a regulamentação da atividade econômica, no qual escolhiam e nomeavam as empresas que utilizariam o solo urbano para geração de bens e serviços.

A intervenção do Estado na dinâmica e desenvolvimento das cidades possui, por um lado, propensão proibitiva, com intuito de regular um vasto conjunto de atividades exercidas na cidade, tais como os regulamentos policiais, construções de edifícios, utilização de via pública, atividades poluidoras e até mesmo na obrigatoriedade de utilização de equipamentos coletivos (Silva, 1994).

Ao analisar a intervenção pública, apresenta-se também a feição positiva, através da oferta de bens e serviços para a população. Tais ofertas podem ser visualizadas através do fornecimento de água, energia, esgoto, banheiros públicos, escolas, farmácias populares, posto de saúde, dentre outros.

Segundo Pádua (2011), o planejamento urbano é uma expressão do controle administrativo sobre a organização da cidade, sendo o Estado o gestor da expansão urbana, escolhendo e delimitando às localizações de construções de infraestruturas e atividades na cidade. Desse modo, a expressão “regulação da cidade” tem um sentido muito mais amplo, entendida como “[...] determinado conjunto de atividades e/ou relações entre actores sociais é coordenado, como são atribuídos os recursos e como são estruturados os conflitos” (Silva, 1994, p. 124).

Para compreender a produção do espaço no sentido da expansão urbana é necessária uma análise em dois sentidos: o quantitativo, que diz respeito ao tecido urbano, aumento da população, equipamentos e rede viária, construção civil, dentre outros; o qualitativo, sendo o uso concreto do espaço em qual habita, realização de vida e desejos, sobrevivência digna no seu lugar (Carlos, 2000).

De acordo com Pádua (2011), do ponto de vista formal, a produção da cidade está cada vez mais ligada ao mercado imobiliário, cidade-produto, esse o local onde

são produzidas as raridades do espaço, podendo ser destacada a acumulação do capital através da produção de empreendimentos residenciais e/ou comerciais. As raridades da cidade são parcelas do espaço urbano onde estão concentrados os bens e serviços de maior importância e valorização, e o Estado atuante em escalas municipal, estadual ou federal. Esses locais são atraídos por empreendedores imobiliários, fazendo com que o valor da terra aumente de forma significativa.

A noção de cidade trabalhada é de uma totalidade que abrange a propriedade de terra, capital, meios de produção, assim como a totalidade dos fatores anteriores que se transformam em riqueza. Nesse sentido, analisando do ponto de vista social e econômico, às desigualdades são necessárias para produção e reprodução desse ciclo, sendo esses uma das contradições do capitalismo. A cidade é a totalidade espacial da sociedade, sendo a materialização das relações sociais, através da reprodução das normas produzidas pela propriedade privada. É na cidade que são expressas as desigualdades, violências, contradições da sociedade, da produção e do uso do espaço (Pádua, 2011).

De acordo com Sposito (1999), compreender a urbanização a partir do desenvolvimento industrial é entender o próprio desenvolvimento do capitalismo. A industrialização impulsionou mudanças na urbanização, porém não deve ser ligada apenas ao aumento populacional das cidades, isso porque o desenvolvimento industrial do capitalismo provocou mudanças nas estruturas internas das cidades. A Inglaterra teve protagonismo na urbanização, sendo o primeiro espaço de pleno desenvolvimento industrial, mas é importante compreender que ocorreu desenvolvimento desigual dentro das cidades, tendo como exemplo a alta taxa de mortalidade infantil.

Segundo Sposito (1999, p. 52), o termo urbanização deveria ser trocado por produção social das formas espaciais, que compreende a relação entre “o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade”, tendo como resultado a passagem do capitalismo comercial e bancário para o capitalismo industrial ou concorrencial.

A expansão urbana pode ser entendida como um processo referente às dinâmicas da cidade que justificam o crescimento e desenvolvimento, através da apropriação do espaço urbano pelo homem em função de suas necessidades. O processo pode ser dividido em dois, no que diz respeito à ocupação do solo, sendo

o crescimento territorial urbano intensivo e extensivo. O primeiro se refere à intensificação do uso e ocupação do solo e resulta no aumento do fluxo daquele local, sendo esse um crescimento vertical. No crescimento territorial urbano extensivo ocorre o aumento da cidade, através da extensão da malha urbana, e ocasiona o crescimento horizontal (Japiassú, Lins 2014).

De acordo com Santos (1989), a urbanização nos países subdesenvolvidos, situação do Brasil, ocorreu de maneira diferente, assim como o conteúdo, caracterizada como uma urbanização terciária, que não possui nenhum plano típico de cidade, apenas alguns caracteres comuns. As indústrias, nesse contexto, foram criadas após o surgimento das cidades.

As divisões das classes sociais influenciam diretamente na dinâmica da cidade e Santos (1989, p. 185) afirma que existem “duas ou diversas cidades dentro da cidade”, por possuir opostos níveis de vida e setores de atividade econômica que vão moldar a cidade de acordo com suas necessidades locais.

Apesar de possuírem formas e dinâmicas diferentes, as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas, tais como: emprego, habitação, transportes, serviços básicos como água, esgoto, saúde e educação. É importante considerar que quanto maior o tamanho da cidade, a intensidade das problemáticas vão se agravar (Santos. 1989).

A implantação das indústrias no século XX gerou muitas modificações na produção do espaço urbano, por meio da rede de transporte, no armazenamento de mercadorias e nos fluxos e na distribuição, o que produziu novos espaços para atender as demandas da atividade industrial. Porém, com a reestruturação produtiva do capital, ocorreram mudanças na lógica da localização das indústrias, que passaram a buscar novas estratégias de produção, tais como a intensificação do uso da tecnologia e descentralização da produção, que afetaram diretamente a organização do espaço urbano e industrial, com instalações em áreas que fossem mais atrativas e vantajosas para o capital.

Apesar do setor industrial trazer consigo o ideal do desenvolvimento urbano, em relação a infraestrutura, com chegada de equipamentos públicos e privados e aumento de oferta do setor imobiliário, ele em si não é sustentável, possuindo adversidades dentro do espaço urbano.

As leis de ordenamento territorial e o planejamento urbano introduzem as

indústrias nesses espaços, mas sem a inclusão social, pois não é esse o objetivo do Estado, que demonstra uma face das contradições do capitalismo. A infraestrutura de transporte e o encarecimento do solo urbano-industrial refletiram nas camadas mais pobres da sociedade, que são obrigadas a se retirarem desses locais pelo alto custo de vida, o que deu margem para chegada das camadas de média e alta rendas, em condomínios fechados. Com isso, é necessário compreender se, atualmente, a indústria é fator determinante na influência na expansão urbana, nos lugares onde ocorre sua instalação.

3.2 EXPANSÃO URBANA E INDUSTRIAL NAS BR-324 E BA-502 DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

As categorias de análise adotadas dizem respeito à expansão urbana voltada a adequações às condições de deslocamentos, transformações econômicas, políticas e culturais, e as articulações do sistema viário urbano e regional.

Em 1940, Feira de Santana já era um centro regional importante do interior da Bahia. Porém, a malha urbana, comparada a existente atualmente, equivalia apenas ao que hoje é o bairro Centro. Entre as décadas de 1950 e 1970, foram criados sistemas viários, com abertura de vias de importância para cidade, tais como a Avenida Maria Quitéria e Padre Anchieta, essa última atualmente é a João Durval Carneiro e o Anel de Contorno (Av. Eduardo Fróes da Mota). Houve expansão e modificações de outras vias existentes, como as avenidas Presidente Dutra, José Falcão da Silva e Getúlio Vargas, e as ruas Senador Quintino, Araújo Pinho. Em relação ao plano fundiário, houve ampliação do mercado de terras, com criação de loteamentos que antes eram chácaras e sítios e se tornaram lotes urbanos, virando terrenos vazios para especulação imobiliária (Santos, Santos, Reis, 2021).

No final da década de 1960, a cidade de Feira e Santana havia ocupado boa parte do espaço interno ao Anel de Contorno Rodoviário, período em que ocorreu, também, a expansão de vias com pavimentação com uso de paralelepípedos e asfalto, registrado na Planta da Cidade contida no PDLI de 1968 (Feira de Santana, 1968).

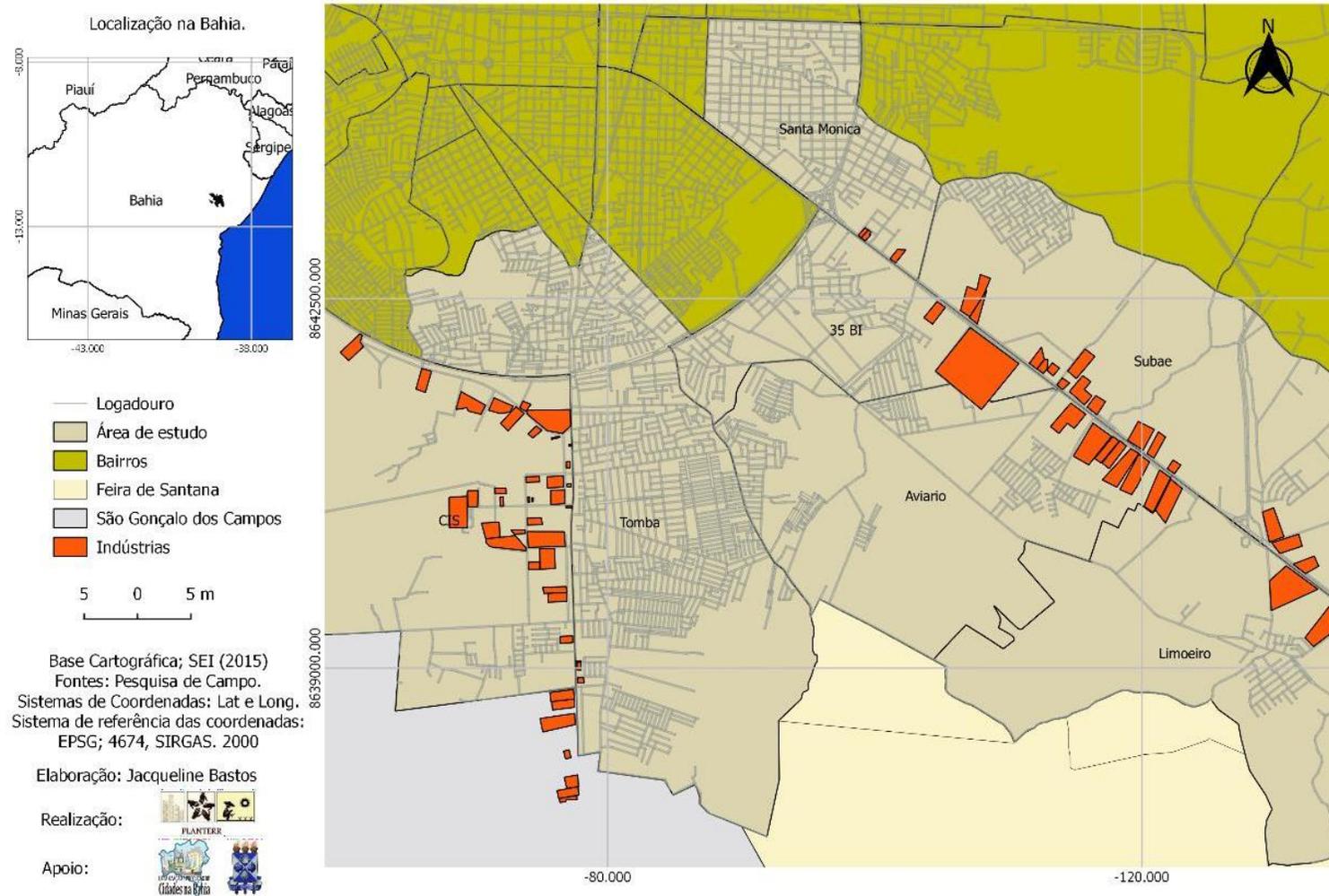
Com o impacto da industrialização a partir da década de 1970, junto com o êxodo rural e a criação do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) relacionadas às políticas de moradia, a expansão se tornou mais evidente, porque deram subsídios para construção de vários conjuntos habitacionais, que futuramente se tornaram bairros periféricos, tais como Feira IV, Feira V, Feira VI, Feira VII, Feira IX e Feira X, assim como o Feira I, que hoje é o bairro Cidade Nova, ao norte da cidade (Santos, Santos, Reis, 2021).

Os conjuntos voltados para as classes populares e de rendas médias foram os que tiveram maiores impactos na expansão, produzidos pela Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS), Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), Caixa Econômica Federal (CEF) e Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR) (Oliveira, 2005). Foi nesse contexto, entre as décadas de 1960 e 1990, que ocorreram outras ocupações de áreas que, até então, não era de interesse do mercado imobiliário, a exemplos de terrenos no entorno de lagoas, como a Lagoa do Prato Raso e Subaé (Santos, Reis, 2021).

No entorno da BR-324, a sudeste da cidade de Feira de Santana, estão localizados os bairros do 35° BI (Trigésimo Quinto Batalhão de Infantaria), Subaé, Aviário, Limoeiro e o distrito de Humildes, afetados diretamente pela expansão industrial. A via urbana de maior influência é a avenida Nóide Cerqueira, que tem ligação entre a BR-324 e a Avenida Getúlio Vargas, com 8,1 km de extensão, e é considerada a maior avenida da cidade, além da BR-101, que fica entre Feira de Santana e Conceição do Jacuípe (CONDER, 2014). Ao longo da BA-502 estão localizados os bairros do Tomba, CIS, Panorama e o Conjunto Habitacional Feira VII, onde ocorre a significativa expansão urbana no sentido São Gonçalo dos Campos, cuja Avenida Sudene é a que possui maior destaque nessa área, conforme o mapa 3.

O maior interesse das instalações de médias e grandes indústrias na BR-324 e BA-502, rodovias com grandes fluxos interestaduais, se dá por possuírem lógicas estratégicas de organização espacial na formação desses novos núcleos industriais, que são importantes como facilitadores do escoamento dos produtos.

Mapa 3: Expansão Industrial nas BR-324 E BA-502 da cidade de Feira de Santana, 2024.



A BR-324 é uma rodovia federal, com extensão de 627,5 km, fundada em 1940 e pavimentada na década de 1960; tem início na cidade Balsas, no Maranhão, e termina em Salvador, na Bahia, e, portanto, possui um intenso fluxo interestadual. Segundo o IBGE, um dos trechos mais importantes da rodovia é a parte entre Feira de Santana e Salvador, área que contém inúmeros entroncamento com importância nacional, pois faz conexão com a BR-116, BR-101 e BR-110, sendo necessária a passagem por ela para chegar à capital do estado da Bahia (IBGE, 2024).

A BR-324, trecho entre Feira de Santana e Conceição do Jacuípe, uma das áreas analisadas, também é a rodovia que liga o interior da Bahia à capital, e o Porto de Salvador, localizado na Baía de Todos os Santos e o Porto Organizado de Aratu-Candeias, são essenciais para a exportação e importação de mercadorias.

De acordo com Goés (2012), os decretos Nº 29.945 e 28.946, de 1983, trouxeram mudanças as quais o CIS passou a contar com uma área total de aproximadamente 31km², dos quais 24km² correspondiam ao Tomba, situado às margens da BR-502, e 7 km² correspondente à área ao longo da BR-324, reforçados pela revisão do Plano Diretor do CIS de 1985. Desde essas ações se consolidou um centro industrial com dois núcleos (binuclear) em diferentes localizações, mas com fácil articulação e infraestrutura. O Núcleo da BR-324 possuía melhores condições para a localização das indústrias, pois o Tomba possuía carência de recursos e infraestrutura precária, apesar de sua linearidade ser igualmente importante.

A Lei Complementar nº 118, de 20 de dezembro de 2018, institui a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS), na Área Urbana e de Expansão Urbana do Município, no qual estão inclusas a Zona 08 – CIS Tomba; Zona 09 – CIS BR-324; e a Zona 10 – CIS BR-116 norte, que delimita esses locais como áreas de expansão urbana com predominância do setor industrial (Feira de Santana, 2018).

A duplicação da BR-324, que liga Feira de Santana e Salvador, foi iniciada em 1970 e concluída em 1985, ocorrida devido grande volume de tráfego, principalmente de cargas pesadas na rodovia, o que resultou, também, numa maior aproximação de Feira de Santana com a capital e privilegiou ainda mais a posição do município na articulação regional nas rodovias (Feira de Santana, 2018).

A BA-502 é uma rodovia estadual, com extensão de 113 km, que tem início

em Feira de Santana e passa por algumas cidades do Recôncavo Baiano, como Cachoeira, São Félix e Muritiba. Com o projeto do Governo do estado da Bahia e do Governo Federal para a duplicação da BA-502, no sentido Feira de Santana - São Gonçalo dos Campos, houve maior visibilidade da área e certo interesse por dotar de infraestrutura urbana, por ser uma localidade com uma vasta área rural pouco aproveitada, no âmbito dos interesses do capital produtivo (Pomponet, 2019). Sendo assim, um espaço com infraestrutura e recursos que suportariam a extensão do CIS.

Ainda de acordo com a Pomponet (2019), há décadas, quem transitava pela BA-502 encontrava um cenário rural, com sítios, chácaras, pequenas propriedades e fazendas e muitas jaqueiras, mangueiras e cajueiros, com trânsito menos intenso. Contudo, com a expansão urbana e da atividade industrial e terciária em direção ao sul da cidade de Feira de Santana, houve a intensificação da ocupação dessa área, com o surgimento de fábricas, restaurantes, postos de combustíveis, galpões, empresas diversas, etc., e, conseqüentemente, impulsionou o setor imobiliário, o que fez com que, ao longo do tempo, fossem surgindo bairros inteiros, além dos conjuntos habitacionais, a exemplo do Feira VII, que foi inaugurado em 1995 para acolher os trabalhadores do CIS, devido a área que não possuía infraestrutura para tal.

As paisagens que ficam às margens da rodovia foram sendo modificadas, “o tom opaco das construções de concreto revogou pomares frondosos, espantou os pássaros, empurrou a agropecuária para espaços mais distantes” (Pomponet, 2019). Hoje, o cenário é predominantemente urbano, com poucas chácaras. As mudanças que ocorreram na rodovia BA-502 tiveram diversas conseqüências, como o aumento do fluxo de veículos e a expansão da malha urbana entre os dois municípios de forma contínua, sendo considerada uma “conurbação” entre São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana de acordo com o autor, o que não ocorre nessa situação, pois não há a junção entre as duas cidades.

O processo de conurbação, segundo Villaça (2001), ocorre quando uma cidade passa a ter uma junção com outras áreas urbanas localizadas a sua volta, que podem pertencer ao próprio núcleo ou a outros municípios, desenvolvendo intensas vinculações socioeconômicas e urbanas, tanto na cidade central que absorve, quanto a que é absorvida. Esse não é o caso do fenômeno que se observa

em Feira de Santana, pois na verdade, o que ocorre é a expansão da cidade, que já atravessou os municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe. Todavia, ainda não há a junção de duas dessas três cidades, para se configurar uma conurbação.

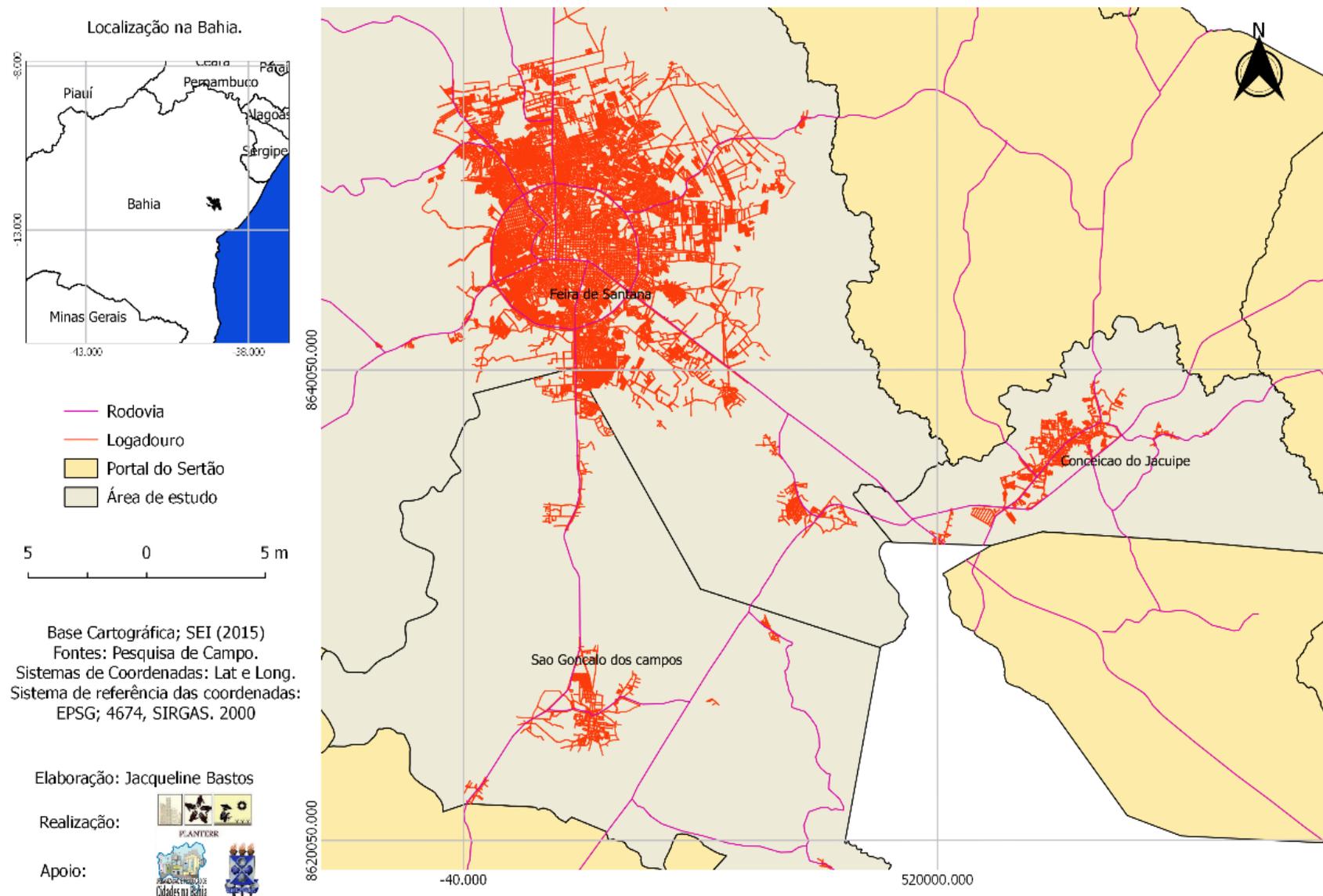
Há maior aproximação da cidade de Feira de Santana com a cidade de Conceição do Jacuípe do que de São Gonçalo dos Campos, contrapondo o discurso de que há uma conurbação entre Feira de Santana em direção a São Gonçalo dos Campos, sendo que ao analisar o mapa 4, não ocorre o processo de conurbação entre as cidades mencionadas anteriormente.

Porém, os estudos do IBGE (2024), relacionados às áreas urbanizadas, com alta densidade, baixa densidade e loteamentos vazios, conforme mapa 5, dão a entender que há conurbação entre as cidades de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, assim entre as cidades de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe. Porém, essa informação é inconsistente, primeiro porque não corresponde ao real; e segundo, pois a própria delimitação dos setores urbanos dos três municípios, proposta pelo IBGE, não corresponde às áreas urbanizadas, sendo, portanto, consideradas áreas rurais pelo órgão. Então, ainda não há continuidade de áreas urbanas até as cidades de São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe, e por isso, o mapa 4 corresponde mais consistentemente à realidade das áreas em estudo, e por isso não é considerado que há conurbação.

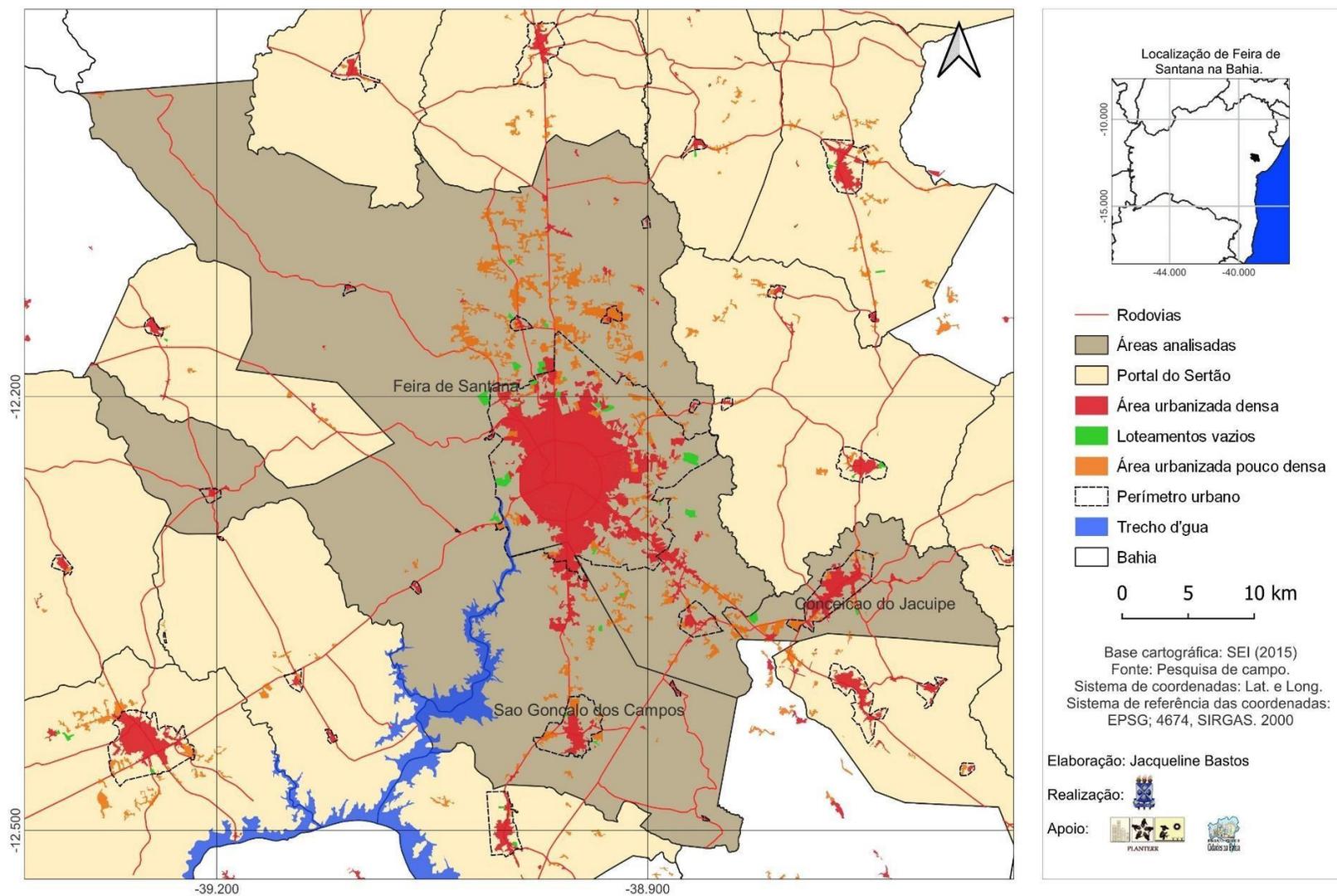
Nas proximidades da BA-502 estão localizados os bairros do Tomba, CIS, Aviário e o Conjunto Feira 7. Na BR-324 estão os bairros do 35 BI, Limoeiro, Santa Mônica, Subaé e o distrito de Humildes.

As indústrias instaladas no CIS atuam em diversos ramos de atividade econômica: alimentos, bebida, construção, eletrônico, automobilístico, distribuição, embalagens, químico e têxteis. As principais empresas instaladas na BA-502, numa perspectiva de tamanho e abrangência comercial são Belgo Bekaert, Gigaplas, Biscoitos Itália, Granphos Fertilizantes. Na BR-324 as indústrias com maior protagonismo são Nestlé, Pepisco, Pirelli, Ambev, Belgo Bekaert, Vonder, Cervejaria Itaipava, Mirasol, G-Light, Seara, Klabin S.A.

Mapa 4: Áreas urbanas da cidade de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe, 2024.



Mapa 5: Áreas urbanizadas do Portal do Sertão, IBGE 2019.



Ao analisar imagens de satélite da cidade de Feira de Santana, com ênfase para as áreas de estudo, é possível identificar o processo de expansão urbana. Em 1959, o entorno da BR-324 e da BA-502 era caracterizado por uma vasta área rural, quase sem construções e nenhum vestígio de indústrias, apenas grandes divisões de loteamentos (mapa 6).

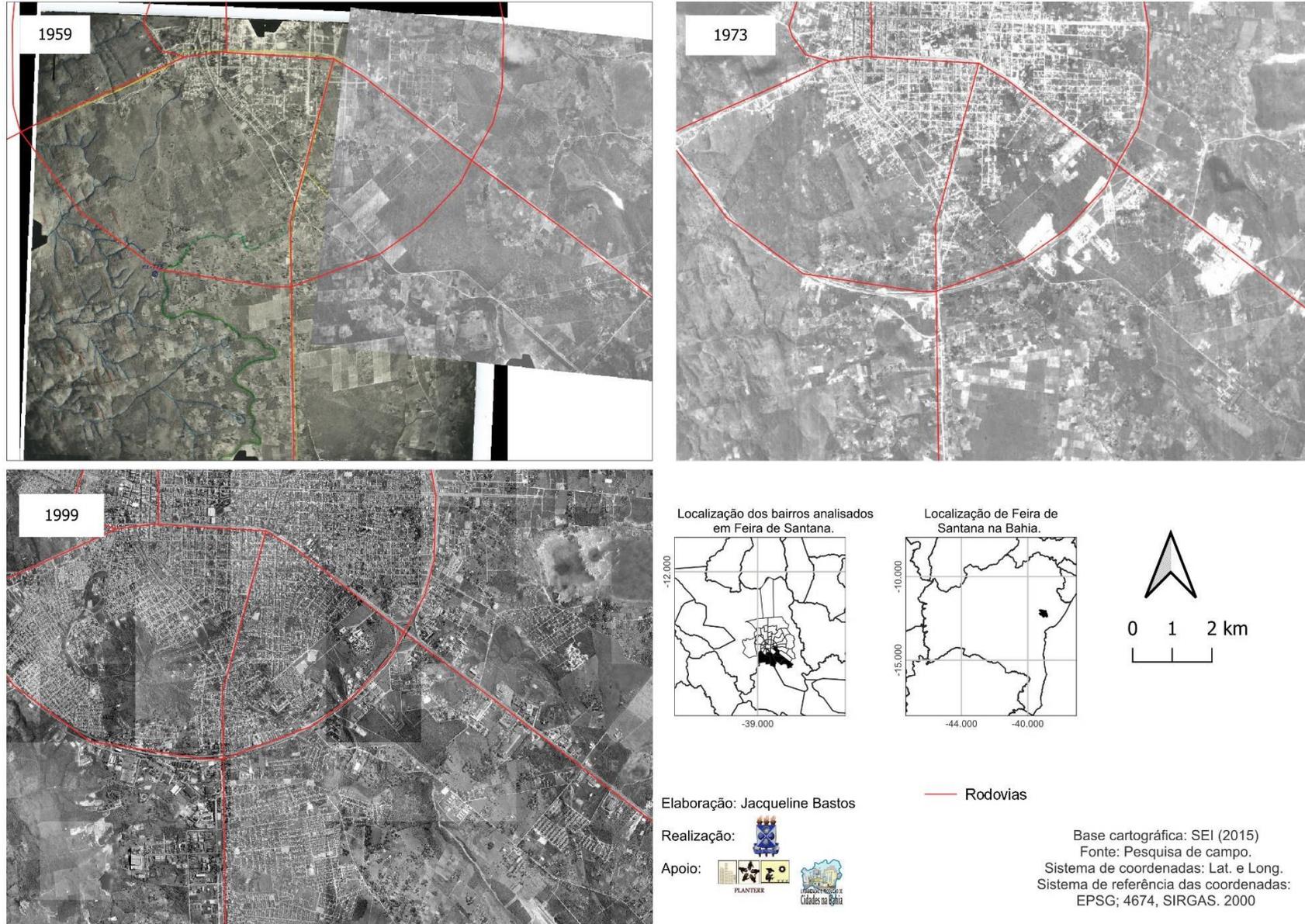
A avenida Eduardo Fróes da Mota, conhecida como Anel de Contorno Rodoviário, responsável pela interligação das rodovias de maiores importâncias que cortam o município de Feira de Santana, ainda não tinha sido construída nesse período, assim como alguns bairros, a exemplo do Subaé, Limoeiro, Aviário e Tomba.

Em 1973, no entorno da BA-502 e BR-324 o cenário foi mudado, com indícios de expansão urbana para o bairro Tomba, no momento, ainda delimitado dentro do Anel de Contorno, enquanto o Conjunto Habitacional Feira VII não existia, cuja área era apenas caracterizada por loteamentos, espaço rural e a lagoa, onde hoje é o Parque da Cidade. Na BR-324, nesse mesmo ano, as construções já estavam começavam a ultrapassar o Anel de Contorno, mas com poucos galpões construídos ao longo da rodovia.

Em 1999, a expansão industrial ao longo das duas rodovias já era bem mais significativa. As indústrias não se concentravam apenas na delimitação do CIS. O bairro do Tomba e o Conjunto Habitacional Feira VII estavam com a malha urbana mais espessa. Porém, os bairros Aviário e 35°BI ainda eram predominantemente rurais, com alguns loteamentos, mas pouca construção.

Em 2024, a malha urbana se estende ao longo das duas rodovias, interligando-as através de bairros, e ultrapassou o limite municipal de Feira de Santana em direção ao município de São Gonçalo dos Campos, na BA-502. Na BR-324, a malha urbana ainda não chegou no município de Conceição do Jacuípe, mas já está próxima. Há concentração de indústrias, condomínios, loteamentos, casas e estabelecimentos públicos e privados no entorno de ambas.

Mapa 6: Expansão urbana do eixo sul e sudeste de Feira de Santana, 1959, 1973, 1999.



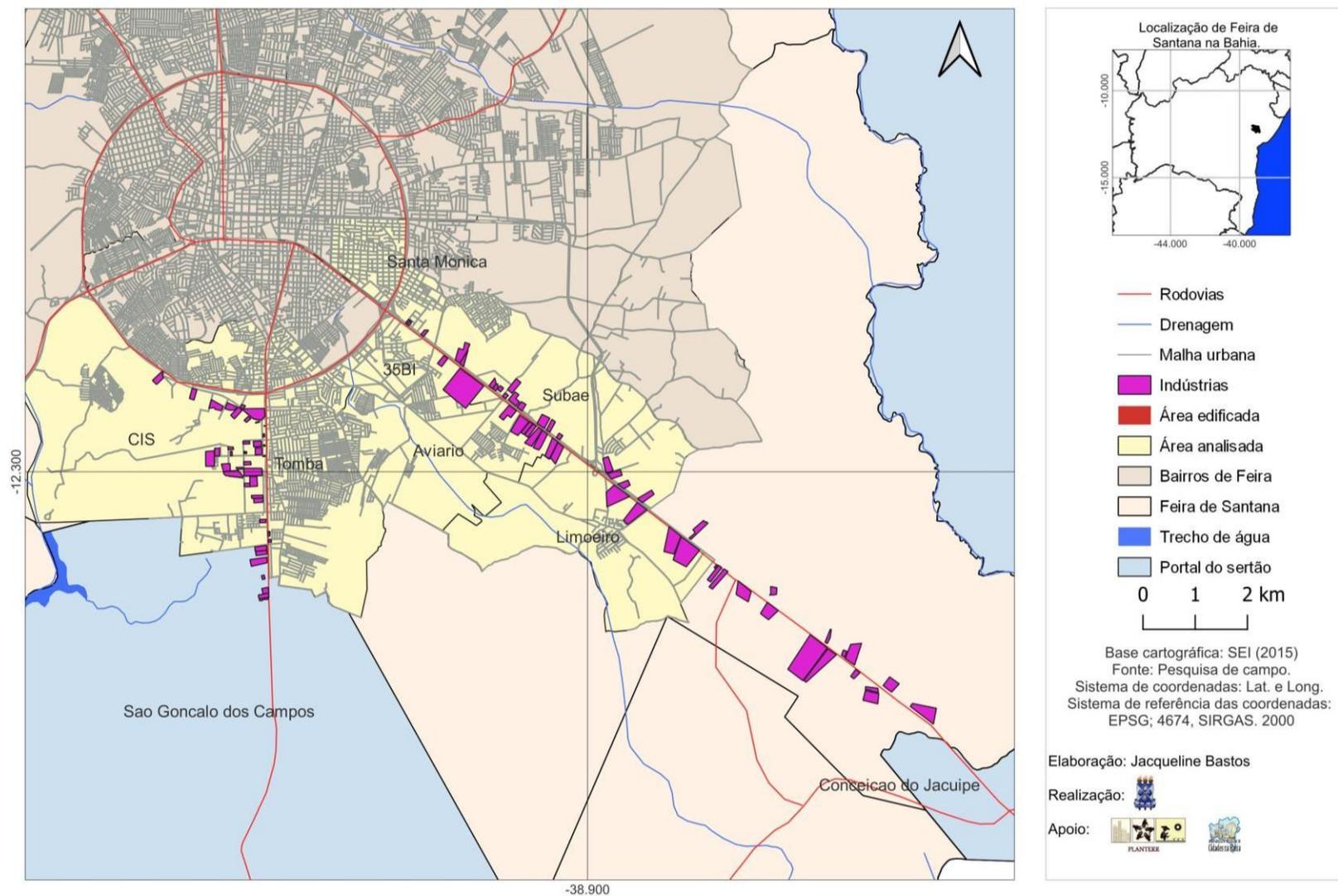
Atualmente, a indústria como fator determinante da expansão urbana não ocorre da mesma forma que no século XX. Ao analisar o caso da BA-502 e BR-324 em Feira de Santana, em relação à expansão urbana influenciada pelo setor industrial, se questiona se a mesma influencia a implantação de equipamentos públicos e privados, bem como o setor imobiliário, com a construção de condomínios fechados e conjuntos habitacionais.

Outro fator que influenciou diretamente a expansão urbana para as áreas industriais são os incentivos municipais para a criação do novo centro industrial, sendo firmado com a Lei complementar, em 2013, que criou novas áreas industriais, que abarcam exatamente o local onde estão instaladas as indústrias em estudo, e a de ordenação do uso e ocupação do solo, que delimitou essa área como industrial. A Lei complementar de 2018 instituiu a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS), na Área Urbana e de Expansão Urbana do Município, no qual estão inclusas o CIS Tomba e CIS BR-324, que delimitam esses locais como áreas de expansão urbana, com predominância do setor industrial.

Atualmente, foram identificadas através de análise de imagem de satélite e vetorização, noventa e oito indústrias instaladas ao longo das BR 324 e BA 502 (mapa 7), e é possível verificar indústrias de diversos tamanhos e níveis comerciais, que podem ser caracterizadas como empresas de pequeno porte, com galpões menores e abrangência local e/ou regional, médio porte, com infraestrutura mais desenvolvida e atuação em nível nacional, e de grande porte, que são as grandes indústrias transnacionais.

Ocorre aglomeração de indústrias na BA-502, principalmente na área delimitada do CIS. Ao longo da rodovia, as indústrias se estendem e ultrapassam o limite municipal de Feira de Santana, em direção à São Gonçalo dos Campos, a exemplo da Gujão Alimentos. As indústrias com maior porte estão localizadas na BR-324, com destaque para Pirelli, que possui o triplo da área de muitas indústrias que estão instaladas na mesma rodovia.

Mapa 7: Espacialização das indústrias da BA – 502 e BR-324, Feira de Santana, 2024.



4. MUDANÇAS NA DINÂMICA URBANA E INDUSTRIAL DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

O capítulo está subdividido em três subseções e, inicialmente, é feita a caracterização das indústrias que estão instaladas nas áreas de estudo, depois foram discutidas as interações espaciais das indústrias, relacionadas à origem e destino dos produtos, assim como a origem dos funcionários que trabalham nesses locais. Além disso, analisa-se como está ocorrendo a reestruturação industrial em Feira de Santana, e sua influência na expansão urbana.

É importante compreender o setor industrial de Feira de Santana e a influência na chegada de novos equipamentos públicos e privados, como o setor imobiliário, que tem expandido para essas áreas, com construções de condomínios fechados e conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Como dito, as indústrias instaladas em Feira de Santana possuem importância para o crescimento econômico do município, com participação de 21% no PIB de 2019 (Gomes, 2019).

É importante analisar, também, os problemas sociais que a implantação de indústrias gera em determinado local, como o encarecimento do preço do solo e a desapropriação de terras, como é o caso do CIS Norte, que atualmente assumiu status de bairro, mas que, para isso, foi necessário subtrair áreas rurais de distritos circunvizinhos, como Maria Quitéria, Matinha e Tiquaruçu.

As interações espaciais que ocorrem entre Feira de Santana, os municípios, estados ou até mesmo países ocorrem através do fluxo de mercadorias, informações e pessoas, relacionadas à existência e reprodução do processo de transformação social. No caso da BA-502 e BR-324, as interações industriais ocorrem entre: municípios como Alagoinhas, Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, estados, como São Paulo, Pará, Maranhão, Pernambuco, e países, como Alemanha, Suíça, Inglaterra, Romênia, México e Argentina.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL AO SUL E SUDESTE DA CIDADE

As áreas industriais da BA-502 e BR-324 são compostas pelas atividades de alimentos, bebidas, construção, eletrônicos, automobilístico, distribuição, embalagens, têxteis e químico, podendo ser caracterizadas de pequeno, médio e grande porte (Tabelas 3 e 4). Para classificar os portes das indústrias, foram utilizadas como categorias de análise a quantidade de funcionários, o tipo de venda dos produtos, sendo de importação ou exportação, tamanho da indústria, além das interações espaciais que elas possuem, como de onde vem a matéria-prima e para onde vão os produtos após o beneficiamento.

Atividade Econômica	Indústrias
Alimentos	4
Bebidas	2
Construção	10
Eletrônico	2
Automobilístico	7
Distribuição	7
Embalagens	7
Químico	8
Têxteis	2

Fonte: FIEB (2024)

Na BA-502, destacam-se as indústrias o ramo de químicos, como a Brascom do Nordeste, e no de construções, a Belgo Arames.

Atividade Econômica	Indústrias
Alimentos	8
Bebidas	4
Construção	12
Eletrônico	1
Automobilístico	5
Distribuição	13
Embalagens	5

Fonte: FIEB (2024)

Na BR-324, os ramos de produção que se destacam são de construção, como a Metaf, e de distribuição, a exemplo da GRID-FSA.

As entrevistas aplicadas com os funcionários das indústrias serviram para compreender como são caracterizadas as empresas. Os dados coletados possuem informações sobre os tipos de produtos processados nas indústrias, a quantidade de funcionários de cada uma delas, tipo de venda de produto, podendo ser de importação de matéria-prima, exportação de produtos ou sem interesse em ambos, conforme informações coletadas no site da FIEB (2024), além de compreender as motivações que levaram as indústrias a instalarem nessas áreas. Foram selecionadas oito indústrias das duas áreas de estudo, que possuem características de porte diferentes, para serem analisadas através de entrevistas diretas e indiretas.

Para realizar a caracterização das indústrias localizadas nas áreas da BA-502 e BR-324 em estudo, foi necessário a aplicação de entrevistas a funcionários das empresas, de forma presencial e remota, que contêm perguntas relacionadas a quantidade de funcionários da indústria, atividade e produtos gerados, tipo de comércio¹ e motivação da empresa para instalação na cidade de Feira de Santana. Por outro lado, no site da FIEB foram retiradas informações de todas as empresas sobre os nomes, endereços, atividade desenvolvida, produto gerado, quantidade de funcionários e tipo de “comércio” para compreender se são importadoras, exportadoras ou de relações locais. Após retirar tais informações, foi feita a sistematização dos dados, que geraram a caracterização das indústrias por categoria de análise de funcionário, relação de venda de produtos, atividade, motivação para instalação nas duas localidades e o tipo de financiamentos.

Por final, foram necessárias análises de imagens de satélite e visitas em campo para constatar o tamanho das indústrias e como estão distribuídas ao longo das rodovias. Após essas análises, foram elaborados mapas das indústrias, para identificar a espacialidade e as diferenças entre elas.

As indústrias observadas possuem cronologia de instalação distintas, que variam de 1974 a 2018. A Belgo Bekaert é a indústria mais antiga, com duas filiais na cidade, uma na BA-502 e outra na BR-324; a Pirelli Pneus foi instalada em 1979 na BR-324, ambas indústrias são originárias da implantação do CIS. A Brasfrut foi instalada em 1990; a Gujão Alimentos e Nestlé foram instaladas no mesmo período,

¹ Comércio está relacionado a importação de matéria-prima, exportação de produtos ou sem interesse, de acordo com a FIEB (2024).

entre 2005 e 2007. As indústrias mais recentes são a Colormaq, Metaf e Bracell, com instalações entre 2015 e 2018.

Em relação às mercadorias que são produzidas nas indústrias analisadas, prevalece o ramo alimentício, com Brasfrut na produção de sucos de fruta; Nestlé, na fabricação de laticínios; e a Gujão, no abate de aves. No ramo metalúrgico, tem-se a Belgo Bekaert, com a produção de arames de aço; e a Metaf, com a fabricação de estruturas metálicas. Na produção automobilística, tem-se a Pirelli, com fabricações de pneus. A Colormaq produz mercadorias voltadas ao ramo eletrônico, com fabricação de eletrodomésticos. Por fim, tem a Bracell Papéis com atividade de papelaria e fabricação de produtos de papel.

Ao analisar a quantidade de funcionários das indústrias entrevistadas, é notório que a Pirelli Pneus se destaca não só em relação a quantidade de funcionários, sendo 1.451, mas, também, no tamanho da indústria, considerada a maior da área da BR-324 (foto 1).

Foto 1 – Fachada da indústria de maior porte da BR-324, Pirelli pneus, Feira de Santana, 2024.



Fonte: Acervo pessoal de Jacqueline Bastos.

A indústria que se destaca em relação a quantidade de funcionários na BA-502 é a Gujão alimentos, com 802. A Colormaq, Brasfrut, Nestlé, Bracell e Belgo Bekaert estão no mesmo patamar, com uma média de 300 a 500 funcionários, consideradas de médio porte. A Metaf é a menor indústria dentre as analisadas,

com mercado local e apenas 46 funcionários².

A relação de venda dos produtos liga-se diretamente ao nível de relações comerciais de compra de matéria-prima e venda de mercadorias que são feitas pelas indústrias, podendo ser de importação, exportação ou sem interesse, de acordo com os dados da FIEB (2024).

Das indústrias analisadas no site da FIEB, a importação se destaca com 62% das relações de vendas dos produtos, sendo exemplos a Pirelli, Colormaq, Nestlé, Bracell e Belgo Bekaert. Das relações exportações, apenas 25% das indústrias se destacam; a Brasfrut e Pirelli que são as únicas a possuir os dois tipos de relações, de forma mútua. A Metaf e Gujão, que são 25% das indústrias, que não possuem interesses de importação nem de exportação. Com isso, é possível compreender que a importação de produtos se destaca dentre as categorias de análise voltadas à relação de venda de produtos.

O discurso de alguns funcionários das indústrias sobre escolha por Feira de Santana se dá pelas vantagens que a mesma possui em relação as isenções fiscais e localização geográfica, visto que, ao se tratar de escoamento, a área na qual está instalada é de grande importância, sendo a BR 324 uma das mais importantes do país. De acordo com os funcionários entrevistados³, a instalação no município foi pensada de forma estratégica e vantajosa, e levou em consideração os benefícios que a cidade pode proporcionar às indústrias instaladas nessa localização, como facilidade de escoamento dos produtos, mão de obra qualificada e os incentivos fiscais voltados à redução do imposto de renda, sendo os casos da Bracell Papéis e Gujão, na BA-502, e da Pirelli na BR-324.

No caso da Brasfrut, a escolha se deu pelo aproveitamento do terreno que é de herança do pai do dono, o que facilitou o desenvolvimento industrial da empresa, por ser um local em que já existiam vantagens por sua localização estratégica, de acordo com o funcionário entrevistado.

Essa organização industrial é resultado das “economias de aglomeração”, que geram conexões entre as empresas, o que facilitam a concentração espacial das mesmas, uma estratégia fordista. Assim, conforme Botelho (2000) e Benko (1996), a reestruturação produtiva relacionada a localização industrial, tem

² Informações coletadas no site da FIEB e entrevistas com funcionários das indústrias (2024).

³ Entrevistas realizadas com funcionários das indústrias (2024).

importância para atração dos investidores, no qual a escolha pelos locais de instalações das indústrias é influenciada por diferentes benefícios como, incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata, menor tradição sindical, fragilidade da legislação trabalhista e/ou ambiental.

Muitas dessas indústrias possuem benefícios fiscais da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a exemplo da Granphos Fertilizantes, que tem redução de 75% do Imposto de Renda, assim como a G-Light e Belgo Bekaert Arames que foram beneficiadas pelas reduções do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Apesar do potencial econômico internacional, as indústrias de grande porte também são beneficiadas com os esses incentivos fiscais da SUDENE, tais como a Pirelli Pneus e Nestlé Alimentos⁴ (foto 2).

Foto 2 – Comprovação dos incentivos fiscais recebidos pela Pirelli Pneus e Nestlé Alimentos, através da SUDENE, Feira de Santana, 2024.



Fonte: Acervo pessoal de Jacqueline Bastos.

Conforme Harvey (1992) e Dedecca (1996), o Estado entra como regulador da distribuição espacial das indústrias, através de incentivos que sejam atrativos para implantações de indústrias em determinado local, que levam em consideração um conjunto total de relações espaciais e econômicas para o desenvolvimento industrial, diretamente ligado a infraestrutura. Os incentivos recebidos pelas indústrias através da SUDENE é um desses reflexos.

Em 2015, foram instaladas 13 empresas no CIS em Feira de Santana, com

⁴ (informações retiradas de fotos registradas por Jacqueline Bastos, em março de 2024).

investimento de 50 milhões. Dentre as empresas implantadas ou ampliadas se destacam a Colormaq, para fabricação de eletrodomésticos; a Metaf, indústria de estruturas metálicas para construção civil; a G-Light, indústria de eletrônica e de luminárias; a Sigma, metalúrgica; a Gamma, para radiação de alimentos; a Lamiglass, para laminação de vidros; e a Kaisen Transporte, do setor de logística e distribuição (SDE/BA, 2015).

Ao observar as imagens de satélite (Imagem 1), foi possível identificar uma área que possui alta concentração de empresas do mesmo terreno, sendo um aglomerado na BR-324, o que perpassa as localizações espessas ao longo da rodovia. O mesmo se trata de um condomínio logístico, não sendo caracterizado como setores das indústrias, mas empresas de distribuição de mercadorias.

Imagem 1 – Vista do Condomínio logístico GRID-FSA, localizado na BR-324 em Feira de Santana, 2024.



Fonte: Google Earth, 2024.

Em visita de campo e com base na análise de imagem, foi identificado que o condomínio possui mais de 50 empresas instaladas e em funcionamento dentro do terreno, com cerca de 1800 funcionários diretos. A Grid FSA se intitula como um condomínio logístico (foto 3), com uma área total de 200 mil m², sendo 172 mil m² de área construída e 18 mil m² em construção; possui estacionamento para carretas, portaria 24h, restaurante e praças de convivências, sala para

treinamentos, bombeiro civil/ambulância e sistema de gestão de condomínio via aplicativo, com galpões prontos para locação, considerado o maior condomínio logístico de Feira de Santana e região.

Foto 3 – Entrada principal da GRID, Feira de Santana, 2024.



Fonte: Acervo pessoal de Jacqueline Bastos.

Dentro do condomínio estão várias empresas, principalmente, do ramo de distribuição (fotos 4), como Andrade Leal logística, BNRV Transporte de Cargas, BRAEX encomendas, Accert Transporte e Logística, Bomfim cargas, Parra Cargo, LTSL Bahia, Multicom, Grupo Farrapos, Colormaq, Engage Logística Integrada, Reis transportes, FG Operações Logísticas, dentre outras.

Ao analisar o catálogo de divulgação do empreendimento, são constatados os benefícios para a instalações das empresas no condomínio logístico, como, terceirização dos esforços de manutenção, grandes locais para armazenamento do produtos, o que gera aumento de escoamento, flexibilização das operações que podem ser rapidamente ocupadas e desocupadas, o que possibilita que os diretores atentos ao mercado movam seus estoques para onde são mais

necessários, aumento de espaço, sendo possível fazer planejamento a longo prazo, sem temer uma superlotação, ou, até mesmo, a perda de produtos por acondicionamento inadequado, tecnologia e serviços já prontos para servir às empresas dentro do condomínio, a exemplo dos gastos com segurança, limpeza e manutenção do local, que são embutidos no aluguel, além de ser bem localizado, fazendo com que se gaste menos no transporte de materiais, já que eles ficarão próximos de seus clientes (GRID-FSA, 2024).

Ao analisar o conceito de condomínio, pela empresa é entendido com uma área residencial de prédios e/ou apartamentos, ou até mesmo comercial, que compartilham áreas, serviços e gestão administrativa. No caso do condomínio industrial, se refere a uma área construída para abrigar mais que uma empresa, com bens de serviços em comum, como portaria, segurança, combate a incêndio, manutenção geral, limpeza, tecnologia e até mesmo sistema de transporte. O que difere os condomínios industriais dos distritos industriais é, principalmente, a instalações de edificações num único terreno, sendo esse o caso do condomínio logístico da GRID-FSA (GRID-FSA,2024).

Foto 4 – Indústrias instaladas no condomínio logístico GRID-FSA, 2024.



Fonte: Acervo pessoal de Jacqueline Bastos.

Sposito e Goes (2013) denominam como “espaços residenciais fechados” todo empreendimento residencial horizontal murado e controlado por sistemas de segurança. Esses locais estão relacionados a áreas habitacionais urbanas, que

para ter acesso é necessário autorização para liberação. Já a Lei Federal nº 4.491/64 define os espaços residenciais fechados como condominiais e não condominiais, que são propriedades privadas de uso restrito, de casa ou apartamento com áreas de uso coletivo restrito aos moradores.

Sendo assim, o condomínio logístico segue uma lógica de proteção e benefícios terceirizados. A reestruturação produtiva é refletida, também, na terceirização do trabalho, pois a indústria não é mais responsável pelo escoamento dos produtos, o estoque é zero, compra sobre demanda, e diminuí as vagas de empregos da indústria, já que tem uma empresa especializada em ofertar serviços que antes era designado apenas a indústria.

Sobre as mudanças espaciais, a entrevistada da Bracell Papéis informou que ocorreram mudanças no espaço, com chegada de novas indústrias e estabelecimentos, desde a instalação da indústria até os dias de hoje. A economia da cidade de Feira de Santana ficou mais forte, bem como ganhou mais visibilidade aos olhos internacionais, pois é uma multinacional que faz parte do grupo RGE, além das indústrias instaladas ao longo da rodovia influenciar no crescimento da cidade⁵.

Segundo a entrevistada da Bracell Papéis, o crescimento do centro logístico tem como desvantagem o aumento no preço dos produtos, que há alguns anos atrás eram mais acessíveis; em relação às vantagens, tem o aumento de variedade de produtos ofertados. A instalação da indústria na BA-502 tem como benefício a geração de mais empregos para população local e a desvantagem é a falta de transporte público para locomoção dos funcionários, visto que a empresa não possui o transporte próprio.

De acordo com o entrevistado da Gujão Alimentos, não há conflitos atuais relacionados a Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos. A discussão sobre a implantação das indústrias que estão localizados nessa área, no limite municipal, já foi resolvida há alguns anos. O foco foi principalmente o grupo O Boticário, pela disputa que houve entre Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, e ficou decidido que as empresas localizadas naquela área pertencem a São Gonçalo dos Campos.

⁵ Entrevista realizada em março de 2024 com um funcionário da indústria, por Jacqueline Bastos).

É importante compreender, que esse é um relato de uma funcionária da Gujão Alimentos, não sendo confirmado através de outras fontes ou documentação. Assim, é passível de questionamento; até que ponto o conflito entre Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, em relação a instalação de indústrias nos limites municipais foi resolvido?

Com a atualização dos dados de todas as indústrias cadastradas no site da FIEB (2024), foi possível identificar que entre os anos de 2019 e 2024 Feira de Santana perdeu 70 indústrias, passando de 767 para 697. Tal perda pode ser explicada por problemas econômicos, ou pela Pandemia da COVID-19, que causou em escala global, sendo refletida, também, no município (mapa 8).

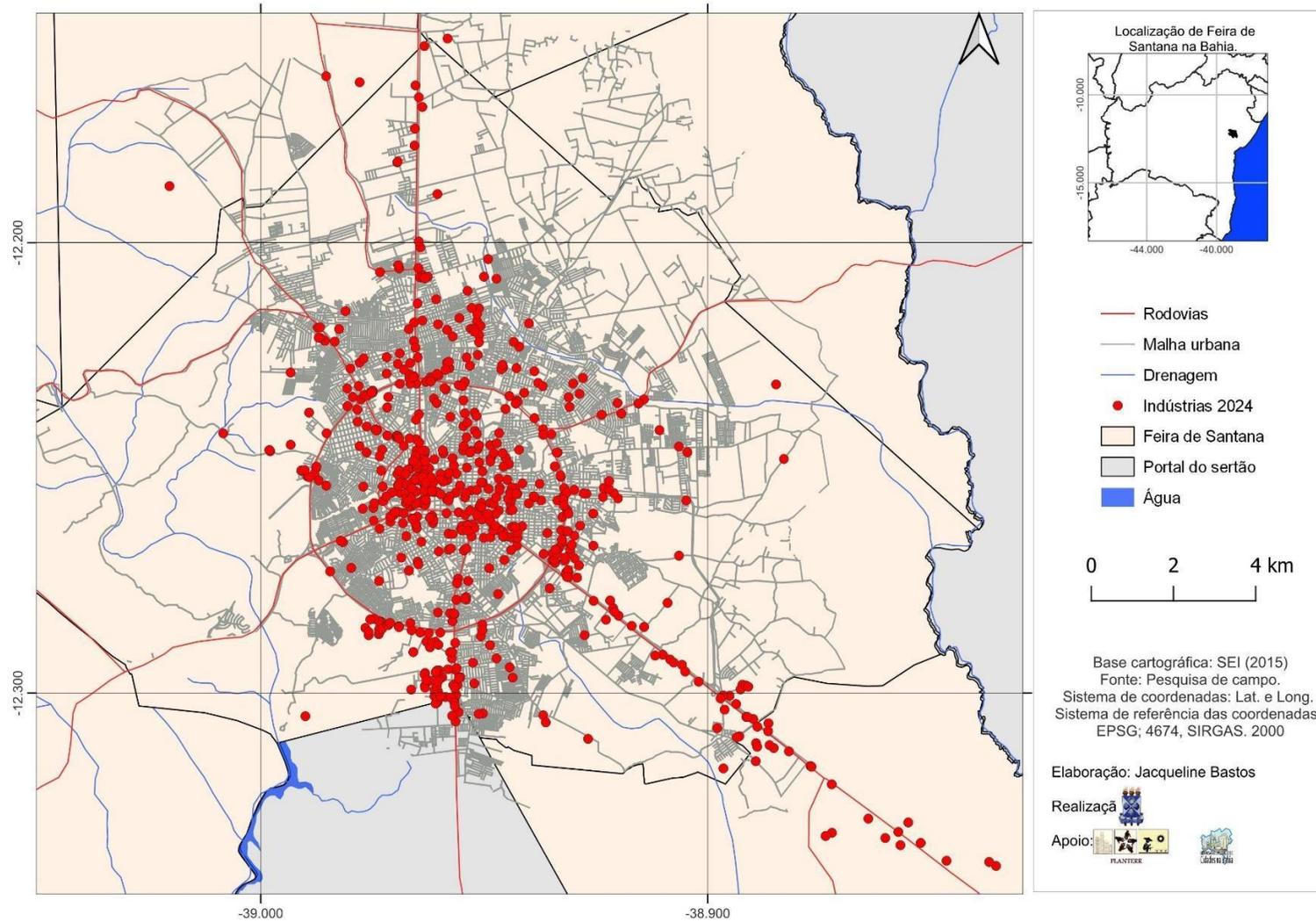
Por fim, a caracterização das áreas industriais estudadas na BA-502 e BR-324 possibilita o entendimento de como é a atual configuração industrial dessas áreas. O ramo industrial que mais se destaca é de construção e distribuição em ambas rodovias, com indústrias de pequeno, médio e grande porte, se destacando com maior empresa de ambas as áreas a Pirelli Pneus, seguida da Nestlé e Belgo Bekaert. Além do facilitador de armazenamento e escoamento dos produtos, através da terceirização do trabalho, com as empresas de distribuição do condomínio logístico GRID-FSA.

4.2 INTERAÇÕES ESPACIAIS DAS INDÚSTRIAS DA BR-324 E BA-502 EM FEIRA DE SANTANA.

As interações espaciais, de acordo com Corrêa (1997), constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos que englobam pessoas, mercadorias, capital e informações sobre o espaço geográfico. Essas podem ocorrer de diversas formas, com muita ou pouca intensidade, frequentemente ou não, contendo variedades de meios e velocidades de trânsito.

As interações sociais são para além de fluxo de mercadorias e pessoas, estão relacionadas à existência e reprodução do processo de transformação social. Isto se dá pelo favorecimento de um lugar em detrimento do outro, que amplia as diferenças que já existem nesses locais, ou seja, transformam os lugares (Corrêa, 1997).

Mapa 8: Indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) em Feira de Santana, 2024.



A Primeira Revolução Industrial foi a principal responsável pelos impactos que alteraram de forma significativa essas interações. Ampliou-se o fluxo de mercadorias, pessoas, informações e recursos financeiros, frequência das interações, os meios de circulações, velocidade que superou o tempo e espaço, horizontes espaciais, dentre outros fatores (Corrêa, 1997).

No caso das interações espaciais da cidade de Feira de Santana, influenciadas, pelo setor industrial, essas podem se dar de diversas formas, sejam entre as próprias indústrias, sendo o caso da Pirelli que produz os pneus, mas as matérias-primas da borracha vêm da Vipal e o aço para fazer os aros da Belgo Bekaert; pelo fluxo de pessoas, principalmente da circulação de força de trabalho, que se desloca não apenas dos bairros para as indústrias, mas também de municípios vizinhos, como a Pirelli, que tem funcionários de Alagoinhas, Amélia Rodrigues e São Gonçalo dos Campos, ou pela circulação de publicidade e produtos industriais, representada nesta pesquisa pela origem e destinos dos produtos, a exemplo da Bracell Papéis que compra a matéria-prima de São Paulo e após o beneficiamento envia para Pernambuco, Pará, Maranhão e São Paulo.

A rede de localidade centrais, que é caracterizada por certa hierarquia, de acordo com Corrêa (1997), pode ser a matriz, filiais de vendas, depósitos e distribuições, como o caso da Nestlé, que possui a indústria, e a Mirasol, que é da mesma empresa, mas para distribuição. Ambas estão localizadas na mesma via, separadas por alguns metros, ou a Pirelli, que além da indústria possui, também, o Centro de Distribuição Campneus, no centro da cidade.

As interações espaciais ocorrem, também, através da matriz e filiais das indústrias. A Nestlé é a indústria que possui maior interação internacional; a matriz está localizada na cidade de Vevey, na Suíça, com instalação em 191 países em todo o globo. A Pirelli Pneus tem a matriz na Itália, mas possui filiais na Alemanha, Inglaterra, Romênia, México e Argentina e Brasil. A Bracell Papéis e a Brasfrut têm a matriz em Feira de Santana. Já a Gujão Alimentos tem a matriz em São Gonçalo dos Campos e filiais em Conceição da Feira, Luís Eduardo Magalhães, Água Fria e Nova Soure.

Há, também, as interações entre cidades circunvizinhas na esfera econômica, social e política, que geram uma interdependência entre as cidades. As

indústrias da BR-324 possuem interações diretas com Conceição do Jacuípe, com empresas que quase ultrapassam os limites municipais, como a Bartofil. No caso da BA-502, tem a interação com São Gonçalo dos Campos, com indústrias que ultrapassaram os limites municipais, a exemplo da O Boticário e Gujão, que geraram conflitos políticos-econômicos entre os dois municípios.

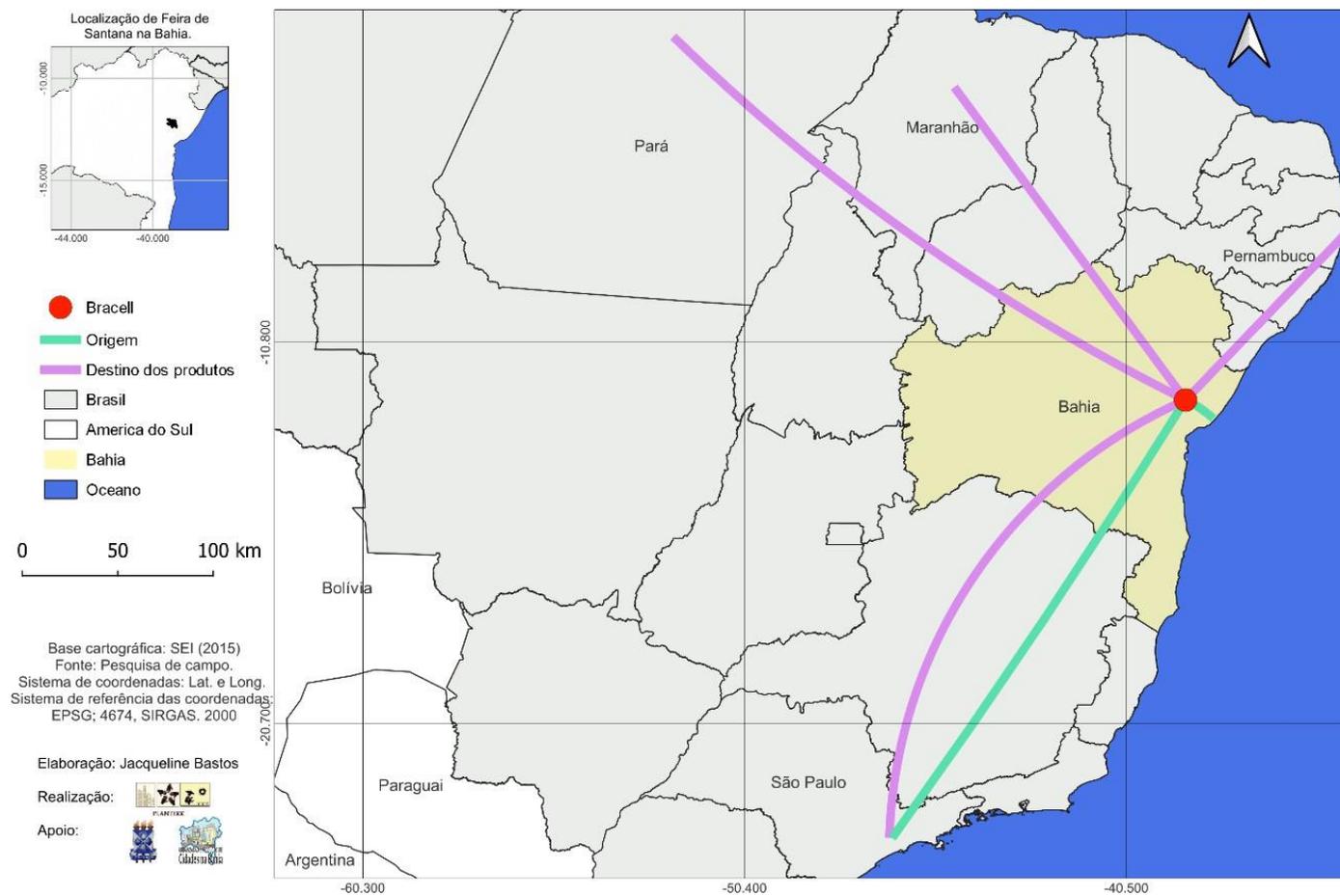
A superação do espaço de armazenamento e no tempo de escoamento é refletida na criação de um condomínio logístico na mesma via no qual se concentra o maior número de empresas na BR-324, caso da GRID-FSA, que possui mais de 50 empresas de distribuição ligadas diretamente com as indústrias que se encontram nessa localidade, e fortalece o fácil acesso e a rapidez no escoamento dos produtos.

Muitas são as dinâmicas de origem da matéria-prima e destinos, após beneficiamento dos produtos que são fabricados nesses locais. As interações da Pirelli Pneus, em relação a matéria-prima, vêm de algumas regiões do Brasil, assim como da China e Indonésia, países centrais das exportações, as da Bracell Papéis são advindas de Camaçari, São Paulo e também de outros países, como Singapura e China. A origem da matéria-prima da Gujão Alimentos era concentrada entre Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, mas com a instalação da fazenda de criação recém-inaugurada em Nova Soure, se descontinua a criação nas antigas granjas e paulatinamente se concentra em Nova Soure, com destaque também para Sátiro Dias, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Governador Mangabeira, Amélia Rodrigues, Nova Soure e Água Fria.

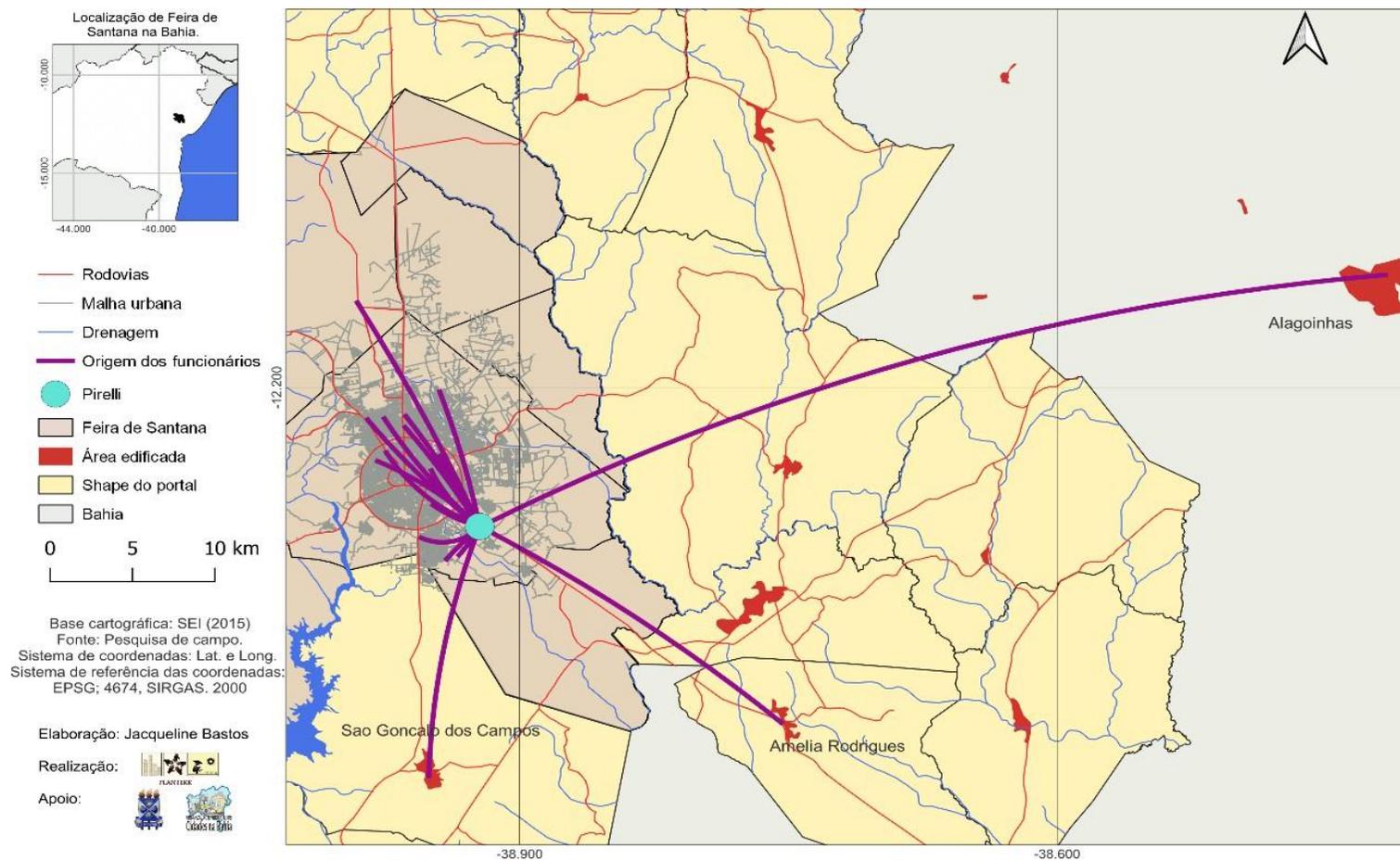
Em relação ao destino dos produtos, a Pirelli Pneus exporta para Europa, sendo o continente onde há a maior concentração da produção dessa indústria. A Bracell papéis envia os produtos para diversos estados do país, como Pernambuco, Pará, São Paulo, Maranhão (mapa 9).

Sobre os funcionários, os da Pirelli Pneus são de bairros e distritos do próprio município de Feira de Santana, como São José, George Américo, Tomba, Conjunto Residencial Feira 7, Aviário, Papagaio, Parque Ipê, Jardim Cruzeiro, Cidade Nova, Sobradinho, Caseb, São João, 35Bi, Ponto Central, Brasília, Pampalona, assim como de municípios vizinhos, a exemplo de São Gonçalo dos Campos, Alagoinhas e Amélia Rodrigues (mapa 10). Eles têm transporte próprio da indústria para locomoção, inclusive nas horas extras.

Mapa 9: Origem da matéria-prima e destinos dos produtos que são produzidos na indústria Bracell papéis, 2024.



Mapa 10: Origem dos bairros e municípios dos funcionários da indústria Pirelli Pneus, 2024.



Ao questionar a entrevistada ⁶ sobre as vantagens e desvantagens da expansão industrial para as áreas de estudo, foi informado que a parte positiva é que ocorre o aumento do poder aquisitivo das pessoas que estão diretamente ligadas à indústria, já os negativos são:

[...] mesmos já conhecidos, quando há a instalação desse tipo de empreendimento nessas regiões, há um êxodo de pessoas de outras localidades na tentativa de encontrar emprego e quando não acham ficam à mercê da marginalidade, com isso aumentando os indicadores de criminalidade da região⁷.

O relato é importante para compreender a discussão sobre como a indústria quando é instalada em determinado local traz consigo um falso discurso de melhorias na infraestrutura da área e geração de empregos para comunidade local, o que na prática pode não ocorrer, como é o caso da Gujão Alimentos, que possui, em média, 800 funcionários e está localizada muito mais próximo da cidade de Feira de Santana do que de São Gonçalo dos Campos, mas a maioria dos funcionários é de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, com uma porcentagem pequena de Feira de Santana.

Com isso, compreender as interações espaciais que ocorrem entre o município de Feira de Santana com outros municípios, estados ou países é essencial para uma análise da influência que o setor industrial pode causar na localidade onde se instala.

4.3 A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL INFLUENCIA A EXPANSÃO DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA?

Em estudos da administração do CIS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana em 2010, foram definidos dois possíveis locais para instalação de novas áreas industriais, sendo um desses o terreno às margens da BR-324, o que influenciou a chegada de novas indústrias nessas áreas (FIEB, 2012). Junto com o incentivo municipal para a criação de um novo Centro Industrial,

⁶ Entrevista realizada com funcionária da Gujão Alimentos, 2024.

⁷ Entrevista realizada com funcionária da Gujão Alimentos, 2024.

através das leis complementares de nº 75, de 20 de junho de 2013, no título III, Art. 4º e 5º, e a Lei complementar Nº 86/2014, que criou novas áreas industriais, que abarcam exatamente o local onde estão instaladas as indústrias da BR-324, e a de ordenação do uso e ocupação do solo, que delimitou essa área como industrial, respectivamente.

Com esses incentivos municipais, e concentração de indústrias em Feira de Santana, é notório que a BR-324, sentido Feira-Salvador, e a BA-502, onde se localiza o CIS, têm sido o novo enfoque para instalações de indústrias multinacionais e internacionais nessas áreas.

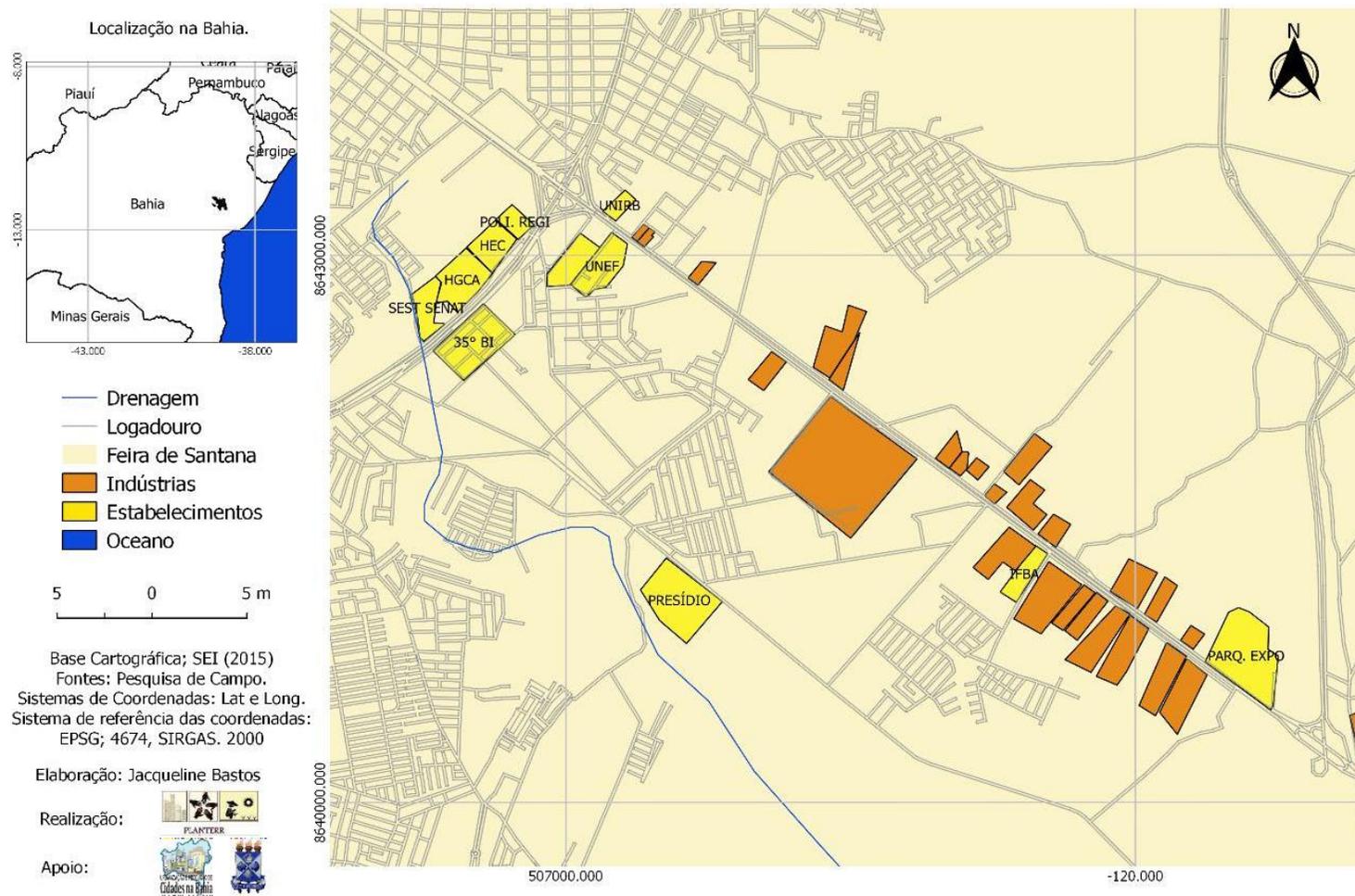
Muitos estabelecimentos públicos e particulares estão localizados ao longo da BR-324, assim como nos bairros no seu entorno, informações contidas no: o American Outlet, Instituto Federal da Bahia (IFBA), Parque de Exposição - João Martins da Silva, Conjunto Penal, Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF), Centro Universitário Regional do Brasil (UNIRB), 35BI, Hospital Estadual da Criança (HEC), Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT), Arena Cajueiro e a Policlínica Regional de Saúde, conforme o mapa 11.

No entorno da BA-502, não são encontrados muitos estabelecimentos públicos e particulares, mas conta com o Serviço Social do Comércio (SESC), o Parque da Cidade Frei José Monteiro e o Pesque Pague Paraíso (mapa 12).

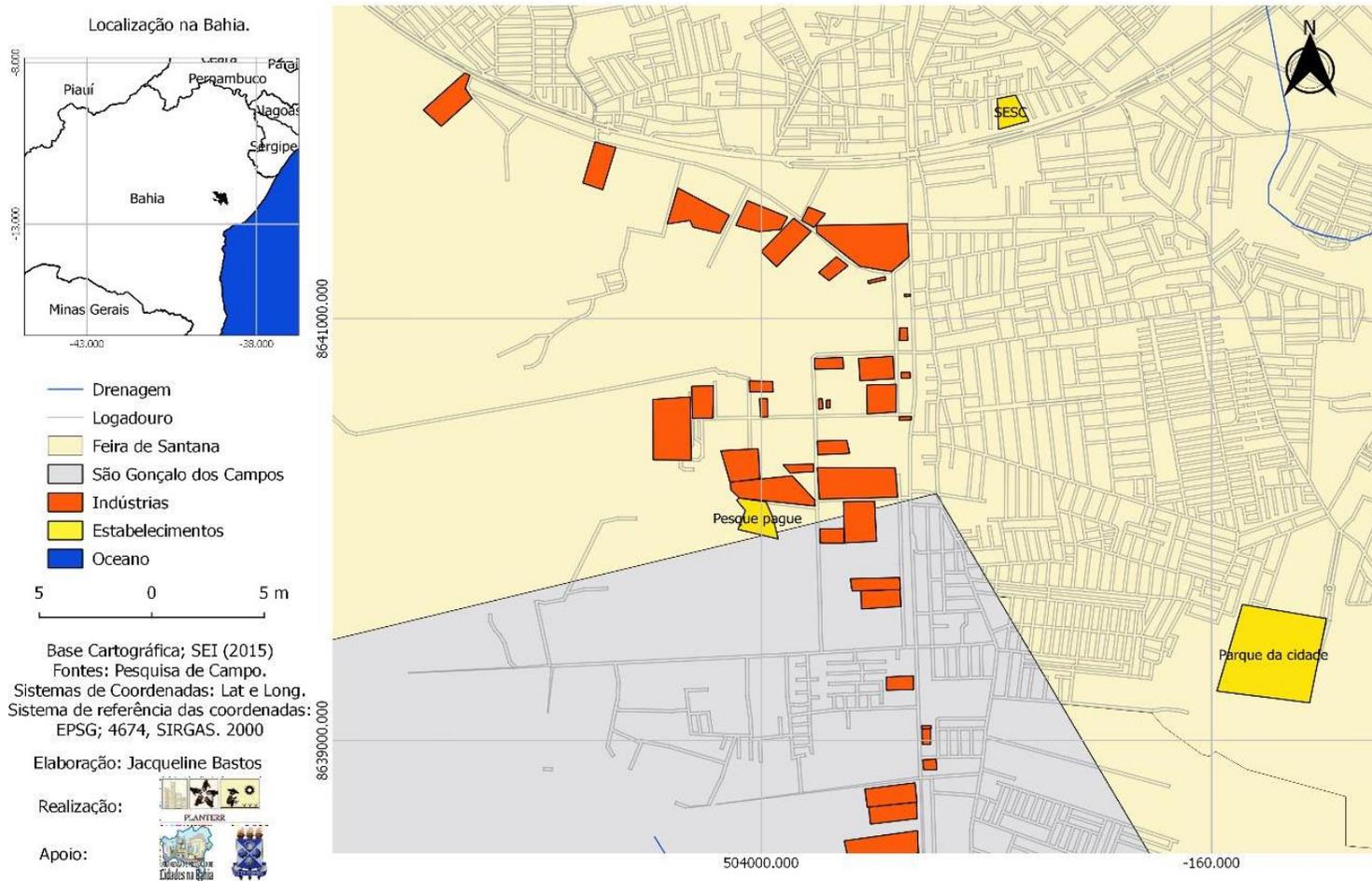
Outro elemento importante dessas áreas é a expansão urbana, em função da instalação de condomínios fechados e conjuntos habitacionais populares, o que influencia diretamente na dinâmica dos três municípios.

Sobre os condomínios, de acordo com Neves e Santos (2022), Feira de Santana é influenciada pelo processo de urbanização difusa, caracterizada pela formação de uma cidade mais dispersa, e materializada pela implantação de condomínios fechados, que resultam em dinâmicas de autosegregação e a formação de novas periferias de status, o que revela um grau de integralização do município com a reprodução do capital.

Mapa 11: Estabelecimentos importantes públicos e privados instalados na BR-324, Feira de Santana, 2024



Mapa 12: Estabelecimentos importantes públicos e privados instalados na BA-502, Feira de Santana, 2024.



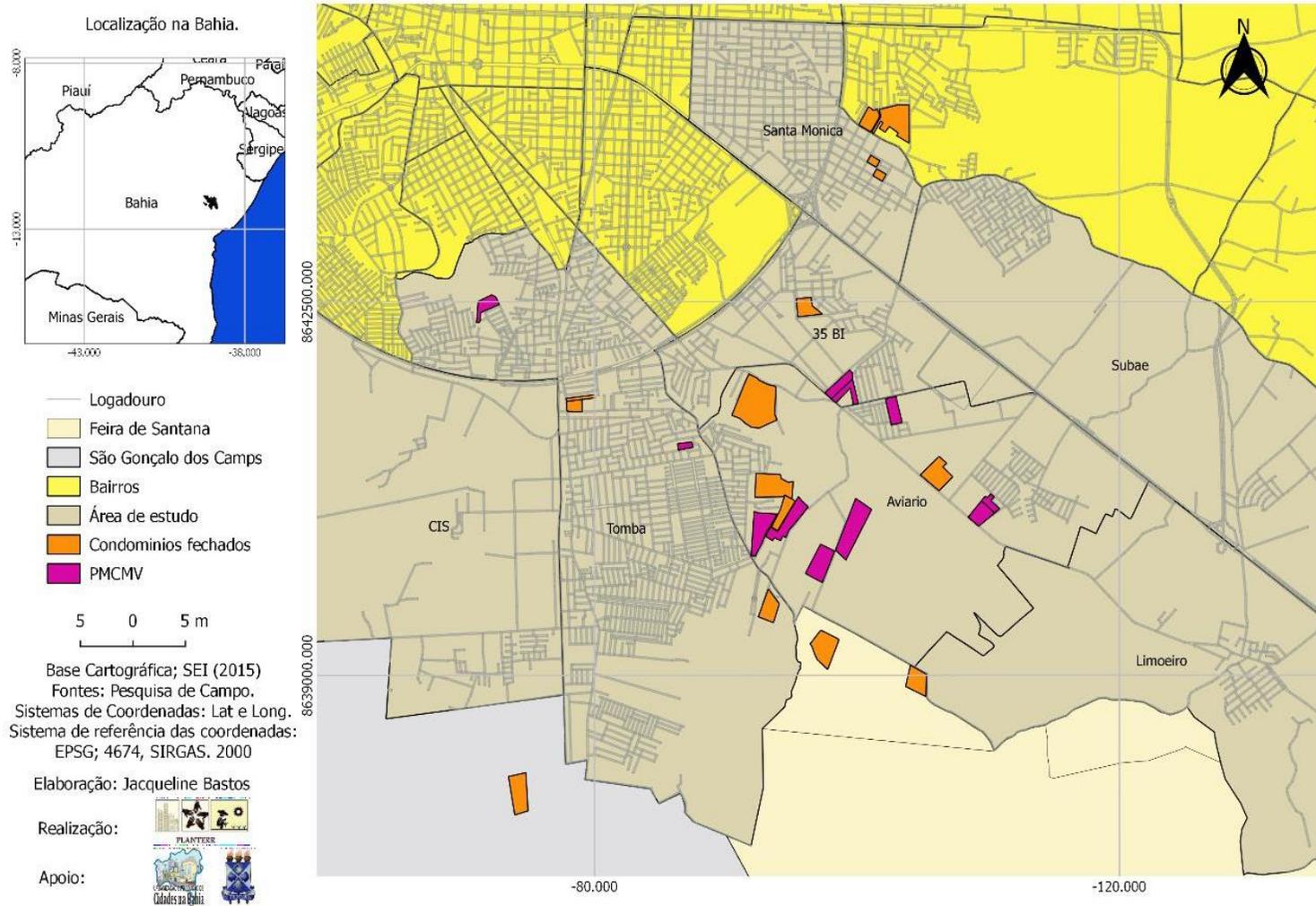
No entorno da BA-502, é possível observar essa dinâmica, com a concentração de condomínios fechados, como: Vila Imperial, Parque Filipinas, Ecoville, Vila Real, Parque da Cidade I e II, Eco Parque 1 e 2, loteamento Vila Quitéria, Cittá Ville, Ponto Verde, Reserva do Parque, dentre outros. Em relação à BR-324, possui os condomínios Aquáriu, Parque Fonte das Águas, Juan Miró, Santa Mônica 2, Parque Florença, Garden Ville, dentre outros (mapa 13).

Ao analisar a expansão urbana nas partes sul e sudeste da cidade, que envolvem a BR-324 e BA-502, na área externa ao Anel de Contorno, o conjunto Feira 7 foi o primeiro a surgir, em 1995; após uma década, surgiram os conjuntos residenciais Viva Mais feira 7, Francisco Pinto, Luciano Barreto, Terra do bosque e Oyama Figueiredo.

Essas áreas também foram alvos da implantação de novos conjuntos populares, a exemplo daqueles oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida. Inclusive, Araújo (2017) possui um estudo sobre a produção do espaço urbano periférico de Feira de Santana, após a criação do citado Programa na área em comento, como os residenciais aviário 3, Aviário IV, Vida Nova Aviário 1, 2 e 3.

Ao analisar os equipamentos e estabelecimentos instalados na BA-502, é notória a diferença no interesse de instalações de empreendimentos, em comparação com a BR-324. Isso ocorre por conta da maior visibilidade e fluxo existente na rodovia que liga o município de Feira de Santana a capital, Salvador, e mostra como o CIS de hoje não possui a mesma influência na expansão de empreendimentos comerciais públicos e privados, como na nova área de desenvolvimento industrial ao longo da BR-324. Em contrapartida, o sul da cidade, local onde está o CIS tem sido um local de grande atrativo para investimento do setor imobiliário, com construções de grandes condomínios e vendas de loteamentos.

Mapa 13: Condomínios fechados e PMCMV instalados nas BR-324 E BA-502, Feira de Santana, 2024.



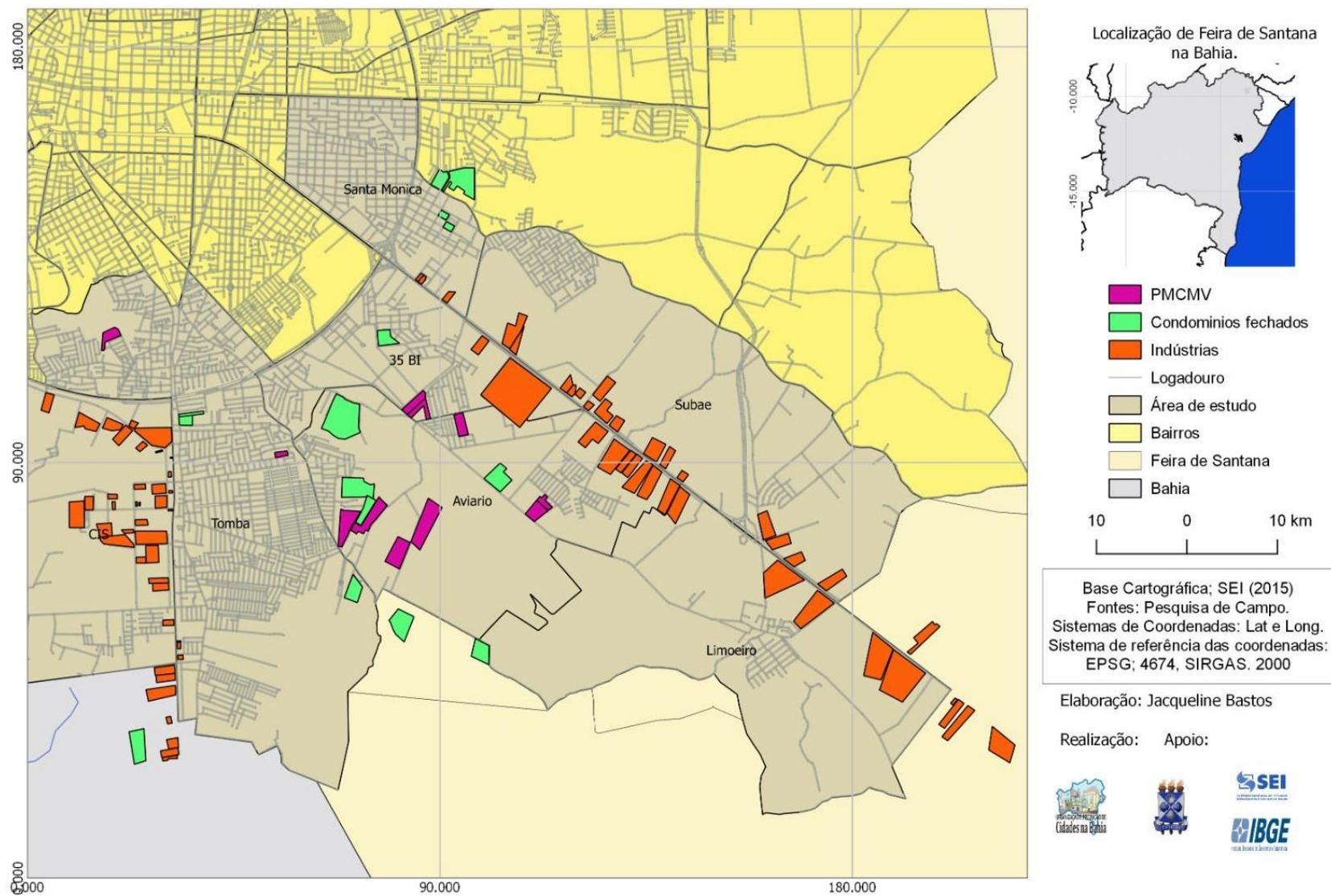
O setor imobiliário, em relação a construção de condomínios fechados e os empreendimentos PMCMV, tem maior interesse em bairros no entorno da BR-324 do que na BA-502. Dos 15 condomínios fechados instalados nos bairros abarcados pelas duas rodovias, 12 estão na BR-324 e apenas três na BA-502. Em relação aos condomínios do PMCMV, essa situação se repete. Dos 11 condomínios mapeados, nove estão localizados na BR-324 e dois na BA-502.

No entanto, é perceptível que não há interesse do setor imobiliário para construções de condomínios ao longo da rodovia em si (mapa 14). Tal situação pode ocorrer, principalmente, pelos poluentes atmosféricos, que podem ser lançados pelas indústrias no processo de produção, além dos barulhos e fluxo intenso de transportes.

Dentre os bairros analisados em relação ao setor imobiliário, se destaca o Aviário, dos 26 empreendimentos mapeados, em que 11 condomínios estão instalados nessa área, sendo sete do PMCMV e quatro condomínios fechados, sendo o bairro de maior influência imobiliária do eixo sul/sudeste da cidade de Feira de Santana.

A expansão da malha urbana se estende em direção a Conceição do Jacuípe de forma acelerada, que atualmente, possui um loteamento que fica exatamente no limite municipal entre os dois municípios. Essa situação pode gerar futuramente uma conurbação entre essas duas cidades, já que suas malhas urbanas estão bem mais próximas, se comparada com São Gonçalo dos Campos. Nesse sentido, é percebido que o setor industrial de Feira de Santana, no momento atual, não possui influência direta na expansão urbana da cidade, mas é um dos fatores determinantes para esse processo, em conjunto com a chegada de novos empreendimentos e, principalmente, do setor imobiliário, com construções de condomínios fechados e PMCMV e loteamentos. Além dos incentivos políticos municipais, com criações de leis complementares para expansão urbana.

Mapa 14: Indústrias, condomínios fechados e PMCMV localizados no eixo sul sudeste de Feira de Santana/BA, 2024.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar novos setores industriais do município de Feira de Santana, compreendendo as perspectivas de organização e influência na expansão urbana, é essencial para ter uma visão atualizada do crescimento industrial que ocorre, através da reestruturação produtiva e a nova lógica da localização industrial. Há o entendimento de que a expansão urbana de Feira de Santana é decorrente do setor industrial, e esta pesquisa possibilita analisar se a indústria é, de fato, o fator determinante na expansão da cidade.

Para realização desta pesquisa, houve impasses no que diz respeito a financiamento para desenvolvimento pleno do que foi proposto. A Bolsa de Incentivo para produção científica seria essencial para que o mestrando tenha dedicação exclusiva e melhor aproveitamento dos resultados. Ademais, as indústrias, em sua maioria, se fecham para passar informações que sejam particulares das empresas, através de entrevistas; e houve muitas recusas.

A reestruturação produtiva é um processo e conceito amplo para ser discutido em sua totalidade em dois anos. Por isso, foi retirada da pesquisa a análise da precarização do trabalho industrial, dando enfoque apenas para mudanças na lógica da localização industrial. Tal temática pode ser foco da continuidade desta pesquisa, através de um doutorado.

A hipótese da pesquisa foi confirmada, pois a expansão urbana faz com que algumas áreas rurais sejam convertidas em urbanas e o setor imobiliário tem investido na construção de condomínios fechados, PMCMV, loteamentos e equipamentos públicos e privados. Porém, a indústria por si só não é o fator determinante, hoje.

As indústrias instaladas na BA-502 e BR-324 são de diversos ramos, no qual se destaca o de construção e distribuição em ambas rodovias, com indústrias de pequeno, médio e grande porte. As indústrias que se destacam pelo seu porte, tamanho, quantidade de funcionários e tipo de vendas dos produtos após o beneficiamento são: Pirelli Pneus, seguida da Nestlé e Belgo Bekaert. Ocorrem interações espaciais entre Feira de Santana, os municípios, estados ou até mesmo países ocorrem através do fluxo de mercadorias, informações e pessoas, através do setor industrial.

É notório que o município de Feira de Santana possui uma importância econômica em relação ao ramo industrial, sobretudo no Centro Industrial Subaé (CIS). Todavia, com seu crescimento, foi necessário expandir essa atividade para outras áreas da cidade, onde estão localizados a BA-502 e BR-324. Em relação à motivação que os representantes das indústrias tiveram para escolher tal área como a ideal para implantar sua unidade produtiva, os mesmos relataram que o motivo principal que os levou a instalar seus empreendimentos no local, em específico, foi a localização, sendo de total importância como facilitador do escoamento dos produtos.

Outro fator de importância foi o incentivo municipal, que houve para a criação de um novo Centro Industrial, sendo firmado com a Leis Complementares de nº 75, de 20 de junho de 2013, no título III, Art. 4º e 5º, e a Lei Complementar Nº 86/2014, que criou novas áreas industriais, que abarcam exatamente o local onde estão instalados as indústrias da BR-324, e a de ordenação do uso e ocupação do solo, que delimitou essa área como industrial, respectivamente, assim como a Lei Complementar nº 118, de 20 de dezembro de 2018, que instituiu a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS), na Área Urbana e de Expansão Urbana do Município, no qual estão inclusas a Zona 08 – CIS Tomba; Zona 09 – CIS BR-324; e a Zona 10 – CIS BR-116 norte, que delimitam esses locais como áreas de expansão urbana com predominância do setor industrial.

Ao analisar os equipamentos e estabelecimentos instalados na BA-502, é notória a diferença no interesse de instalações de empreendimentos, em comparação com a BR-324. Isso ocorre por conta da maior visibilidade e fluxo existente na rodovia que liga o município de Feira de Santana à capital, Salvador, e mostra como o CIS de hoje não possui a mesma influência na expansão de empreendimentos comerciais públicos e privados, como na nova área de desenvolvimento industrial ao longo da BR-324. Em contrapartida, o sul da cidade, local onde está o CIS, tem sido um local de grande atrativo para investimento do setor imobiliário, com construções de grandes condomínios e vendas de loteamentos.

A lógica retratada por Botelho (2000) sobre reestruturação industrial que busca locais estratégicos para implantar suas indústrias, visando sempre benefícios, ocorre em Feira de Santana, principalmente pela facilidade de

escoamento de mercadorias, pela localização privilegiada do município e pela facilidade de mão de obra qualificada, sendo um claro reflexo da reestruturação produtiva.

O setor industrial do município de Feira de Santana vem perdendo indústrias nos últimos anos, que passaram de 767 indústrias, em 2019, para 697 em 2024, o que totaliza a perda de 70 indústrias em 5 anos. Tal perda pode ser explicada por problemas econômicos, ou pela Pandemia da COVID-19, que causou em escala global, sendo refletida, também, no município.

Apesar do setor industrial trazer consigo um ideal desenvolvimento urbano em relação à infraestrutura, com chegada de equipamentos públicos e privados e aumento de oferta do setor imobiliário, ele em si pode não ser sustentável, possuindo adversidades dentro do espaço urbano.

As leis de ordenamento territorial e o planejamento das cidades introduzem as indústrias nesses espaços, mas sem a inclusão social, não sendo esse o objetivo do Estado. A infraestrutura de transporte e o encarecimento do solo urbano-industrial refletem nas camadas mais pobres da sociedade, que são obrigadas a se retirarem desses locais pelo alto custo de vida, e dão margem para chegada da elite em condomínios fechados.

Atualmente, a indústria por si só não influencia a expansão urbana de determinado local, mas é um dos fatores determinantes para tal feito, em conjunto com leis de uso e ordenamento do solo municipal e a oferta e demanda do setor imobiliário, que tem tido grande protagonismo nas últimas décadas. Principalmente, relacionado aos condomínios fechados, que têm buscado distanciamento das áreas centrais para uma maior tranquilidade.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. Revolução de 1930, **Fundação Getúlio Vargas**, verbete temático. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, G. Desenvolvimento capitalista e reestruturação. *In*: ANTUNES, R. *et al.* **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. p.101-119.

ARAÚJO, M. M. S. **A produção do espaço urbano periférico e a questão habitacional em Feira de Santana**: o Programa Minha Casa Minha Vida no bairro da Mangabeira, entre 2009-2014. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BASTOS, J. J. SANTOS, J. Implantação do Centro Industrial Norte (CIN) em Feira de Santana, BA: características, mudanças e interações espaciais . **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 16, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/17594>. Acesso em: 22 out. 2022.

BECKER, B. K., EGLER, C.A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 272p.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. Na aurora do século XXI. São Paulo: 2. ed. Hucitec, 1996, 215 p.

BOTELHO, A. **Do Fordismo à produção flexível**: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital. 2000. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), São Paulo, 2000.

BRASIL. Lei complementar N° 86/2014. Dispõe sobre ordenamento do uso e ocupação do solo. Disponível em: <https://encl.pw/kFZO4>. Acesso em: 20 Mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: <https://encl.pw/cKscl>. Acesso em: 20 Mai. 2024.

CARA, Claudia Aparecida; FRANÇA, Francieli Mezzomo. Aspectos do processo da industrialização brasileira. In IV ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLOGIA, 4, 2009, Paraná. **Anais...** Unioeste, Paraná. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/01_CARA_FRANCA.pdf, acesso em 15 set. 2023.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2000, 70p.

CENTRO Industrial do Subaé cresce e define novas áreas, diz governo. (7 de março. 2012). Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Notícias. Recuperado de <http://www.fieb.org.br/Noticia/685/centro-industrial-do-subae-cresce-e-define-novas-areas-diz-governo-.aspx>.

CONDER. Disponível em: <https://www.conder.ba.gov.br/noticias/2014-02-12/noide-cerqueira-sera-maior-avenida-de-feira-de-santana> . Acesso em: 15 maio de 2024.

CORRÊA, L. R. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, jan//jun, p. 127-143, 2016.

CORREA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C; da. C; CORRÊA, R. L. (ORG.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, p. 279-319.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos E. Barbosa de.; MATTOSO, Jorge E. Levi. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. modernidade ou volta ao passado?. São Paulo : Scritta, 1996, p. 17-60.

DRUCK, M. G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. Tese (Doutorado em Ciências sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

FARIA, F. G. Industrialização e imperialismo no Brasil: da revolução de 1930 ao golpe de 1964. **Outros Tempos**, UFF, Rio de Janeiro. V.1 esp. n. 1-27, 2007. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/vol_especial/dossieespecialart07.pdf. Acesso em jan. 2024.

FEIRA DE SANTANA. 2013. Lei complementar nº 75, de 20 de junho de 2013. Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de feira de santana e dá outras providências. Disponível em: <https://acesse.dev/fWIZO>. Aceso em: 15 jan. 2024.

FEIRA DE SANTANA. 2014. Lei complementar nº 86, de 2014. Altera, modifica, amplia e dá nova redação à lei nº 1615/92, que institui a lei do ordenamento do uso e da ocupação do solo na área urbana do município de feira de santana e revoga a lei complementar nº 46, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre o sistema viário das áreas de expansão urbana da cidade de feira de santana. Feira de Santana, BA: PMFS [2019]. Disponível em: <https://acesse.dev/fODMD>. Aceso em: 15 jan. 2024.

FEIRA DE SANTANA. 2018b. Lei complementar nº 118, de 20 de dezembro de

2018. Institui a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo - LOUOS, na Área urbana e de expansão urbana do município de Feira de Santana, Revogando-se as seguintes Leis: Lei N° 1.615/1992, Lei N° 2.328/2002, Lei N° 3.485/2014, Lei Complementar N° 086/2014, Lei Complementar N° 098/2015, e dá Outras Providencias. Feira de Santana, BA: PMFS [2019]. Disponível em: <https://acesse.dev/18MEd>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FERREIRA. M. C. P. J.; **Distrito Industriais**: Opção de desenvolvimento; 2003. 146p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, São Luís/MA, 2003.

FIEB. Disponível em: <https://www.fieb.org.br/guia-industrial/consulta-basica/?NameRadio=or&razao-social=&checkControl2=or>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

FREITAS, N. B. **Urbanização em Feira de Santana**: influência da industrialização 1970-1996. 1998. 182f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1998.

GOÉS, F. E. S. Repositório, UFBA, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Jaqueline/Downloads/EDELVINO%20DA%20SILVA%20GO%C3%89S%20FILHO%202.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOMES, Denaldson. Indústria ganha destaque na economia de Feira de Santana. **Correio**, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/bahia/industria-ganha-destaque-na-economia-de-feira-de-santana--0919>. Acesso em: 22 de nov. 2023.

GRID-FSA apresentação. Feira de Santana: online, 2024. Apresenta informações sobre a empresa. Disponível em: <https://gridfsa.com.br/>.

GRUPO DE PESQUISA URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CIDADES NA BAHIA. **Malhas Urbanas adaptadas do Google Maps**. Feira de Santana: UEFS, 2019 (Arquivo digital).

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna** – São Paulo: Edições Layola, 1992. 144p.

HOBSBAWM, Eric; **A Era dos extremos** - São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 478p.

HEERDT, Mauri Luiz. Metodologia científica e da pesquisa: livro didático / Mauri Luiz Heerd, Vilson Leonel; design instrucional Luciano Gamez, [Carmen Maria Cipriani Pandini]. 5. ed. rev. e atual. Palhoça: UnisulVirtual, 2007. Disponível em: http://www.fatecead.com.br/mpc/aula01_ebook_unisulvirtual.pdf. Acesso em: 01 de jul. 2023.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história: ensaios**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.

IBGE. Banco de dados do Sidra e Biblioteca Virtual. Rio de Janeiro: **IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 05 mai. 2024.

JAPIASSÚ, L. A. T; LINS, R. D. B. As diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Alagoas, v. 02, n. 13, pp. 15-25, 2014.

KON, Anita. **Economia Industrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 212p.

KUPFER, David; HASENCLEVER, et al. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002, 387p.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 180p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, [1968] 2006. 141p.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 360p.

MENDES, J. A. Industrialização e patrimônio industrial: Desenvolvimento e cultura. In: VIII CURSO DE VERÃO DA ERICEIRA, 8., 2006, Portugal. **Anais**, Faculdade de Letras de Coimbra, Portugal, 2006. 12p.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 80p.

NASCIMENTO, M. L. **O poder “Nacional” e Produção do Espaço na Amazônia: o 5º Pelotão Especial de Fronteira – vetor estatal – e suas funcionalidades na Cabeça do Cachorro**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

OLIVEIRA, L. E. G. de. Algumas considerações sobre a implantação, o de distritos industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 34, p. 22-69, 1976.

PÁDUA, Carla Macêdo de. **Planejamento urbano em Teresina de 1969 a 2006**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana. Feira de Santana: Governo do Estado da Bahia/ COPLAN S/A, v. 1 e 2, 1968.

_____; et al. (2018). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Feira de Santana: PMFS, CAR, CONDER.

POMPONET, André Duplicação da ba-502 é essencial para conter mortes. **Tribuna feirense**, 27 de junho. 2019. Notícias. Acesso em: <http://tribunafeirense.com.br/noticias/34386/duplicacao-da-ba-502-e-essencial-para-conter-mortes>.

SANTOS, Janio; PEREIRA, Luiz; REIS, Ruy; **Mobilidade em Feira de Santana: desafios para um novo projeto de cidade**. Ed. CRV. 2021. V. 1.

SANTOS, Janio; A Cidade Poli(multi)nucleada: A Reestruturação do Espaço Urbano em Salvador ISBN: 9788523211349. 1. ed. Salvador/Vitória da Conquista: **EDUFBA**/edições UESB, 2013. v. 1. 370p.

SANTOS. E. F. .; SANTOS, J. Urbanização difusa em Feira de Santana: Produção de condomínios dispersos e fragmentação. **Terra Livre**, [S. ,ano.37, V.1, n.58 2022, p. 150-196, Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2298>.

SANTOS, Milton. Manual de geografia urbana. São Paulo: HUCITEC, 1989.

SANTOS, T. M. **Territorialidade da Indústria de Alimentos Parmalat em Feira de Santana**- Bahia. 1999. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18 n.2 p.164-200,1997.

SDE/BA. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2015/07/31/novas-empresas-estao-em-vias-de-instalacao-em-feira-de-santana/>. **Acesso** em: 05 de mar. 2023.

SDE/BA. Disponível em:<http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2012/03/06/centro-industrial-do-subae-cresce-e-define-novas-areas/>. **Acesso** em: 09 de mai. 2023.

SILVA , G. B. de A. Centro Industrial do Subaé enquanto instrumento de desenvolvimento econômico e regional: Atualidades e perspectivas futuras. **Geopauta**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. e9347, 2021. DOI: 10.22481/rg.v5i3.e2021.e9347. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/9347>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SILVA. A. F. Modos de Regulação da Cidade: A mão Visível na Expansão Urbana. **Penélope: Fazer e desfazer a história**, v.13. P. 121-146, 1994. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-ModosDeRegulacaoDaCidade-2685750.pdf.

SOJA, E. W.; **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 323p.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 14^a ed. São Paulo: Contexto, 1999. 97p.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação social, 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 376p.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira**: origem e desenvolvimento. 93 ed. São Paulo: Hucitec, 2000, 421p.

TRINDADE, Andrea; SEI conclui que O Boticário pertence a São Gonçalo; Secretário de Feira diz que estudo é preliminar. Recuperado de:

<https://www.acordacidade.com.br/feira-de-santana/sei-conclui-que-o-boticario-pertence-a-sao-goncalo-secretario-de-feira-diz-que-estudo-e-preliminar/>.

VERSIANI, F e SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral,. *In*: X CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 10, Louvain, 1990.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 48p.

APÊNDICE A:

- 1- Há quanto tempo essa indústria foi instalada nessa localidade?
- 2- Houve algum motivo em específico que fez com que essa indústria/fábrica viesse para Feira de Santana?
- 3- Quantos funcionários trabalham nessa indústria? Em sua maioria, de onde eles são? Pode listar os bairros/cidades?
- 4- Quais produtos são produzidos nesta indústria?
- 5- De onde vêm as matérias-primas? Pode listar as cidades?
- 6- Para onde vão os produtos produzidos nesta indústria? Pode listar as cidades?
- 7- Em qual localidade fica a indústria matriz?
- 8- Há filiais? Caso sim, onde se localizam?
- 9- Quais mudanças no espaço você conseguiu perceber desde a instalação do seu estabelecimento até os dias de hoje?
- 10- A indústria possui transporte próprio para mobilidade dos funcionários?
- 11- Você acha que os comércios aqui implantados que impulsionaram o crescimento da cidade?
- 12- Em comparação como era anteriormente, destaque duas vantagens e duas desvantagens do crescimento do Centro.
- 13- Qual a motivação da localização da indústria nessa rodovia em específico? Qual critério foi utilizado para tal escolha?
- 14- Quais são as vantagens e desvantagens das instalações da indústria nessa rodovia em específico?